

Universidade Federal de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade

Robson Nascimento da Cruz

Belo Horizonte  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal de Minas Gerais  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo  
descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Curso de pós-graduação em Psicologia  
da Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Psicologia  
Social.

Orientador: Prof. Dr. Cornelis Johannes  
van Stralen

Belo Horizonte  
2008

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, saibam que, ao contrário do que pensam, me ajudaram mais do que imaginam. Ajuda financeira não é nada sem respeito pelas minhas decisões, e vocês fizeram o que eu precisava que fizessem, respeitaram minhas decisões nos últimos anos, mesmo sem saber direito que decisões eram essas;

À minha irmã Simone, pelo carinho e auxílio sempre disponível. Ao meu irmão Alexis, pelos incontáveis financiamentos diários, em especial, nos anos que antecederam o presente trabalho, sem esse auxílio, que, se contabilizássemos, daria uma bela bolsa de pesquisa, com certeza, não teria terminado a graduação e muito menos começado a fazer o mestrado;

Ao meu orientador Cornelis Johannes van Stralen, pela liberdade na conduta desse trabalho e disponibilidade nos momentos necessários. À Beth, secretária da pós-graduação, pelos incontáveis auxílios nos dois últimos anos. A todos do Núcleo de Psicologia Política da UFMG, pelas possibilidades de debate e pequenos momentos de descontração no dia-a-dia. Ao professor Marco Aurélio, pelos apontamentos “informais” que afetaram diretamente a formulação deste trabalho;

Aos meus “antigos” professores da PUC Minas São Gabriel, Tita, Mônica Barrouin, Bernardo Marçolla e Aline Menezes, agradeço pelo apoio e incentivo durante os últimos anos;

À professora Márcia Mansur, saiba que não é por acaso que estou no mestrado em Psicologia Social, obrigado pelo respeito e apoio nos últimos anos. À professora Cláudia Mayorga, pelo entusiasmo e pela participação constante nas discussões referentes a este trabalho, e, principalmente, pelos apontamentos e posições críticas acerca das conseqüências do conhecimento produzido por nós, saiba que nunca saio imune de nossas discussões, obrigado também pelo respeito e oportunidades nos últimos anos;

Aos meus amigos Eduardo Cillo e Neyfsom Matias, obrigado pela amizade que há muito tempo ultrapassou os muros da Universidade. Obrigado, também, e, em especial, por fazerem parte de bons momentos de descontração nos últimos anos, momentos que, com certeza, foram essenciais para que eu conseguisse ter um distanciamento saudável da pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer àqueles que sempre são esquecidos nesta parte da pesquisa, a todos os autores citados neste trabalho, porque, na verdade, sem eles, com certeza, esta pesquisa não existiria.

**Resumo:** A Psicologia Social brasileira sofreu, assim como a Psicologia Social norte-americana e européia, em especial, nas décadas de 1960 e 1970, transformações significativas que afetaram tanto sua produção científica quanto sua organização acadêmica, política e institucional. Com o intuito de auxiliar na compreensão do desenvolvimento histórico da área pós-crise da Psicologia Social, este trabalho teve como objetivo analisar parte de sua organização social no contexto brasileiro, a partir de seu principal periódico, a revista *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)*. Para isso, foram analisados todos os artigos constantes na revista, entre os anos 1986 e 2007, sendo esses divididos em duas fases distintas. Assim, o total de 587 trabalhos, distribuídos em 36 revistas, constituiu a fonte primária desta pesquisa. Informações como: a origem institucional e geográfica dos autores, o padrão de autoria, a formação dos autores, o local de organização da revista, o tipo e as temáticas dos trabalhos publicados, os locais de realização das investigações e intervenções descritas nos artigos foram algumas das informações analisadas. A interpretação desses dados foi realizada à luz de discussões teóricas acerca da construção social do conhecimento, assim, disciplinas como a História da Ciência, Sociologia da Ciência e Ciência da Informação auxiliaram no trabalho analítico, o que possibilitou, entre outras coisas, identificar determinados padrões de organização da comunidade científica na história da Psicologia Social brasileira pós-crise da Psicologia social. A relação entre o contexto de produção de conhecimento e a origem institucional dos autores; a mudança nos tipos e temáticas dos trabalhos e suas funções devido ao período histórico; a organização institucional da Psicologia Social e sua possível relação com a situação da ciência brasileira, considerando suas transformações nas últimas décadas, foram alguns aspectos detectados e discutidos nesta investigação.

**Palavras-chave:** Psicologia Social; História da Psicologia Social; Comunidade científica; Comunicação científica

**Abstract:** The Brazilian Social Psychology suffered especially in the 1960s and 1970s, significant changes that affected both his scientific production as its organization academic, political and institutional. In order to assist in understanding the historical development of the area post-crisis Social Psychology, the study aimed to examine part of their social organization in the Brazilian context, from its main journal, the journal *Psychology & Society: Journal of the Association Brazil's Social Psychology (ABRAPSO)*. To do this, we analyzed all articles appearing in the magazine, between the years 1986 and 2007, these being divided into two distinct phases. Thus, a total of 587 papers, distributed in 36 magazines, was the primary source of this research. Information such as: the institutional and geographical origin of the authors, the pattern of authorship, the formation of the authors, the place of organization of the magazine, the type and the issues of published works, places of carrying out the research described in articles and speeches have been some the information analyzed. The interpretation of these data was made in light of theoretical discussions about the social construction of knowledge, therefore, subjects such as the History of Science, Sociology of Science and Information Science helped in the analytical work, which allowed, among other things, identify certain patterns organization of the scientific community. The relationship between the context of generating knowledge and institutional home for authors, the change in the types and themes of work and their duties because of the historical period, the institutional organization of Social Psychology and its possible relationship to the situation of Brazilian science, considering their changes in recent decades, some aspects have been identified and discussed in this research.

**Key-words:** Social Psychology, History of Social Psychology, Scientific Community, Scientific Communication

## Lista de tabelas, quadros e gráficos

### Quadros

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 - Distribuição de revistas por ano, classificadas por volume e número Primeira fase (1986-1992) e segunda fase (1996-2007). .... | 84  |
| Quadro 2 - Distribuição de Revistas por Ano, classificadas pelo título e números .....  | 90  |
| Quadro 3 - Distribuição dos Conselhos editoriais da primeira fase da revista.....   | 91  |
| Quadro 4 - Distribuição dos editores por Ano, classificadas por volume e número na segunda fase da revista (1996-2007) .....              | 113 |

### Tabelas

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 - Distribuição e participação dos Estados na Primeira Fase da Revista .....   | 92  |
| Tabela 2 - Distribuição geral das instituições da primeira fase da revista .....   | 93  |
| Tabela 3 - Distribuição de trabalhos por instituição na primeira fase da revista Psicologia & Sociedade.....   | 94  |
| Tabela 4 - Frequência de participação dos autores.....   | 95  |
| Tabela 5 - Descrição dos autores com três ou mais trabalhos publicados.....  | 96  |
| Tabela 6 - Padrão de autoria .....   | 97  |
| Tabela 7 - Distribuição dos trabalhos por temáticas apresentadas na primeira fase da revista .....   | 100 |
| Tabela 8 - Descrição dos delineamentos de pesquisa apresentados na primeira fase da revista Psicologia e Sociedade.....  | 107 |
| Tabela 9 - Procedimentos, fonte e técnicas de coleta de informações nas pesquisas descritas na primeira fase da revista. ....                                      | 107 |
| Tabela 10 - Locais de realização das pesquisas e intervenções descritas na primeira fase da revista Psicologia & Sociedade .....                                   | 109 |
| Tabela 11 - Descrição dos participantes das pesquisas e intervenções publicadas na primeira fase da revista .....  | 110 |
| Tabela 12 - Distribuição dos editores por ano, classificados por volume e número da segunda fase da revista (1996-2007) .....                                      | 113 |
| Tabela 13 - Distribuição e participação dos Estados na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase.....                                 | 115 |
| Tabela 14 - Participação internacional na revista.....   | 117 |
| Tabela 15 - Distribuição geral das instituições participantes na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase.....                       | 118 |
| Tabela 16 - Distribuição dos trabalhos, classificados por instituições de origem e frequência de participação e comparação com o percentual da primeira fase ..... | 119 |
| Tabela 17 - Frequência de participação dos autores e comparação com o percentual da primeira fase .....  | 120 |
| Tabela 18 - Descrição dos autores com três ou mais trabalhos publicados na segunda fase da revista.....  | 121 |
| Tabela 19 - Padrão de autoria da segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase .....  | 122 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 20 - Distribuição dos autores, classificada pela titulação .....  | 123 |
| Tabela 21 - Distribuição dos autores, classificados por formação em outras áreas de conhecimento.....  | 123 |
| Tabela 22 - Temáticas e frequência de trabalhos veiculados na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase.....          | 128 |
| Tabela 23 - Distribuição das pesquisas, classificadas pelo tipo de delineamento e comparação com o percentual da primeira fase.....                | 130 |
| Tabela 24 - Procedimentos, fontes e técnicas de coleta de dados nas pesquisas da segunda fase e comparação com o percentual da primeira fase ..... | 131 |
| Tabela 25 - Locais de realização das pesquisas publicadas na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase.....           | 132 |
| Tabela 26 - Descrição dos participantes das pesquisas descritas na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase.....     | 135 |
| Tabela 27 - Análises utilizadas nas pesquisas da segunda fase da revista .....   | 136 |

### **Gráficos**

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Tipo e frequência de trabalhos veiculados na primeira fase da revista..... | 99  |
| Gráfico 2 - Tipo e frequência de trabalhos veiculados na segunda fase da revista ..... | 125 |

## **Lista de siglas**

|         |   |
|---------|---|
| ABRAPSO | Associação Brasileira de Psicologia Social                    |
| ALAPSO  | Associação Latino Americana de Psicologia Social              |
| ANPEPP  | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia |
| CAPES   | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior   |
| NFS     | National Foundation Science                                   |
| SBP     | Sociedade Brasileira de Psicologia                            |
| SBPC    | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência              |
| SCIELO  | Scientific Electronic Library Online                          |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO.....   | 11  |
| 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....   | 17  |
| 2.1 História e historiografia da ciência: breves considerações para o estudo da história da Psicologia Social .....   | 17  |
| 2.2 A sociologia da ciência e a busca pelas relações entre ciência e sociedade.....   | 28  |
| 2.2.1 Thomas Kuhn e o funcionamento comunitário da ciência.....   | 32  |
| 2.2.2 Bourdieu e o campo científico.....  | 38  |
| 2.2.3 Latour e Knorr-Cetina: dois exemplos de modelos construtivos da ciência .....   | 43  |
| 2.3 A comunicação científica .....  | 48  |
| 2.3.1 A função da informalidade na comunicação científica e a formação dos Colégios Invisíveis.....   | 51  |
| 2.3.2 O periódico científico como veículo formal de informação e fonte de caracterização de um campo do saber .....   | 55  |
| 2.4 Avaliação de periódicos científicos em psicologia no Brasil e possíveis relações com o direcionamento da produção de conhecimento .....                     | 60  |
| 2.5 Uma breve descrição da história da Psicologia Social brasileira: o contexto anterior à crise da Psicologia Social .....                                     | 67  |
| 2.5.1 A década de 70 e a crise da Psicologia Social como tensão essencial para mudança de rumo na produção do conhecimento na Psicologia Social brasileira..... | 70  |
| 2.5.2 O surgimento da ABRAPSO e a possibilidade de mudança de rumo na produção de conhecimento.....   | 78  |
| 3. METODOLOGIA.....   | 83  |
| 3.1 Desenvolvimento da metodologia e informações investigadas .....   | 84  |
| 3.2 A PRIMEIRA FASE DA REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE .....   | 86  |
| 3.2.1 Contextualização da primeira fase da revista Psicologia & Sociedade .....   | 86  |
| 3.2.2 Origem geográfica e institucional dos trabalhos veiculados na primeira fase da revista Psicologia & Sociedade.....  | 91  |
| 3.2.3 Autoria e perfil dos autores.....   | 95  |
| 3.2.4 Tipos e temáticas dos trabalhos.....  | 99  |
| 3.2.5 Caracterização das pesquisas e experiência veiculadas na primeira fase da revista.....  | 106 |
| 3.3 SEGUNDA FASE DA REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE .....  | 111 |
| 3.3.1 Contextualização da segunda fase da revista Psicologia & Sociedade .....  | 111 |
| 3.3.2 Origem geográfica e institucional dos trabalhos veiculados na segunda fase da revista Psicologia & Sociedade .....  | 114 |
| 3.3.3 Autoria e perfil dos autores .....  | 120 |
| 3.3.4 Tipos e Temática dos trabalhos .....  | 124 |
| 3.3.5 Caracterização da pesquisa na segunda fase da revista veiculadas na segunda fase da revista.....  | 129 |
| 4. DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....  | 137 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 162 |
| Referências .....   | 168 |
| Anexos.....   | 174 |

## INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1960 e 1970 a Psicologia Social, em praticamente toda a América Latina, Estados Unidos e Europa passou por um período importante em sua história, o qual foi denominado de crise da Psicologia Social. Esse período foi caracterizado dentre outras coisas pelos inúmeros questionamentos acerca do seu papel ideológico, político e da atuação profissional e da produção científica da área. (Bonfim, 2003; Molon, 2001; Sawaia, 2002)

Como resultado dessa crise, observou-se, principalmente na década de 70, um movimento de reação, em especial, à hegemonia da vertente individualista da Psicologia Social experimental americana como referencial teórico e metodológico dos estudos em Psicologia Social. No contexto brasileiro, o surgimento da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, no final da década de 70, como organização contrária a essa forma de produção científica - é um dos principais marcos desse momento da história da Psicologia Social brasileira. Assim, desde esse período, o número crescente de disciplinas, cursos de pós-graduação e publicações nacionais caracterizam o desenvolvimento de uma nova perspectiva em Psicologia Social no Brasil. (Bonfim, 1989/1990).

Como uma das principais conseqüências dessa transição, nota-se que a Psicologia Social no Brasil desenvolveu e adotou, nessas últimas três décadas, uma pluralidade de concepções metodológicas, epistemológicas, políticas e éticas que influenciam diretamente a formação e atuação do psicólogo social. Dessa forma, após esses acontecimentos que marcam a história da área, pode-se supor que muitas das discussões que permeiam a Psicologia Social modificaram-se; algumas foram superadas, outras continuam na pauta das discussões; e com certeza outras começaram a fazer parte dos novos debates que perpassam o campo.

Contudo, em contextos de ampliação e transformação de um campo do conhecimento, dificuldades quanto à definição de conceitos, de práticas, de campo de atuação, de metodologias e da própria forma como a área se organiza socialmente são dificuldades bastante comuns (Alvarenga, 1996). Foi considerando essas questões que o presente trabalho objetivou ser um estudo descritivo/exploratório da produção de conhecimento na Psicologia Social brasileira a partir da década de 1980. Buscou-se, dessa forma, conhecer e compreender parte da organização da área a partir de um periódico que está diretamente vinculado à formação de uma nova comunidade científica, neste caso, derivada do surgimento da ABRAPSO. Acredita-se que esse tipo de investigação apresenta-se como um importante instrumento de avaliação crítica. Como aponta Jurberg:

A Psicologia Social amplia seu universo, quando se volta para si mesma e tenta investigar sua evolução, seus desdobramentos, as relações e influências entre diferentes abordagens, assim como o conceito de sociedade implícito em suas construções teóricas. (Jurberg, 2000, p. 157)

Mas como investigar o desenvolvimento de uma área que tem como principal especificidade a diversidade de abordagens teóricas, epistemológicas, metodológicas e de intervenção? Como verificar tendências e perspectivas em um campo que se caracteriza por uma multiplicidade de perspectivas muitas vezes quase inconciliáveis? Uma resposta para essas questões é sem dúvida algo difícil, o que de certo modo justifica ainda mais a necessidade de uma investigação inicial capaz de prover análises e interpretações que possam auxiliar o trabalho essencial de compreender como se organiza parte da Psicologia Social brasileira nas últimas décadas.

Neste ponto, é preciso dizer que seria tarefa irrealizável abarcar todos os aspectos capazes de caracterizar a área, de modo que a definição de critérios que possibilitem a delimitação dessa pesquisa foi o primeiro passo para uma análise mais apurada do fenômeno.

Para isso, destacamos, em primeiro lugar, a produção escrita em Psicologia Social como nosso foco de análise. Sabe-se que a produção científica escrita reflete em grande medida a atuação de uma comunidade científica no contexto acadêmico e profissional. Essa produção escrita (teses, dissertações, livros, periódicos, anais de eventos científicos, relatórios de pesquisa, dentre outros) desempenha papel fundamental na disseminação do conhecimento produzido pela ciência. Entretanto, isso não quer dizer que o trabalho de uma área do conhecimento restrinja-se a esse tipo de produção. O trabalho, em diversos campos do saber, principalmente nas ciências humanas, muitas vezes vai além daquilo que se encontra publicado em revistas e livros. Além disso, é preciso considerar a existência de um tipo de conhecimento tácito<sup>1</sup> que, dificilmente, aparecerá em qualquer descrição de qualquer atividade científica.

No entanto, devido à necessidade de delimitação de um tema que seja, ao mesmo tempo, relevante para a comunidade e que se proponha a uma análise de qualidade dentro dos limites de uma dissertação de mestrado, optou-se pela análise de um periódico científico, neste caso, a revista *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*. Essa

---

<sup>1</sup> O filósofo Michael Polanyi em dois trabalhos, *The Tacit Dimension* de 1967 e *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy* de 1962 define o conhecimento tácito como um tipo de conhecimento que não pode ser descrito em regras metodológicas. Nesse sentido, "(...) nos podemos saber mais do que nos podemos dizer." (Polanyi, 1967, p. 4). Polanyi apresenta diversos exemplos de formas de conhecimento tácito nas artes, música e ciência. O que esses exemplos têm em comum é a idéia de que a execução de algumas ações humanas envolve um nível de complexidade que o próprio sujeito não consegue explicar como conseguiu realizar tal atividade. Desta maneira há determinados princípios na ciência que jamais são enunciados. Um dos exemplos utilizados por Polanyi (1958/1984), para exemplificar essa situação, é o do pianista que não seria capaz de dizer por que consegue executar as notas de uma música de maneira diferenciada, mais apurada. De acordo com Polanyi (1958/1984), para qualquer músico, é evidente que o som de uma nota do piano possa ser produzido de diversas maneiras, dependendo do "toque" do pianista. Mas o problema é que, para explicar porque certos pianistas conseguem um toque mais apurado, recorre-se a idéia de que o músico tem maior habilidade adquirida. Para Polanyi (1962;1967), essa explicação, além de disfarçar a sutileza que envolve a aprendizagem de tal "toque", não explicita que uma descrição completa desse conhecimento do músico seja, provavelmente, impossível. Na ciência, é possível pensar que o conhecimento tácito é reflexo, por exemplo, da habilidade instrumental de determinados cientistas ao lidar com aparatos e procedimentos de coleta e análise de dados. No caso da Psicologia Social, esse conhecimento tácito poderia estar relacionado à forma bastante pessoal como o pesquisador lida com um grupo ou fenômeno psicossocial específico, por exemplo, na pesquisa participante ou em uma dinâmica de grupo ou em uma "simples" entrevista.

escolha teve como fundamento o importante papel que esse periódico exerceu na constituição da Psicologia Social a partir da década de oitenta, sendo ele na verdade um dos produtos da chamada crise da Psicologia Social no contexto brasileiro.

Como bem destaca Alvarenga (1996), quando um campo disciplinar sofre alterações na sua forma de institucionalização e organização interna, há uma tendência a intensificar sua produção e, ao mesmo tempo, procura-se aumentar seu processo de auto-conhecimento. Para isso, abordagens variadas e diversos profissionais são essenciais. Epistemólogos, sociólogos, historiadores, filósofos, cientistas da informação e suas respectivas áreas possibilitam a uma disciplina científica um exame capaz de demonstrar tanto aspectos empíricos que refletem a produção da área quanto os fatores gnosiológicos, que representam a forma como se dá o processo de produção de conhecimento, considerando, é claro, as diversas possibilidades e categorias de análises advindas dessas disciplinas.

Dessa forma, para a organização do presente trabalho, foram utilizadas disciplinas, conceitos e discussões relacionadas à temática: produção do conhecimento, os quais compuseram o segundo capítulo do presente trabalho. Para isso, realizou-se uma discussão inicial acerca da história da ciência e historiografia da ciência, tendo em vista a imanência do fenômeno histórico ao tentar compreender o desenvolvimento de uma disciplina científica; também foi realizada uma breve introdução à sociologia da ciência com destaque para alguns autores que tratam da relação entre ciência e sociedade e alguns modelos e conceitos advindos dessa disciplina. Além disso, recorre-se à ciência da informação, considerando, em especial, as definições de organização da comunicação científica; ao mesmo tempo foi realizada uma breve discussão acerca do papel do periódico científico na formação de uma comunidade científica, e, por fim, foi apresentada uma breve descrição da história da Psicologia Social

brasileira a partir de fontes secundárias de modo a estabelecer um ponto de partida mínimo para compreender o seu desenvolvimento histórico.

O recurso a essas questões justificou-se pelo próprio caráter do tema investigado, ou seja, é uma investigação histórica porque se volta para o passado, ainda que recente, da Psicologia Social brasileira; ao mesmo tempo é uma pesquisa sociológica da ciência, porque pretende traçar possíveis relações entre a produção de conhecimento da disciplina e as questões sociológicas que envolvem o desenvolvimento de uma comunidade científica. Por último, é uma pesquisa científica da informação, porque quer compreender como o processo de informação e comunicação do conhecimento estabelece ligações com a formação e o desenvolvimento de um campo do saber.

Já o terceiro capítulo do trabalho apresenta o caminho metodológico para organização das informações derivadas da revista e a descrição dos dados. Em seguida, no quarto capítulo, realizamos uma interpretação desses dados a partir da fundamentação teórica do trabalho e, por fim, apresentamos no capítulo cinco algumas considerações finais.

Pode-se dizer que foi uma pesquisa *dispersa*, no bom sentido, já que não foi direcionada por um conceito ou apenas uma área, mas sim pela tentativa de utilizar-se de conceitos e métodos de áreas diversas com objetivo de criar um quadro interpretativo do objeto investigado, é, assim, uma pesquisa que se pretende ser interdisciplinar. Job (2006), ao discutir a importância da interdisciplinaridade para esse tipo de estudo, diz que:

Ocorre interdisciplinaridade quando as disciplinas componentes de duas ou mais disciplinas conduzem a novos conhecimentos que não seriam possíveis se não houvesse esta integração. A interdisciplinaridade não consiste em pegar um assunto e convocar em torno duas ou três ciências. As disciplinas se integram e colaboram entre si. (Job, 2006, p. 2)

Com auxílio dessas disciplinas, realizou-se uma espécie de estudo de caso da história da Psicologia Social brasileira, a partir da qual foi possível uma caracterização inicial da produção científica divulgada na Revista Psicologia & Sociedade, com atenção especial para as seguintes questões: Quais os centros e núcleos de desenvolvimento de Psicologia Social no Brasil? Qual o perfil dos autores? Quais as temáticas dos trabalhos? Quais são as características metodológicas das pesquisas publicadas? Qual a relação entre a produção de conhecimento e o contexto de produção?

Nesse sentido, mesmo que de forma incipiente, realizamos interpretações e generalizações razoáveis sobre o desenvolvimento e organização social da Psicologia Social brasileira que vão além dos dados quantitativos em si. Sawaia (2002), ao discutir a relevância desse tipo de trabalho, argumenta que:

A generalização de informações sobre a História da Psicologia possibilita que os interessados na ciência e na profissão se organizem e coletivamente invistam, criem, realizem, avaliem iniciativas voltadas ao fortalecimento da Psicologia. O resgate e a socialização de informações sobre a nossa história facilitam a atuação coletiva dos psicólogos como pessoas que sofrem as conseqüências e são agentes das transformações que vão ocorrendo na profissão. (p.10)

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a presente dissertação é uma espécie de pesquisa sobre a pesquisa em Psicologia Social. Como sugere (Viele, 1981), o que caracteriza esse tipo de investigação é:

(...) uma atitude deliberada e sistemática de busca que leva à conceptualização, expressão, concepção e produção de novas formas de pesquisa e que indaga o tipo de pesquisa que está realizando, sua qualidade, sua utilização, onde é realizada, em que condições, o tipo de conteúdo que desenvolve, temas escolhidos, sua relação com as exigências e necessidades regionais e nacionais, sua contribuição para a construção de novas teorias e para o desenvolvimento de novas pesquisas, como são utilizados seus resultados, etc. (Vielle, 1981, p. 352)

Portanto, compreender como parte da pesquisa em Psicologia Social funciona configura-se como uma pesquisa social sobre a Psicologia Social.

## **2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

### **2.1 História e historiografia da ciência: breves considerações para o estudo da história da Psicologia Social**

Este estudo implica um tipo de visão histórica da Psicologia Social. Essa afirmação leva à busca de definições mesmo que introdutórias sobre a natureza da história e da historiografia da ciência com intuito de orientar nossas posteriores discussões.

Inicia-se, pela própria definição de história como o conjunto de acontecimentos, situações e fatos que ocorreram no passado, e a historiografia como a produção dos historiadores, o discurso sobre a história. Discurso essencialmente apresentado através do texto escrito, que tem como objetivo expor uma interpretação sobre os fatos históricos. (Martins, 2004).

Historiografia é, então, a escrita da história, mas ela não é apenas isso. A historiografia é uma disciplina preocupada com a pesquisa histórica em si; em como fazer a coleta de dados; quais os critérios de escolha dos dados; como analisar e qual orientação teórica utilizar. Todas essas e outras mais são questões que envolvem o trabalho historiográfico ou meta-historiográfico, uma reflexão sobre o fazer história, como alguns historiadores preferem denominar (Martins, 2004). Assume-se, portanto, e isso é de suma importância, que a pesquisa historiográfica, como qualquer pesquisa em qualquer campo do conhecimento, irá definir critérios arbitrários para direcionar sua investigação. Critérios que estão baseados na concepção epistemológica e científica que se tem do fenômeno investigado e da própria história.

Do mesmo modo que os psicólogos sociais adotam uma noção do que seja o fenômeno psicossocial, o trabalho historiográfico requer, *a priori*, uma noção do que seja a história, o que significa que o historiador, seja ele psicólogo ou não, possui um conceito de história e de ciência, embora nem sempre ele tenha consciência desse fator. Como Martins (1993) sugere: “Os pontos de vista abordados trazem consigo uma mensagem metodológica ou historiográfica, implícita ou explícita, associada ao enfoque adotado. A atitude transmitida depende da visão historiográfica. (...) e ela pode ser não consciente.”(p.78)

Uma descrição histórica de qualquer área do conhecimento é, portanto, uma interpretação da história dessa área. Com isso, tem-se, por exemplo, “histórias da Psicologia Social” e não a “história da Psicologia Social”. A importância de tal asserção, aparentemente óbvia, é que toda interpretação histórica está comprometida com certos pressupostos, está fundamentada em preceitos filosóficos, culturais, pessoais e científicos. Então é evidente que toda reconstrução histórica é parcial.

Poder-se-ia dizer que a história da Psicologia Social brasileira é a história dos psicólogos sociais e do contexto social e intelectual em que essa ciência foi constituída, e a historiografia da Psicologia Social seria fruto do trabalho dos historiadores (psicólogos ou não) dessa área – o que o historiador faz. No entanto, da mesma forma que nenhuma pessoa apresenta uma história de vida idêntica à outra, nenhum historiador irá escrever a história de maneira idêntica a outro historiador. Todavia, isso não quer dizer que não haja um padrão textual nas descrições e interpretações da história de uma ciência, nem muito menos que essa diversidade nos padrões historiográficos seja um problema. O que esses padrões revelam, na verdade, é uma diversidade de formas de se escrever a história de uma disciplina científica.

Para entender um pouco os padrões tradicionais da história da ciência, é necessária uma sucinta digressão. Uma breve retrospectiva nos estudos da história da ciência revela que a

história de uma disciplina científica é, em geral, realizada inicialmente por eminentes cientistas de um determinado campo do conhecimento, e são histórias que estabelecem um padrão historiográfico que tem como função legitimar um campo disciplinar. (Kuhn, 1977/1989). As histórias apresentadas na introdução de manuais técnicos e científicos e relatos históricos feitos por eminentes cientistas de um campo do conhecimento são em geral bons exemplos desse tipo de padrão historiográfico da ciência. (Kuhn, 1977/1989)

Padrão esse que está em consonância com os estudos históricos sobre a ciência moderna, que tiveram - desde o Renascimento até o início do século XX - como uma de suas principais características serem uma espécie de “*Biografia Heróica*”, o historiador-cientista fazia, e em muitas situações ainda faz, narrativa de histórias sempre bem-sucedidas de um cientista e de sua ciência, com a função de justificar e legitimar a existência de uma disciplina científica. Esse tipo de história estava em consonância com uma visão iluminista de ciência; a história da ciência era citada como fonte e exemplo do progresso do homem moderno. Essa é a história como nos foi ensinada (Morris et.al., 1990).

Outra tradição historiográfica contemporânea e complementar a essa foi caracterizada pelo uso da história para o maior conhecimento da natureza. Francis Bacon e Auguste Comte são os mais famosos autores dessa abordagem que destacava, principalmente, os objetivos filosóficos dessa historiografia, os quais eram a exaltação da ciência e do conhecimento positivo como um processo cumulativo e progressista. (Christie, 1990)

Essa “antiga” história da ciência pretendia tornar claro os métodos ou conceitos científicos daquele período mediante a exposição de sua evolução linear (Kuhn,1977/1989). Essa visão de história que surge como um subproduto da ciência moderna, entre os séculos XVII e XVIII, tornando-se predominante no século XIX, é denominado de positivismo histórico. Segundo Reis (2004), nesse período a história - e não só a história da ciência -

emancipa-se do idealismo e converte-se em uma história científica. Em outras palavras, a história, assim como as demais áreas do conhecimento do século XIX, aspirava a ser uma ciência eminentemente positiva. “A história científica quer ser “objetiva”, isto é, quer formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como ela estimava que faziam as ciências naturais”. (Reis, 2004, p.10)

Com essa concepção, o historiador analisava a história como uma marcha mecânica que seguia de forma inexorável em direção ao progresso. O trabalho do historiador da ciência era descrever uma área do conhecimento já bem estabelecida, geralmente a astronomia, física ou química, demonstrando a transformação dos métodos, conceitos e processos de descoberta científica através de seus aspectos racionais (Cruz, 2006).

Nessa perspectiva, a ciência era analisada como tendo um fim em si mesma e isenta de influências externas à própria ciência. Essa perspectiva histórica da ciência teve como seu principal foco de estudo as revoluções científicas que ocorreram entre a Idade Média e a Idade Moderna, e cientistas como Galileu, Copérnico, Kepler, Newton, dentre outros, foram os principais personagens dessa história (Cruz, 2006).

Mas é a partir do século XX que a história da ciência “deixa” de ser um trabalho secundário de cientistas e filósofos e passa a se constituir como uma disciplina profissionalizada, produzida por pessoas que se dedicam à história da ciência como uma disciplina acadêmica. Contudo, não é incomum nem indesejável que historiadores da ciência tenham uma formação preliminar em áreas científicas antes de se dedicarem à história da ciência (Christie, 1990; Cruz, 2006).

Nesse cenário, destaca-se o historiador russo Alexandre Koyré como personagem fundamental na constituição da história da ciência como disciplina acadêmica no século XX. Koyré tornou-se referência obrigatória para jovens historiadores da ciência. Seu trabalho foi

caracterizado pela cuidadosa análise da estrutura conceitual do texto de cientistas como Newton e Galileu, formulando uma historiografia com forte inclinação idealista. Para ele, a ciência era um tipo de pensamento puro (Christie, 1990). Entre as décadas de 1940 e 1960, Koyré trabalhou na França e nos Estados Unidos, onde suas ideias exerceram enorme influência e contribuíram de forma decisiva para expansão da história da ciência como disciplina independente, principalmente nos Estados Unidos.

Koyré é o fundador da moderna historiografia da ciência, tradição essa que é denominada de história internalista da ciência, uma vez que busca, na própria teoria, explicar a estrutura histórica da ciência. Para Koyré (1930/1982), a ciência é “(...) essencialmente *Theoria*, busca da verdade, e que, por isso, ela tem e sempre teve uma vida própria, uma história imanente, e que é somente em função de seus próprios problemas, de sua própria história, que ela pode ser compreendida”. (p.377). Praticantes da história internalista da ciência como Koyré naturalmente davam pouca relevância aos aspectos não racionais e não intelectuais da sociedade nas considerações sobre a história daquela ciência que investigavam (Kuhn, 1977/1989). A estrutura social onde o cientista está inserido não é o foco nesse tipo de interpretação da história da ciência.

Não é a estrutura social da Inglaterra no século XVII que nos pode explicar Newton, nem é a da Rússia de Nicolau I que pode lançar alguma luz sobre a obra de Lobatchevski. Esta é uma empresa inteiramente quimérica, tão quimérica quanto querer prever a futura evolução da ciência ou das ciências em função da estrutura social ou das estruturas sociais de nossa sociedade ou nossas sociedades. (Koyré, 1930/1982, p.377)

Embora possa parecer, à primeira vista, uma visão reducionista, essa postura internalista da história da ciência não deve ser considerada inválida nem totalmente ingênua; pode-se, sim, pensar que essa história apresenta certo reducionismo ao não dar ênfase aos fatores externos à ciência. O que não significa que autores como Koyré desconsideravam totalmente fatores

sociais e políticos, mas com certeza não eram essenciais para uma investigação histórica da ciência, do seu conteúdo.

No mínimo dois aspectos positivos merecem destaque nas suas formulações internalistas de Koyré: o primeiro é que a busca pela compreensão dos aspectos racionais de uma ciência é necessária para entender as transformações que uma ciência sofreu, mesmo que eles não sejam suficientes para uma explicação complexa da história da ciência; e o segundo é a relevância dada por Koyré ao papel da interpretação nos estudos históricos da ciência, em vez de uma busca da história como ela “realmente” aconteceu. Para Koyré:

A história não é inalterável. Modifica-se, à medida que nos modificamos. Bacon era moderno quando a maneira de pensar era empirista. Mas não o é mais, numa época de ciência cada vez mais matemática, como a nossa. Hoje, é Descartes que é considerado o primeiro filósofo moderno. Assim, em cada período histórico e a cada momento de evolução, a própria história está por ser reescrita e a pesquisa sobre nossos ancestrais está por ser empreendida de maneira diferente. (Koyré, 1930/1982, p.16)

Com essa posição, Koyré demonstra que, embora estivesse interessado primordialmente nas questões internas da ciência, isso não denota que ele estivesse procurando uma verdade viva. Ao contrário, para ele: “Nada está mais longe do homem que procura a verdade viva do que a atitude de um homem que pesquisa a verdade histórica.” (Koyré, 1930/1982, p.21). Essa concepção comprova certo afastamento de Koyré de um positivismo histórico. Porém, esse tipo de história da ciência voltada para seu conteúdo interno ainda mantém em seu núcleo uma concepção em que a ciência e os cientistas são percebidos como isentos de influências sociais, o que, por conseguinte, resulta numa interpretação ainda positivista e idealista da ciência.

Em contrapartida a abordagem internalista da história da ciência, surge também, no século XX, uma segunda abordagem denominada história externa da ciência ou história social da ciência. Essa abordagem foi influenciada principalmente pelo materialismo histórico e por abordagens sociológicas. A abordagem externalista da ciência está interessada no trabalho do

cientista e na transformação da ciência como parte de um grupo social que compartilha de elementos que fazem parte de uma cultura específica. Procura-se, nessa abordagem, evitar uma história heróica da ciência e dos cientistas. De forma que, nesse escopo, uma análise histórica das teorias científicas “derrotadas” é tão importante quanto uma análise dos modelos “vencedores”. Isto porque essa abordagem vai considerar que, em muitos casos, a escolha e adoção de uma teoria científica não são necessariamente pautadas em critérios internos (racionais).

Os contexto social, político e econômico, dentre outros fatores ditos externos, são nessa visão tão determinantes quanto os fatores intelectuais na constituição da ciência. Na verdade, algumas abordagens, como as abordagens sociológicas da ciência que dialogam e auxiliam diretamente a história externalista da ciência, como o “Programa Forte” da sociologia da ciência da escola de Edimburgo, chegaram à posição extrema de negar totalmente a validade de conteúdos científicos na historiografia da ciência. Nenhum conhecimento dos conceitos científicos de uma disciplina seria necessário nesse caso; apenas uma análise do contexto onde ocorreu, por exemplo, uma descoberta científica seria o suficiente para tal empreitada. (Martins, 2004).

A história externalista da ciência tem, então, como premissa básica a idéia de que uma análise do contexto social é essencial para qualquer investigação acerca da história de uma disciplina científica. Como os internalistas, os externalistas caem na cilada de propor uma análise reducionista, com a diferença de que para esses os fatores externos à ciência eram suficientes para explicar a história. Busca-se, dessa maneira, uma reconstrução eminentemente social da história da ciência.

Inicialmente, as abordagens internalistas e externalistas da história da ciência apresentaram, durante grande parte do século XX, posições opostas quanto ao critério de

análise do fenômeno histórico em história da ciência, o que caracterizou uma brusca separação ontológica entre natureza e sociedade. E, embora parte dessa querela tenha persistido durante o século XX, perdendo força a partir da década de 1970, não há dúvidas de que ambas as posições não são excludentes, mas sim complementares. Atualmente essa discussão foi “superada”; há de certa forma um consenso, tanto os elementos internos quanto os externos são partes essenciais na pesquisa em história da ciência. A história internalista provê as discussões que envolvem o núcleo da disciplina, e a história externalista examina o contexto. Contudo, é preciso observar que, mesmo que os historiadores da ciência concordem que tanto os aspectos internos quanto os externos são fundamentais para a pesquisa histórica, as investigações tendem ainda a ser realizadas dando-se mais ênfase a um dos fatores.

Outra transformação nos estudos sobre história da ciência que merece nossa atenção aconteceu com a noção de *revolução científica*. Essa noção, central nos estudos sobre história da ciência, durante muito tempo, foi interpretada como um salto qualitativo e/ou ruptura que uma nova teoria tinha em relação a teorias anteriores. Na Física, por exemplo, o pensamento Newtoniano foi visto por muito tempo como uma ruptura brusca com o pensamento medieval, assim como a teoria da relatividade foi concebida como um rompimento com a Mecânica Clássica. Além disso, a revolução científica era designada como fruto de uma única mente brilhante; o cientista era visto como um gênio, com um poder interior, e que, através de um insight inexplicável e abrupto, alcançava uma descoberta científica. Bernal (1976), ao criticar essa noção a partir de uma perspectiva materialista histórica, diz que:

De facto, muitas histórias da ciência são pouco mais que crônicas de grandes descobridores que, numa espécie de sucessão apostólica, receberam revelações que fizeram uma época sobre os segredos da Natureza. Ora é indubitável que certos grandes homens tiveram intervenções decisivas para o progresso da ciência; mas as suas realizações não podem ser estudadas isoladas do meio social em que viveram. É por ignorar este facto capital que tantas vezes se torna necessário recorrer a palavras vazias de conteúdo, como “inspiração” ou “gênio”, para explicar as descobertas. ( p.35)

A despeito dessa consideração, isso não quer dizer que a noção de *revolução científica* atualmente deixou de ser considerada nas pesquisas em história da ciência. É inquestionável que o conhecimento científico sofre transformações notáveis em períodos específicos, e que certos cientistas desempenharam função determinante para que essas mudanças ocorressem. Mas essas revoluções não são mais examinadas como um tipo de ruptura dramática do conhecimento, e tampouco vistas como produto de uma mente reveladora (Roque, 2002). Essas revoluções tendem, ainda atualmente, a ser analisadas como produtoras de modificações no desenvolvimento da ciência. No entanto, busca-se relacionar e mostrar cada vez mais que elas, em muitos casos, mantêm vínculos com períodos antecedentes e que suas relações com o contexto social, político e econômico precisam ser explicitadas. (Rossi, 1989).

Considera-se também que nem sempre uma revolução rompe totalmente com aquela teoria que ela supostamente superou, nem muito menos que uma revolução signifique um passo certo em direção ao progresso da ciência. Nesse sentido, alguns historiadores da ciência (Farr, 1996/2002; Martins, 2004) chamam atenção para o fato de que é muito comum cientistas olharem para o passado com os olhos do presente, buscando nele o vencido. Entretanto, convém lembrar que, em uma pesquisa histórica, deve-se fazer isso com, no mínimo, uma diferença: é preciso uma apreciação do contexto histórico em que ocorreu a história. O uso irrefletido do conhecimento científico atual, como, por exemplo, analisar a situação da Psicologia Social da década de 60 a partir das formulações atuais, pode trazer prejuízos para uma análise crítica daquela história da ciência que se pretende investigar. Postura essa chamada de *whiggismo* ou *presentismo*, uma interpretação da história de uma ciência a partir da utilização de conhecimentos científicos atuais (Farr, 1996/2002; Martins, 2004).

Uma postura presentista na história de uma ciência pode ter como consequência obstruir ou tornar confusos os aspectos da obra de um cientista e/ou de uma teoria. Se o conhecimento científico atual é melhor do que o anterior, por que estudar mais detalhadamente a história desse último? Com isso, busca-se no passado sempre o inferior e superado. Disso decorre que a história de uma área ou teoria supostamente ultrapassada sempre é citada de forma superficial; conta-se sempre a mesma história para justificar como a atual situação é mais avançada, o que resulta, dentre outras coisas, em uma aceitação acrítica do trabalho de certos períodos, na caricaturização de cientistas e suas teorias. Assim, corre-se o risco de deixar passar despercebidas possíveis contribuições e influências, entre outros prejuízos.

Um exemplo dessa postura e de seus possíveis prejuízos na Psicologia Social atual é citado por Spink (2007) ao discutir a importância de pesquisas sobre experiências no cotidiano. Essa autora demonstra como essas pesquisas foram deixadas de lado pelos psicólogos sociais, mesmo sendo importantes fontes para o desenvolvimento de metodologias de observação de caráter psicossocial. Spink (2007), embora não recorra à expressão *presentismo*, apresenta um ótimo exemplo de como a postura de olhar para o passado como algo vencido pode prejudicar e/ou limitar o desenvolvimento de uma área do conhecimento. A citação abaixo, que é o resumo do texto de Spink (2007), sintetiza os motivos dessa posição presentista e ao mesmo tempo destaca a importância de trabalhos históricos que possam contribuir para o desenvolvimento atual da disciplina. De acordo com Spink (2007):

Na reação à hegemonia da Psicologia Social norte-americana, nos anos setenta e oitenta, algumas experiências de pesquisas no cotidiano foram banidas da memória coletiva da disciplina, seja por excesso de patrulhamento ideológico, seja pela identificação de toda a produção européia e norte-americana com a vertente mais individualista da Psicologia Social. Ao recuperar o interesse por observações no cotidiano, a Psicologia Social "desmemoriada" buscou na Antropologia o subsídio para pesquisas de "tipo etnográfico". O objetivo deste texto é recuperar algumas experiências de observação no cotidiano, autóctones à Psicologia Social, visando contribuir para o desenvolvimento de metodologias de observação de caráter psicossocial. (Spink, 2007, p.7)

Nesse caso a expressão *Psicologia Social “desmemoriada”* pode ser interpretada como análoga à expressão *presentismo*. Com essa discussão e exemplo, ressalta-se a necessidade de maior respeito e integridade intelectual quanto à produção científica passada. Mesmo porque, como o trabalho de Spink (2007) demonstra, ao considerar de antemão o passado como algo vencido, pode-se perder importantes referenciais para soluções de problemas atuais que envolvem o desenvolvimento de intervenções, metodologias e conceitos em Psicologia Social.

Isso, contudo, não significa que argumentos científicos atuais não devam ser utilizados para discussões acerca da história e evolução da Psicologia Social. É claro que o uso desses conhecimentos deve fazer parte dos debates sobre a história de uma ciência, mas é preciso evitar análises simplistas que se remetem ao passado de forma ingênua. De acordo com Nickles (1995), para evitar esse *presentismo* na pesquisa histórica, o ideal seria utilizar-se um método “*prudentermente regressivo*”. “Prudente, isto é, que não transporte ingenuamente o presente para o passado e que não procure por outras vias um trajeto linear que seria tão ilusório quanto o sentido contrário”. (Nickles, 1995, p. 151). Isso quer dizer que o uso de argumentos derivados do conhecimento científico atual pode e deve ser utilizado, mas considerando que tais argumentos não podem ser transportados diretamente do presente para o passado, com o intuito de desqualificar uma teoria anterior e legitimar uma atual, como se houvesse uma evolução linear e lógica do pensamento científico. A utilização do conhecimento científico atual teria assim como função demonstrar possíveis evoluções não lineares de uma área do conhecimento, semelhanças, influências, modificações em alguns casos, e até o retrocesso em outros.

A apresentação de algumas questões centrais da história e historiografia da ciência teve como função, além de uma breve explanação da área, destacar aspectos que serão essenciais

para o presente estudo, como, por exemplo, a noção de história como algo constantemente a ser construído e reformulado de acordo com o período, o contexto e a fonte analisada. Outro fator importante diz respeito ao cuidado em buscar uma análise que revele tanto os aspectos internos quanto externos que se relacionam com a produção do conhecimento em Psicologia Social no período investigado; e, por fim, destaca-se a prevenção contra uma interpretação que somente objetive justificar a situação atual da disciplina através de argumentos *presentistas*.

A seguir iremos descrever alguns elementos teóricos da sociologia da ciência, de forma a complementar as questões que envolvem tanto a história quanto a organização social da ciência e as possíveis interpretações para tal fenômeno.

## **2.2 Sociologia da ciência e a busca pelas relações entre ciência e sociedade**

A sociologia da ciência é um ramo da sociologia do conhecimento que remonta ao início do século XX e tem como idéia central a noção de que o conhecimento é uma construção eminentemente social. Berger e Luckmann (1973) afirmam que a sociologia do conhecimento lida não apenas com a diversidade empírica que envolve o conhecimento na cultura humana, mas com os vários meios pelos quais qualquer tipo de conhecimento é estabelecido socialmente.

A sociologia da ciência é definida como uma subdisciplina da sociologia do conhecimento, que busca compreender as relações entre ciência e sociedade. Uma definição introdutória de sociologia da ciência é apresentada por Bourdieu (1983). Para ele:

A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto – mesmo em se tratando desse produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção; isto é, mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólio, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas. (Bourdieu, 1983, p.122)

Os primeiros debates acerca da sociologia da ciência surgiram com trabalhos de autores clássicos da sociologia, como Durkheim, Marx e Weber. O primeiro, ao apresentar uma análise sociológica do funcionamento das categorias “lógicas do pensamento humano”, faz sua diferenciação entre pensamento científico e pensamento primitivo e conclui que essas categorias de pensamento são produtos de relações sociais. (Sanchez, 2003)

Ainda segundo Sanchez (2003), no trabalho de Marx, é mantido o status privilegiado da ciência no sentido positivista, com isso não é explícito em sua obra uma análise sociológica da ciência. Mas sua investigação dos meios de produção, de consciência e de ideologia serviram posteriormente de base para importantes análises sociológicas da ciência.

Já em Weber (1967/2002), uma análise sociológica mesmo que inicial da ciência é evidente, em seu ensaio “*A Ciência como Vocação*”, nesse trabalho ele analisa como diversas decisões pessoais e grupais na ciência são tomadas em função do contexto social. Weber (2002) nesse texto também descreve uma possível semelhança entre ciência e outra prática social, a religião, nessa perspectiva a ciência assim como a religião não teria “(...) condição de provar seu valor a quem lhe rejeite os pressupostos.” (2002, p.49). O que para ele significa que a ciência, assim como outras práticas sociais, estão subordinadas a determinadas regras e valores impostos previamente pela cultura. Além disso, Weber analisa brevemente sua própria posição acadêmica em termos sociais e conclui que outros sociólogos com qualidades semelhantes à sua não conseguiram atingir a mesma posição acadêmica não por serem inferiores intelectualmente, mas por não terem uma rede social bem estabelecida.

Embora, não possa ser dito que esses pensadores criaram ou propusera uma sociologia da ciência, pode-se afirmar que todos tocaram de certo modo na problemática da relação ciência e sociedade e, principalmente, deixaram contribuições para inúmeras possibilidades de interpretação da ciência como um empreendimento social. (Sanchez, 2003)

É somente na década de quarenta do século passado que ocorre a instauração da sociologia da ciência como uma disciplina. O sociólogo Robert Merton foi figura central nesse período de consolidação da área e é referência obrigatória nos estudos sociais da ciência. Em termos gerais, Merton (1979) postula que a função da sociologia da ciência é de analisar objetivamente as relações e correspondência entre o conhecimento científico, os fatos sociais e a cultura.

Para Merton (1979), o contínuo sucesso da ciência moderna ao longo dos últimos séculos fez com que o cientista acreditasse que a ciência pudesse ser concebida independentemente da sociedade, como se fosse uma empresa que se justifica por si mesma. Dessa forma, era preciso um ataque à autonomia da ciência para que os cientistas observassem a ciência como parte da cultura. Essa vinculação entre ciência e cultura representa o que Merton (1979) denominou de *Ethos* da ciência moderna. Para ele, isso queria dizer um “(...) complexo de valores e normas efetivamente tonalizado, que se considera como constituindo uma obrigação moral para o cientista.” (p.39). Ainda, para Merton (1979), a expressão ciência teria vários significados relacionados entre si, mas em geral quer dizer:

(...) um conjunto de métodos característicos por meio dos quais os conhecimentos são comprovados; 2) um acervo de conhecimentos acumulados, provenientes da aplicação desses métodos; 3) um conjunto de valores e costumes culturais que governam as atividades chamadas científicas; ou 4) qualquer combinação dos itens anteriores. (Merton, 1979, p. 39).

No entanto, Merton (1979) argumenta que o objetivo da sociologia da ciência não é estudar a metodologia, mas os costumes que a rodeiam, as obrigações morais que estão relacionadas à conduta do cientista. O que não quer dizer que métodos e técnicas não sejam vistos como fenômenos a serem investigados pela sociologia da ciência, mas eles só terão alguma função quando forem partes dos sentimentos sociais padronizados. Isso leva Merton

(1979) a afirmar que a comunidade científica funciona segundo alguns conjuntos de normas básicas, sendo elas: universalismo, sentido de comunidade (communality), desprendimento e ceticismo organizado.

Universalismo significa que a comunidade científica analisa as contribuições fundamentais em critérios pré-definidos e impessoais, de forma que aspectos como raça, nacionalidade, religião e sexo são fatores independentes na avaliação realizada por ela. Já o sentido de comunidade tem como premissa a idéia de que o conhecimento científico é de propriedade comum. O desprendimento é a noção de que o cientista deve trabalhar e preocupar-se primordialmente com o progresso do saber. Não é papel do cientista relacionar-se emocionalmente com a rejeição ou aceitação das questões que surgem do contexto da pesquisa. E para conseguir isso, a comunidade científica é um grupo que precisa a todo o momento submeter-se à análise crítica, ou seja, ao que ele chama de ceticismo organizado.

Merton (1979) denominou a síntese dessas normas de *imperativos institucionais da ciência* que, de acordo com Sanchez (2003), geraram posteriormente diversas críticas a sua proposta. A principal delas foi que, nessa perspectiva, a natureza dos fatos seria a principal resposta às perguntas propostas pela ciência. Nesse sentido, a ciência seria um trabalho que produziria verdades e seria “culturalmente reproduzível”.

Meadows (1999) argumenta que é possível tecer diversos comentários críticos acerca dessas regras de conduta do cientista formuladas por Merton, já que essa concepção mantém pressupostos fundamentais da ciência moderna. Uma das implicações dessa posição é que Merton vê o conteúdo da ciência como algo intocável, ou seja, ele não propõe um estudo sociológico desse aspecto. No entanto, isso não quer dizer que seu trabalho não tenha sido e ainda seja relevante para os estudos sociais da ciência, na verdade, essa possível falha propiciou a busca posterior por investigações que lidassem com esses problemas (Sanchez,

2003). Como veremos no presente trabalho, algumas de suas formulações são úteis ainda hoje para analisar aspectos do funcionamento social da ciência.

### **2.2.1 Thomas Kuhn e o funcionamento comunitário da ciência**

Embora, o modelo mertoniano tenha prevalecido até a década de setenta como um dos principais modelos da sociologia da ciência, a partir do final da década de cinquenta e início dos anos sessenta, outros pensadores contribuíram para desconstrução dos modelos lógicos da filosofia da ciência que predominavam até então. Autores como Thomas S. Kuhn, Paul Feyranbend, Ludwig Wittgenstein, dentre outros, começaram a explicitar e apresentar ferramentas conceituais que explicitavam aspectos não contemplados nos estudos epistemológicos da ciência. A função da história, a subjetividade do cientista, a linguagem e as transgressões metodológicas são alguns dos pontos investigados por esses pensadores que auxiliaram a crítica da ciência como algo “puro” que poderia ser analisada apenas por seus aspectos racionais. Algo que se tornou cada vez mais difícil à medida que a pesquisa histórica e sociológica se entrelaçava com temas supostamente lógicos da ciência. (Oliva, 1994)

O clássico trabalho de 1962 de Thomas S. Kuhn, “*A Estrutura das Revoluções Científicas*” é uma síntese e, ao mesmo tempo, um marco nas discussões sobre a história e sociologia da ciência, que traz a tona o controle social da ciência.

Kuhn (1962/2006), ao buscar compreender os padrões de uma comunidade científica e como ocorrem as mudanças de perspectivas científicas, chamadas de revoluções científicas, apresenta uma interpretação que vai muito além da epistemologia positivista. Na verdade, sua obra caracteriza-se por não dar destaque especial à epistemologia, mas sim a questões de ordem subjetiva e formas de controle social estabelecidas pela comunidade científica que são determinantes para a maneira como o cientista direciona seus esforços para certos problemas

científicos. Para isso, Kuhn recorre a diversas disciplinas: História, Sociologia, Psicologia, Filosofia da linguagem, dentre outras. É emblemática nesse sentido a afirmação de Kuhn (1962/2006), na introdução de seu livro, quando afirma que: “(...) muitas de minhas generalizações dizem respeito à sociologia ou à Psicologia Social dos cientistas”.( p.27). Oliva (1994) sobre esse ponto destaca que:

É ambicioso o projeto Kuhniano: ir da história da ciência para a epistemologia passando por generalizações sobre as condições psicossociais que tornam possível fazer ciência. Daí conferir destaque à seguinte questão: é a comunidade especial que congrega os cientistas, que dá unidade mínima às atividades de seus praticantes ou é a existência de um método, ainda que tacitamente compartilhado, que gera a identidade peculiar dessa comunidade? Seu modo de respondê-la corresponde à busca dos pontos de interação entre as razões epistêmicas tradicionais e os fatores psicossociais que se fazem presentes no processo de reprodução da racionalidade científica. (Oliva, 1994, p. 68-69).

Para Kuhn (1962/2006) a comunidade científica é caracterizada pela adoção de um paradigma – ou matriz disciplinar <sup>2</sup>. Para o autor “(...) paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma.” (Kuhn, 1962/2006, p. 201).

Dessa forma, a comunidade científica é constituída por pessoas que aderem ao paradigma formando o que ele chama de “ciência normal”. Essa adoção, segundo Kuhn (1962/2006), é fruto da tradição de pesquisa na qual os estudantes se inserem e são “obrigados” a se preocupar com determinados problemas que a comunidade científica impõe.

(...) “ciência normal” significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior.(p.29)

---

<sup>2</sup> Kuhn (1962/2006), no pós-fácio à sua obra em 1969, em repostas a diversas críticas, recorreu a expressão “matriz disciplinar” de forma a reformular a noção de paradigma como algo estático e imutável. Dessa forma, a matriz disciplinar seria um conjunto de vários elementos que funcionam juntos: generalizações simbólicas, crenças metafísicas e valores comuns assumidos por uma comunidade científica.

A partir disso, a comunidade científica estabelece formas de socialização específicas. Hochman (1994), ao discutir esse ponto na obra de Kuhn, sugere que o estabelecimento de um paradigma pode ser observado, em particular, pelos meios de comunicação utilizados pela comunidade. O aparecimento de revistas especializadas, sociedades, encontros e congressos, currículos de cursos, manuais científicos e livros didáticos são alguns dos meios pelos quais é possível observar a aceitação e divulgação de um paradigma.

Assim, Kuhn (1962/2006) salienta a necessidade de voltar-se para uma análise da estrutura comunitária da ciência. “Como se escolhe uma comunidade científica? Qual o processo e quais etapas as etapas de socialização de um grupo? Quais os objetivos coletivos de um grupo; que desvios, individuais ou coletivos, ele tolera?” (Kuhn, 1962/2006). São perguntas que podem indicar a organização social da comunidade científica.

Isso leva Kuhn (1962/2006) a dar destaque ao papel desempenhado pela linguagem assumida por uma comunidade científica uma vez que a relação entre os pesquisadores de uma comunidade científica ocorre por meio de uma linguagem bastante particular e, que para compreendê-la, é preciso estar minimamente inserido naquele contexto. Então, para Kuhn (1962/2006), a criação, legitimação e reprodução de uma linguagem é fator essencial para formação de uma comunidade científica. As duas últimas frases do *posfácio* da “*Estrutura das revoluções científicas*” evidenciam a importância dada a esse aspecto que é posteriormente uma das bases das tentativas reformulação de sua teoria.

O conhecimento científico, como linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que a criam e o utilizam. (Kuhn, 1962/2006).

Embora a noção de paradigma seja vista por diversos críticos de Kuhn como uma idéia estática da ciência, Kuhn (1962/2006) afirma que não é verdade que sua teoria não reserve espaço para problemas. Para ele, esses problemas são revelados por aquilo que ele chama de anomalias, sendo essas fundamentais para transformações na ciência. Em termos gerais, anomalias são problemas que surgem no interior de uma comunidade científica quando conceitos e/ou teoria não possibilitam ou são limitados para a resolução de problemas científicos. Anomalias são normais na ciência, mas essas passam a desempenhar papel importante na transformação da ciência quando levam grande parte da comunidade científica a procurar sua resolução e essa resolução torna-se visível e explicita um problema do paradigma ao lidar com determinados fenômenos. Isso acaba por resultar na consciência de uma crise do paradigma que supostamente conseguia ter respostas satisfatórias para um determinado fenômeno.

Nesses momentos de crise do paradigma, são bastante comuns explicações não-tradicionais para resolução do problema, o que acarreta a instauração de instabilidade do modelo vigente, de modo que o cientista passa a não mais ter confiança total em seu modelo científico. Com a eclosão dessa crise, todos os esforços da comunidade científica voltam-se para resolução desse problema que é em geral resolvido através da formulação de um novo modelo científico - estrutura-se dessa forma uma revolução científica. A partir dessa revolução, a comunidade científica passa a operar de forma totalmente incompatível com o paradigma anterior – assim um paradigma torna-se incomensurável<sup>3</sup>. Isso significa que:

---

<sup>3</sup> Kuhn realizou diversas reformulações de sua teoria entre as décadas de 60 e 90. Os principais trabalhos que caracterizam essas mudanças é apresentada na obra “*O caminho desde a estrutura*”. Dentre uma das principais mudanças em sua teoria, está a atenção especial dada por ele ao papel da linguagem no funcionamento da comunidade científica. Embora, esse aspecto já seja tratado no trabalho de 1962, é a noção de Léxico de uma teoria científica e a incomensurabilidade taxonômica entre paradigmas que representa seu esforço nessa direção. Kuhn (2006) com adoção desses conceitos passa a enfatizar aspectos da filosofia da linguagem e se afasta da idéia de gestalt paradigmática. Carone (2003) ao discutir esse aspecto na obra de Kuhn esclarece que: “(...) o léxico de uma teoria é constituído para expressar *kind terms* de sua taxonomia e

Conseqüentemente, em períodos de revolução, quando a tradição científica normal muda, a percepção que o cientista tem de seu meio ambiente deve ser reeducada – deve aprender a ver uma nova forma (gestalt) em algumas situações com as quais já está familiarizado. Depois de fazê-lo, o mundo de suas pesquisas parecerá, aqui e ali, incomensurável com o que habitava anteriormente. Está é uma outra razão pelo qual escolas guiadas por paradigmas diferentes estão sempre em desacordos. (Kuhn, 1962/2006, p.148)

Para Kuhn (1962/2006), o resultado de uma revolução científica é que a comunidade passa a vigorar sobre uma nova visão de mundo. Embora, não seja nosso objetivo aprofundar nas complexas discussões críticas que o trabalho do referido autor suscita até hoje <sup>4</sup>.

Destacam-se neste momento dois pontos importantes para o campo da presente investigação. O primeiro diz respeito a principal fonte de crítica ao trabalho de Kuhn – a noção de incomensurabilidade dos paradigmas. O que alguns autores (Oliva, 1994; Roque, 2002) sugestionam é que uma revolução científica não significa o rompimento total com um modelo anterior e muito menos que o cientista mude de forma irrevogável sua visão de mundo ao adotar um paradigma novo. O segundo aspecto diz respeito às várias discussões sobre a impossibilidade de utilização do modelo de Kuhn para interpretação das ciências humanas e sociais. Isso porque, para Kuhn, seria impossível falar de paradigma nessas ciências. Em sua perspectiva, elas estariam situadas em um período denominado de pré-paradigmático, logo estariam em constante crise pré-paradigmática. Contudo, ele não argumenta que isso signifique algo inferior às ciências naturais nem muito menos que vários de seus conceitos, e esclarecimentos acerca do funcionamento da comunidade científica não sejam úteis para uma

---

os seus significados por meio das relações internas na rede lexical. Tais termos não podem, pois, ser separados do léxico de uma teoria e transpostos para o léxico de outra sem graves alterações de sentido e turbulência na estrutura taxonômica. A referência, por sua vez, estará sendo delimitada pela significação desses termos no interior do léxico de cada teoria.” (p.26). Desta forma o cientista acostumado a trabalhar com conceitos de uma teoria torna-se prisioneiro do léxico compartilhado e incapaz de compreender satisfatoriamente um léxico que tenha prevalecido no passado da disciplina.

<sup>4</sup> O principal crítico das formulações Kuhnianas, Karl Popper (1979), descreve no trabalho “A ciência normal e seus perigos” o resumo de suas principais críticas as formulações de Thomas Kuhn.

interpretação das ciências humanas. Embora, seja quase impossível uma interpretação negativa derivada dessa concepção. Desse modo, o próprio Kuhn (1962/2006) realiza em sua obra análises de alguns aspectos do funcionamento das ciências sociais e outras áreas do conhecimento a partir de muitos de seus conceitos.

O que é necessário destacar neste momento é que a apresentação de algumas noções gerais das formulações de Kuhn não tiveram como função recorrer aos seus argumentos como base para discutir ou afirmar a idéia de paradigma no contexto da Psicologia Social. O que buscamos foi destacar que Kuhn (1962/2006) explicita importantes aspectos que envolvem o controle social da ciência que parecem independem de qual modelo científico está se tratando, principalmente, aqueles envolvidos na definição de ciência normal.

Nessa perspectiva, Masterman (1970/1979) afirma que, dentre os diversos significados dados à expressão paradigma por Kuhn, encontra-se aquele que aproxima sua análise de questões sociológicas da ciência as quais envolvem o funcionamento da comunidade científica. Assis (1993) sugere que, nessa definição de paradigma, Kuhn estaria mais preocupado com questões que: “Dizem respeito mais à natureza da aceitação que às características estruturais de um corpo de doutrina.”(p.140).

A definição, por exemplo, dos problemas que serão investigados por uma comunidade científica estão largamente relacionados ao paradigma ou matriz disciplinar adotada até aquele momento. “Numa larga medida, esses são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver.” (Kuhn 1962/2006, p.60). Nesse sentido, Kuhn (1962/2006) destaca o controle exercido pela comunidade científica sobre seus integrantes. Esse controle, com certeza, é mais explícito nas ciências naturais na qual os programas de pesquisa são bastante específicos e supostamente mais rígidos do que nas ciências humanas. O que não significa que esse tipo de controle não ocorra em tais ciências. O

que parece acontecer, nesse caso, é um controle menos explícito o que dificulta observar as formas de controle social vigentes nessas áreas.

Ainda sobre o controle social da ciência Kuhn (1962/2006) chama atenção de aspectos até então poucos destacados, como, por exemplo, o pressuposto de que a comunidade científica é coercitiva e dogmática, em especial, com aqueles que buscam demonstrar que o modelo em vigor de uma ciência apresenta problemas, e outro pressuposto polêmico seria o de que a ciência, em alguma medida, é um empreendimento bem sucedido porque grande parte dos cientistas aceitam os pressupostos daquele modelo em vigor sem questionamento. Por isso, Kuhn (1962/2006) destaca que, para compreender como um pesquisador escolhe uma comunidade científica e como ele torna-se membro dessa sociedade, é preciso saber quais as etapas da socialização de uma comunidade científica e como são definidos os objetivos de um grupo e, ainda, como a comunidade lida com os desvios individuais e coletivos. O evidencia que tal enfoque salienta a importância de se voltar para o funcionamento comunitário da ciência.

### **2.2.2 Bourdieu e o campo científico**

Em oposição à noção de comunidade científica formulada por Kuhn, o filósofo Pierre Bourdieu formula a noção de “campo científico”. Segundo Bourdieu (1983), a ideia de comunidade científica mascararia práticas que vão além de uma concepção herdeira de uma tradição que concebe a ciência como algo ainda à parte da sociedade. De acordo com Job (2006), para Bourdieu, “O que está por trás da ciência não é a ciência e sim a sociedade”.(p.39)

Bourdieu (1983) recorre à economia de mercado para sua interpretação do campo científico, e argumenta que a construção da ciência está permeada e é determinada por uma espécie de distribuição capitalista de mercadorias. Países menos desenvolvidos estariam, dessa forma, necessariamente em desvantagem perante países desenvolvidos, uma luta injusta para aqueles países com menor poder econômico.

Segundo Bourdieu (1983), o campo científico pode ser definido como um sistema no qual é disputado aquilo que ele denomina de “luta concorrencial”. O que é visado, nessa luta, é o monopólio da autoridade científica. Fruto do poder social e da capacidade técnica (competência científica) que significa a autorização para se comunicar e agir de maneira legitimada por um contexto social específico – um campo científico.

Para Bourdieu (1983), conceber o campo científico como um local de disputa é ir além da noção tradicional de que a comunidade científica luta para obtenção de uma verdade mais pura, como se o vencedor dessa disputa fosse aquele que apresentasse uma concepção mais verdadeira sobre determinado fenômeno. Para ele: “(...) o próprio funcionamento do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse* (as práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas” senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos)”. (Bourdieu, 1983, p.123)

Ainda segundo Bourdieu (1983), para discutir a ciência, é preciso evitar as distinções tão comuns. Como a tentativa de separação entre competência científica como uma forma de representação social pura, um poder simbólico e a capacidade técnica como uma razão puramente técnica. Bourdieu (1983) destaca que não há como fazer uma separação entre capacidade e competência, porque a capacidade científica de um estudante e de um cientista sempre estará afetada no decorrer de suas carreiras pela posição que os dois ocupam.

Quando falamos de capacidade científica, estamos necessariamente falando de competência técnica.

Assim, os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (as Grandes Escolas, na França, ou as Universidades, por exemplo, nos Estados Unidos). (Bourdieu, 1983, p.124)

Isso quer dizer que não é possível uma análise da ciência e de seus conflitos que isole, por exemplo, aspectos políticos de aspectos intelectuais. O campo científico é pensado como um espaço em que diversos compromissos científicos estão em jogo. O que tornaria prejudicial uma distinção entre os determinantes científicos (intelectuais) e os determinantes sociais. Ao mesmo tempo Bourdieu (1983) argumenta que a distinção entre determinantes científicos e determinantes sociais deveria ser entendida como a relação entre interesse intrínseco e extrínseco. Aquilo que é importante para o cientista deve ser interessante para comunidade científica. Desse modo:

O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros. (Bourdieu, 1983, p.125).

Bourdieu (1983) equipara o funcionamento da ciência ao tipo de investimento que se estabelece e se organiza com indicações de uma antecipação, consciente ou não, das possibilidades de lucro em relação ao capital acumulado. Ou seja, o que leva os pesquisadores a se dedicarem mais a determinados temas, os temas considerados importantes, pode ser explicado pela possibilidade que um acúmulo de conhecimento ou uma descoberta nesse campo faça com que um cientista ou um grupo de cientistas adquira um lucro simbólico mais relevante. Nesse sentido:

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para uma maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes.” (Bourdieu, 1983, p.126-127)

Bourdieu (1983) assinala que as diversas práticas científicas estão, de uma forma ou outra, direcionadas ou orientadas para obtenção de autoridade em um campo da ciência. Essa autoridade seria acompanhada de prestígio, reconhecimento e celebridade, etc. Portanto, aquilo que é denominado de “interesse” por uma prática científica tem diversas funções.

O autor também argumenta que a luta por autoridade científica assemelha-se a um tipo especial de capital social que garante ao cientista converter sua autoridade em outras espécies de capital. A característica distintiva desse capital é que, no caso da ciência, quanto mais autônomo for um campo científico, mais provável que seus clientes sejam seus próprios concorrentes. Isso significa que um cientista de uma área do conhecimento só terá reconhecimento de valor da sua produção a partir do exame realizado pelos praticantes daquela área. Dessa maneira, os produtores de um campo científico avaliam seus “concorrentes”, o que torna essa avaliação mais criteriosa. Isso revela que apenas pesquisadores envolvidos no mesmo campo possuem formas de se apropriar simbolicamente do trabalho científico e de analisar seus méritos.

Outro ponto relevante destacado por Bourdieu (1983) é que, no campo científico, a luta que é estabelecida entre seus agentes é também uma luta de poder para impor uma

visão de ciência (problemas de pesquisa, métodos e teorias) que esteja em consonância e de acordo com interesse do cientista. Dessa forma, a própria definição do que está em jogo na luta científica é parte daquilo que se disputa. Com isso, os dominantes serão aqueles que conseguirem impor uma definição de ciência a partir da qual ser e fazer aquilo que eles são e fazem é o objetivo. Logo, “(...) a eficácia simbólica que sua legitimidade lhe confere permite que ela preencha uma função semelhante ao papel que a noção de opinião pública preenche para a ideologia liberal.” (p.128). Essa situação levaria a um problema inevitável no campo científico, que, de acordo com Bourdieu, é bastante semelhante a problemas envolvidos nas relações de classes. Esse problema seria que:

Tanto no campo científico quanto no campo das relações de classe não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: à medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é bom juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada. (Bourdieu, 1983, p.130)

Para Bourdieu (1983), esse problema revela o quanto podem ser ingênuos os sistemas de avaliações realizadas por “juízes” de agências de fomento, de revistas científicas, etc. Supor que o fato desses juízes ocuparem uma hierarquia qualquer os exima de adotar determinadas tendências de escolha e de avaliação é adotar a filosofia da objetividade como se esses não compactuassem com determinados pontos de vista.

A partir dessas discussões, Bourdieu (1983) argumenta que a autoridade científica é uma espécie de capital que, como outro qualquer, pode ser acumulado, convertido e, em determinados contextos, revertido em outros tipos de capital. Assim, um estudante desde sua entrada na universidade tem consciência da acumulação de determinadas “experiências” que aumentam sua probabilidade de acesso à pós-graduação e a uma carreira

como pesquisador. Essa acumulação vai de relações interpessoais até trabalhos formais (pesquisas e publicações).

Nessa acumulação de capital, a publicação de trabalhos científicos, como os artigos científicos, desempenha papel fundamental para a distinção de um cientista. O número de publicações, a qualificação e o alcance do periódico em que um artigo é publicado, bem como o tempo decorrente entre as publicações, e a visibilidade do pesquisador de acordo com o número de autores - quanto mais autores, menos visibilidade - são todos fatores que diferenciam um cientista e um determinado campo científico.

A partir dessas questões, Bourdieu (1983) sugere que o campo científico é estabelecido e mantido em detrimento de seus praticantes mais respeitados – os dominantes. Esses buscam a todo custo manter uma concepção de ciência e os rumos da área através da educação científica transmitida aos seus alunos.

Os dominantes consagram-se às *estratégias de conservação* visando assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com qual compactam. Essa ordem não se reduz, conforme comumente se pensa, à *ciência oficial*, conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no estado objetivado sob forma de instrumentos, obras, instituições etc; (Bourdieu, 1983, p.137)

Por fim, Bourdieu (1983) destaca que as subversões em campo científico só seriam possíveis a partir de grupos e de pessoas que estejam à margem do grupo dominante. Isso porque o sistema de controle incide de forma menos efetiva sobre eles.

Em seguida, é apresentado dois exemplos de modelos construtivos da ciência, esses modelos indicam outra possibilidade de interpretação da ciência que parece complementar os descritos até aqui.

### **2.2.3 Latour e Knorr-Cetina: dois exemplos de modelos construtivos da ciência**

A partir do final dos anos sessenta, aumentam e surgem diversos modelos de investigação de campo da ciência. Os estudos de caso caracterizam a maioria desses trabalhos. Também denominados de “modelos construtivos”, esses se propõem a uma espécie de microsociologia da ciência. A etnografia é utilizada como um dos principais métodos nessa orientação. O trabalho marco nesse campo foi realizado pelos antropólogos Bruno Latour e Stevem Woolgar e publicado em 1979, na controvertida obra “*A vida de Laboratório: a construção dos fatos científicos*”.

Nesse trabalho, Latour e Woolgar (1997) realizam uma investigação etnográfica em um conceituado laboratório de neuroendocrinologia americano e argumentam que os fatos científicos não são algo descoberto, no sentido de desvelamento da natureza. São construções extremamente complexas permeadas pelo contexto social em que estão envolvidas as forças sociais dos sujeitos e das instituições.

Os estudos nessa linha são realizados como qualquer outra investigação etnográfica. O antropólogo desenvolve seu trabalho no local onde a pesquisa é realizada – no laboratório. Insere-se dessa forma no espaço do fazer científico e o objetivo é analisar o caráter artesanal da ciência, como essa é construída na prática. Busca-se, com isso, desmistificar o trabalho do cientista como diferente do trabalho de não-cientistas. De acordo com Sanchez (2003) neste caso:

A etnografia compara, então, os estudos feitos no laboratório – com a participação de um observador-, com aqueles feitos do laboratório, ou seja, com o conteúdo dos informes formais. As conclusões distanciam-se muito do caráter especial da ciência e certificam que trata-se de um processo social; que os fatos se constroem, e não se descobrem.”(p.38)

Dessa forma, a ciência deixa ser vista como algo inacessível e passa a ser concebida como um fenômeno que estabelece condições capazes de unir os processos que a constrói. O

laboratório seria onde a força dos sujeitos e das instituições interage para tornar a ciência algo possível. Assim, o cientista busca criar ordem a partir do caos, mas é uma ordem fabricada.

Latour e Woolgar (1979) alegam que, ao contrário do que muitos pensam, essa perspectiva não tem como função menosprezar e nem desmerecer o trabalho científico. Apenas pretende demonstrar que a ciência funciona como um tipo de “ficção” e que isso não significa que a ciência seja uma farsa nem muito menos sem valor ou sem conseqüências práticas importantes para a sociedade. De acordo com Sanchez (2003), nessa concepção:

A ciência é vista como outra manifestação cultural da atividade humana e seus produtos não deveriam desfrutar de privilégios que a assinalem como uma “atividade especial”; pelo contrário, deve ser considerada como prática onde os componentes sociais e culturais tenham a mesma importância que os limites que impõe a ordem do discurso. (p.42)

Em uma linha de pensamento próxima a de Latour e Woolgar (1997), cita-se o trabalho de Knorr-Cetina (1981), autora que também busca uma espécie de microanálise da atividade científica. Ou seja, investiga como o conhecimento científico é produzido no seu local de produção. É nesse sentido que seu modelo também é denominado construtivo, já que o local de construção científica é concebido como um ambiente de pré-construção artesanal da ciência. (Job, 2006).

Knorr-Cetina (1981) também argumenta que é preciso notar que há um tipo de lógica oportunista da investigação científica. Lógica essa que está baseada em regras que estabelecem oportunidades, distribuição do poder e chances. Job (2006), ao analisar o funcionamento dessa regras no trabalho de Knorr-Cetina, esclarece que, nessa concepção, o “(...) cientista deve se adaptar ao ambiente e às regras, utilizar os recursos disponíveis, negociar e assim terá possibilidade de ampliar seu espaço e ser reconhecido.”(p.41)

A concepção de que a atividade científica depende das especificidades de onde está sendo produzida é vinculada à economia de mercado. Premissa essa que aproxima Knorr-Cetina também das formulações de Boudieu. (Hochman, 1994)

Com isso, para Knorr-cetina (1981), a imagem da comunidade científica representa algo menos coerente e cooperativa do que competitiva, funcionando com base na economia de mercado. Termos como: investimento, riscos, capital, dentre outros, podem, segundo ela, serem utilizados para compreender a competição constante na comunidade científica.

A idéia central de seu trabalho é que a atividade científica estaria situada em uma arena onde o trabalho do cientista e sua organização econômica estaria relacionada a outras diversas instituições e pessoas. Isso levaria a diversas disputas constantes entre várias pessoas, grupos e instituições científicas e não-científicas. O que acarretaria relações e decisões que não poderiam ser denominadas de científicas e não-científicas.

Nesse cenário, estariam presentes agências de financiamento, coordenadores e diretores de instituições científicas, além de outros elementos e atores que supostamente não fazem parte da comunidade científica. Para a autora supracitada, o próprio cientista desempenharia diversos papéis, nesse contexto. Administrador, agenciador, contador e consumidor seriam alguns deles. Desempenhar essas funções teria como objetivo negociar com outras pessoas e instituições intrinsecamente vinculados à ciência. Esse tipo de relação envolvendo diversos atores e contextos diversos estabeleceria aquilo que ela denomina de *arena transepistêmica*.

As diversas decisões que um cientista deve tomar, inclusive decisões de ordem científicas (métodos, instrumentos, teorias, análises de dados) seriam influenciadas por essa arena. Com isso, conclui-se que as decisões de um cientista ou uma comunidade científica não são determinadas apenas por critérios supostamente científicos. A comunidade científica deixaria de ser vista e analisada como o único foco e/ou principal unidade para construção e

produção do conhecimento. Hochman (1994), ao analisar esse ponto no trabalho de Knorr-Cetina, elucida que:

As arenas transepistêmicas são constituídas, dissolvidas e reconstituídas cotidianamente na atividade científica contextualizada, implicando jogos interativos entre vários agentes que dela participam. (p.226)

Portanto, para investigar o funcionamento da comunidade científica, é preciso considerar os diversos elementos que perpassam o trabalho do cientista. Na arena transêpistemica há muito mais do que os problemas internos da pesquisa científica.

Essa sucinta apresentação dos primórdios da sociologia da ciência e de alguns modelos de interpretação da ciência teve como função apenas contextualizar o surgimento do campo e explicitar algumas possibilidades de interpretação. Além disso, a descrição desses modelos pode ser vista de forma complementar ao invés de serem vistos como totalmente incompatíveis. Kuhn busca compreender o funcionamento comunitário da ciência, Bourdieu indica uma espécie de mercado que controla a ciência, Latour e Woolgar apontam para o cotidiano da ciência e Knorr-cetina investiga como a ciência e perpassa por questões externas a própria comunidade científica.

Em seguida, será apresentada uma breve definição de comunicação científica, e o papel de seu principal veículo de informação, o periódico científico. Também será descrita uma breve discussão acerca da informalidade que perpassa a comunicação científica e suas funções, e por último será apresentado uma discussão sobre a avaliação da ciência no contexto da psicologia brasileira e seus possíveis efeitos no direcionamento da produção do conhecimento.

## 2.3 A comunicação científica

Os processos de produzir e divulgar o conhecimento científico são fenômenos tão entrelaçados que seria tarefa impossível falar de um sem se referir ao outro. O simples fato de falar sobre qualquer forma de conhecimento implica a disseminação e divulgação do mesmo.

Contudo, como se dá o processo de comunicação na ciência é com certeza uma questão de difícil compreensão. A complexa organização da ciência e o grande volume de informações que essa produz de maneira incessante, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando a relação entre ciência e política <sup>5</sup> tornou-se bastante evidente, revelam, dentre outros, o campo da comunicação científica como uma importante área de investigação para as disciplinas que buscam pesquisar o funcionamento social da ciência. (Haberer, 1979)

Dessa forma, em primeiro lugar, deve-se considerar que são várias as definições daquilo que se denomina comunicação científica. Para a presente pesquisa, serão descritas algumas definições advindas de trabalhos clássicos e recentes da ciência da informação com intuito de trazer à tona discussões e definições centrais dessa área, as quais se relacionam diretamente com o presente trabalho.

Uma primeira definição de comunicação científica pode ser vista a partir de Menzel (1966) que define a comunicação científica como um tipo de fenômeno de massa, o que leva esse processo a ser concebido como uma interação complexa dentro de um sistema social. Processo que envolve diversas instituições, indivíduos e seus vários papéis (pesquisador, editor, leitor, autor, revisor, conselheiro editorial). Esses papéis deixam claro que a relação entre o pesquisador e a informação envolve muito mais do que uma ligação direta entre o

---

<sup>5</sup> Haberer (1979) mostra, entre outras coisas, que a partir da Segunda Guerra Mundial políticas científica e iniciativas de investimentos na ciência aumentaram vertiginosamente. O que teve como efeitos a necessidade de criação de meios de comunicação científica mais eficiente.

cientista e um canal de informação como uma revista científica ou um relatório de pesquisa, por exemplo.

Para Menzel (1966), ao estudarmos o processo de comunicação científica devemos levar em conta no mínimo cinco premissas para compreensão desse fenômeno, são elas:

- A comunicação científica constitui um sistema dentro da ciência;
- Diversos canais se entrelaçam simultaneamente no processo de transmissão de uma informação científica;
- A comunicação informal desempenha papel fundamental no sistema;
- Os cientistas devem ser vistos como um público específico;
- Os sistemas de comunicação científica apresentam diversas funções para uma comunidade científica.

Para Menzel (1966), a população que utiliza a informação científica é composta por cientistas, profissionais especializados de diversas áreas, estudantes de vários níveis, dentre outros. Isso possibilita olhar para comunidade científica como um tipo de público e descrevê-la, portanto, a partir de algumas categorias da comunicação de massa pode ser útil para sua melhor compreensão, considerando, é claro, suas especificidades. A descrição em termos de tamanho, interação entre eles e interesse em um tópico específico, são algumas dessas categorias.

Contudo, Menzel (1966) faz algumas distinções importantes entre o público científico e o público da comunicação de massa. A primeira diferença é que, no caso da comunicação científica, o leitor tem alta predileção para obter informações nos canais que são disponibilizados para servi-lo, já o público de comunicação de massa tem sua predileção mais variada e dispersa. A segunda diferença é que os cientistas querem informações que o auxiliem em atividades muito específicas, as quais formam uma parte essencial de sua

profissão, já o público de comunicação de massa nem sempre busca informações que tenham como função indicar resolução de problemas e atividades pormenorizadas. E por último, por causa dessas diferenças citadas, a comunicação científica tem desenvolvido um padrão altamente sofisticado de comunicação profissional. Cientistas olham cada vez mais para os serviços e sistemas de comunicação como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da ciência, da profissão e da construção da própria carreira acadêmica.

Já Pisciotta (2006), baseada na Teoria Geral dos Sistemas, compara a comunicação científica às redes sociais. Para Pisciotta (2006), a partir dessa concepção, a comunicação científica passa a ser analisada como uma rede social na qual são estabelecidas relações entre os sujeitos e as instituições; entre os pares e dos pares para com os diversos setores da sociedade que são concebidos como sub-redes inter-relacionadas. Assim, quando olhamos para a produção científica, não estamos apenas olhando um produto, mas o efeito de alterações no sistema. Para ela:

A ciência, como manifestação social e cultural, funciona em rede, por meio de todos os recursos que foram estabelecendo-se ao longo da história: a comunicação direta, verbal, a comunicação escrita, a comunicação virtual. Contemporaneamente a ciência flui nos diálogos entre professores e alunos – nas universidades e nos livros; entre cientistas – nos congressos e nas publicações especializadas; entre os cientistas e a sociedade – na mídia escrita e televisiva; entre todos – no correio eletrônico e nos portais da Internet. (Pisciotta, 2006, p. 123)

Pisciotta (2006), mediante essas considerações, destaca que podem ser estabelecidas três categorias básicas de comunicação científica. A comunicação informal, a comunicação formal e a comunicação eletrônica, sendo que a última pode envolver tanto aspectos informais quanto formais. Mas é preciso ter em mente que não há uma hierarquia ou sobreposição dessas formas de comunicação, é melhor pensar nessas categorias como formas inter-relacionadas de comunicação, embora, muitas vezes, algum aspecto seja mais explícito e predominante de

acordo com o veículo de comunicação. Assim, uma comunicação formal, um artigo científico, por exemplo, não deixa muito claro o papel da informalidade que foi parte constituinte do trabalho. Destacando-se, assim, apenas o resultado formal desse tipo de produção. Do mesmo modo, em uma comunicação informal, por exemplo, a conversa entre dois pesquisadores durante um encontro científico pode conter informações importantes para seus trabalhos, mas, no entanto, não há indicação de recorrência a fontes formais. Portanto, dificilmente podemos considerar uma comunicação científica “puramente” formal ou informal.

Para conseguirmos compreender melhor como a informalidade na ciência entrelaça-se com a comunicação formal, será descrito a seguir uma discussão introdutória ao tema, com a função de discutir o papel da informalidade na constituição de um campo do saber.

### **2.3.1 A função da informalidade na comunicação científica e a formação dos Colégios Invisíveis**

De acordo com Swanson (1966), os canais de comunicação informal entre os cientistas são anteriores ao surgimento do periódico científico e, portanto, não é um fenômeno novo. Para o autor, na verdade, foi a partir de práticas informais que os métodos formais de comunicação científica surgiram.

Menzel (1966) argumenta que, a despeito de sua importância, o papel da informalidade é muitas vezes desconsiderado quando o tema comunicação científica é discutido. E, para destacar a função da informalidade na comunicação científica, o autor afirma que uma informação científica muitas vezes só afeta uma ciência quando essa se tornou recorrente dentro do campo das discussões informais em uma comunidade científica.

Com isso, Menzel (1966) alega que é freqüentemente necessário que uma informação seja exposta repetidamente de maneira informal entre os membros de uma comunidade

científica antes de provocar um impacto considerável, capaz de produzir mudanças significativas dentro dessa comunidade. Dessa forma, é sugerido que a comunicação “sem” planejamento desempenha função essencial no sistema de comunicação científica.

O autor destaca, ainda que, apesar do papel da comunicação informal na ciência ser vista em grande parte como acidental e sem planejamento, há bons motivos para acreditar que nesse tipo de comunicação exista um padrão nas ações dos pesquisadores. Como exemplo, o autor cita o padrão comum de pesquisadores que tendem a buscar informações mais em determinados lugares do que em outros, como instituições, pesquisadores e colegas de profissão. Há, dessa forma, certas ocasiões “arranjadas” que propiciam trocas de informações. Corredores de encontros científicos; antes e após apresentações de trabalhos; a visita de pesquisadores a instituições devido a obrigações profissionais como a participação em bancas de mestrado e doutorado, dentre outras.

Algumas das situações que ocorrem nesses contextos podem ser: a solicitação de um tipo de informação e a obtenção de outra não esperada; informar a um colega da mesma área ou não sobre seu trabalho atual e receber informações relevantes de outras pessoas que estão trabalhando com algo semelhante ou obter informação espontânea de alguém que esteja próximo por outro motivo; ou seja, essas ocasiões aparentemente acidentais são fontes de disseminação e troca de informações relevantes para o desenvolvimento de uma ciência. Nesse sentido, Menzel (1966) ressalta que:

(...) há alguma regularidade no conteúdo da informação que parece preferencialmente fluir através destes tipos de canais e não através dos mecanismos de palavra impressa mais regulares e sistematizados como aqueles apresentado nos dispositivos de controle bibliográfico. Por exemplo, há um certo nível de know-how de informações sobre o uso e criação de informações científicas que parece acontecer através do boca-a-boca, talvez porque este tipo de informação é considerada como sendo indigno de tratar em pormenor na palavra impressa. (p. 1001)

Meadows (1999), ao analisar diversos aspectos que envolvem o funcionamento da comunicação científica, dá destaque aos encontros científicos e à função da informalidade nesse tipo de evento. Para ele: “Os congressos e conferências são o protótipo da interação informal.” (p.139). Isso deve-se ao fato de que grande parte dos participantes vão a congressos para conversar e trocar informações com os colegas distantes geograficamente e não apenas assistir apresentações, o que propicia contato direto com pesquisadores de outras localidades.

Meadows (1999), ao citar um estudo inglês que investigou a importância de congressos científicos, diz que 90% dos cientistas britânicos conseguiam obter informações importantes para seus trabalhos, e que esse número ainda era maior para os cientistas que buscavam informações nos anais desses encontros.

As relações informais na ciência é considerado tão relevante para alguns estudiosos da comunicação científica (historiadores da ciência, sociólogos da ciência e cientistas da informação) que recebeu uma denominação específica: *Colégios Invisíveis*. Essa expressão refere-se historicamente às pessoas que organizaram no século XVII a *Royal Society of The London*. Nesse período, cientistas e outros diversos estudiosos - que viriam fundar o que é considerado a primeira sociedade científica - trocavam informações através de cartas e encontros informais de forma a estabelecer uma rede de comunicação em que cada qual sabia o que está sendo realizado pelos outros cientistas. Essa rede tinha como função, dentre outras coisas, defender a prioridade de descobertas e invenções.

De acordo com Price e Beaver (1966), a noção de *Colégios Invisíveis* na ciência pode ser entendida como as relações estabelecidas intra-grupos científicos. Mas, como o clássico artigo de Price e Beaver (1966) refere-se, principalmente, à situação de ciências como a física e biologia na década de 60, pode-se complementar a definição de *Colégio Invisível* desses autores afirmando que, na ciência atual, mais especificadamente, em áreas como a Psicologia

Social, essa noção pode ser vista como as relações estabelecidas intra e entre grupos científicos e não-científicos que interagem com os psicólogos sociais e dão subsídios para suas investigações.

Como exemplo de pesquisa empírica que investigou a relação entre a informalidade e formalidade na ciência, Price e Beaver (1966) demonstram, a partir da análise da produção científica formal (artigos científicos), como é possível traçar padrões dessa invisibilidade que perpassa a produção formal da ciência. Nesse estudo um dos aspectos analisados foi o funcionamento de autorias múltiplas e singulares em artigos científicos. Os autores demonstram que, no contexto da amostra analisada por eles, parte da autoria múltipla está vinculada a questões de ordem econômicas e de dependência acadêmica e profissional de um autor sobre o outro. Para os autores, esse tipo de trabalho que analisa aspectos que perpassam a produção científica revela que:

As implicações deste estudo são importantes para a análise da vida social da ciência e da natureza da colaboração e comunicação da pesquisa de ponta. Não só nos indicou que a investigação de ponta é dominada por um pequeno núcleo de trabalhadores ativos e de uma grande população transitória de colaboradores, mas é ponto de passagem, em conclusão, para a possibilidade de que trabalhando junto em colaboração grande parte da comunicação da pesquisa de ponta ocorra. (Price e Beaver, 1966, p.1017)

Para Meadows (1999), *Colégios Invisíveis* e grupos similares, como redes de comunicação entre cientistas, parecem seguir alguns princípios básicos. Meadows (1999) sugere três princípios básicos envolvidos nessa forma de comunicação. São eles:

O mais provável é que pesquisadores de posição inferior procurem informação junto a pesquisadores de posição superior, e não o contrário. O mais provável é que pesquisadores de posição superior busquem informação junto a outros pesquisadores de igual posição do que junto a pesquisadores de posição inferior. Os pesquisadores de posição superior são particularmente ativos em matéria de intercâmbio de informação. Tudo isso corresponde a tendências e não a verdades absolutas, e depende de fatores como a informação que está sendo trocada. Por exemplo, talvez os orientadores (posição superior) confiem a seus alunos de doutorado (posição

inferior) a tarefa de procurar informações em publicações novas que sejam de interesse. (Meadows, 1999, p.145)

Com essas breves considerações sobre o papel da informalidade na ciência, há poucas dúvidas sobre a função e importância da comunicação informal. Torna-se claro, nesse sentido, que a formação de colégios invisíveis é apoiada na construção de uma rede de comunicação na qual o acesso e distribuição de informações ocorre, em geral, de maneira condensada. Assim, “pequenos” grupos de pesquisadores dentro da comunidade científica mantêm um alto grau de interlocução entre si. E dependem de uma grande massa transitória de pessoas (alunos em geral de pós-graduação). Para que pesquisadores neófitos possam ter acesso a essa rede, é preciso, de alguma forma, que se associem aos participantes desse colégio. Ou seja, as comunidades científicas embora contemplem um grande número de pesquisadores, é controlada por um número pequenos de pesquisadores que mantêm alto nível de troca e transmissão de informações por outras vias além das vias formais.

### **2.3.2 O periódico científico como veículo formal de informação e fonte de caracterização de um campo do saber**

No presente trabalho além destacar o periódico científico como um dos principais veículos de comunicação formal da ciência, ressalta-se seu papel como fonte primária de informações históricas de uma área do conhecimento. É, portanto, um tipo de documento que apresenta algumas vantagens para uma investigação do desenvolvimento de uma comunidade científica. Dentre essas vantagens, podemos citar a possibilidade de análise de resultados de trabalhos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), trabalhos apresentados em eventos científicos, produção específica de laboratórios e centros de pesquisa e trabalhos de profissionais que não estão vinculados a instituições acadêmicas. Além disso, sua

regularidade propicia um acompanhamento mais próximo da produção da área em determinado período histórico.

Nesse sentido, como sugere Price (1963/1976), se considerarmos um documento como uma expressão de uma pessoa ou de um grupo que trabalha na execução de uma investigação científica, pode-se afirmar algo sobre a interação entre as pessoas a partir desses documentos. Portanto, pode-se dizer que periódicos científicos indicam fatores relativos ao desenvolvimento de uma comunidade científica em um determinado momento histórico e social.

A escolha do periódico como fonte principal para uma análise da produção de uma comunidade científica fundamenta-se, portanto, na crença de que essa forma de publicação constitui-se em um dos mais reconhecidos meios de comunicação e divulgação científica. De acordo com Alvarenga (1996), a comunicação científica via periódico científico é o meio formal mais utilizado e destacado em praticamente todos os ramos científicos desde que surgiu no século XVII por meios das primeiras sociedades científicas.

As duas primeiras revistas científicas surgem em 1665, a primeira, na França, *Journal dês Sçavans*, que tinha como objetivo fazer compilações sobre os principais livros publicados na Europa e notícias gerais sobre a ciência, ficou conhecida como a primeira revista de divulgação científica. A segunda revista foi *Philosophical Transactions of The Royal Society of London*, que tinha características mais acadêmicas, com publicações mais detalhadas e específicas de pesquisas realizadas em vários países da Europa (Meadows, 1999). Gonçalves, Ramos e Costa (2006) afirmam que, já nessa revista, são estipuladas as principais regras do periódico científico atual, como as funções do editor, conselho editorial e periodicidade.

Ainda sobre a revista científica, Cetto e Gamboa (1998) chamam atenção para o fato de que, no caso da América Latina, esse tipo de publicação é sustentado por associações

científicas e por Universidades. Diversamente do que ocorrem nos Estados Unidos e Reino Unido, onde se estima que 47% desse tipo de produção estejam nas mãos e são de responsabilidade de editoras comerciais, os *publishers*.

Não há uma definição precisa do que seja exatamente um periódico, mas há certa concordância de que se trate de uma publicação seriada, com um título contínuo, editado em intervalos regulares e, em alguns casos, irregulares, mas sempre inferior a um ano.

Um dos principais motivos que levam o artigo a ser considerado fonte de conhecimento na comunicação formal da ciência é o fato de ele passar por um processo de avaliação. Em geral, a aceitação e publicação de um artigo por uma revista científica se dá através de análise feita por uma comissão editorial e por um conselho editorial que tem como função emitir pareceres os quais indiquem a aceitação, aceitação parcial condicionada a modificações sugeridas pelos pareceristas ou não aceitação do artigo. Essa comissão é, em geral, composta por especialistas em diversos temas dentro de uma área científica. O processo pelo qual se dá essa avaliação é denominado de *revisão de pares* (*peer-review*). Nesse processo, que ocorre através do procedimento duplo cego, ou seja, os artigos enviados pelos autores e o parecer emitido pelos consultores ocorre sem a identificação entre ambos, de forma a tornar o processo o mais isento possível.

Contudo, isso não quer dizer que esse processo não apresente problemas. Os resultados apresentados por um clássico estudo realizado pela NFS (National Foundation Science), nos Estados Unidos, que investigou o sistema de *peer-review* na análise de projetos de pesquisa que concorrem à obtenção de financiamento, é um exemplo útil porque aponta alguns problemas que podem ser extrapolados para uma análise das questões que surgem, ao se discutir o sistema de revisão de artigos submetidos à publicação em periódicos científicos. (Cole, 1977, citado por Alvarenga, 1996).

Ao descrever esse estudo Cole (1977), citado por Alvarenga (1996), observa, primeiramente, que, no sistema de revisão por pares, os revisores são em muitas situações fortemente influenciados pela percepção inicial da qualidade dos trabalhos e não pelo status profissional do candidato. No entanto, no que diz respeito aos fatores relacionados à estratificação social e às dotações de recursos financeiros para as propostas, fatores esses supostamente influenciados pela “camaradagem” na avaliação por pares, poderiam ser identificadas as seguintes situações: a) pesquisadores com perspectivas semelhantes serão sempre favoráveis a trabalhos apresentados por investigadores com linhas de pensamento iguais ou próximas; b) pesquisadores colegas entre si que “cresceram juntos” ou freqüentaram a mesma universidade, utilizam-se de critérios fraternais nas avaliações e julgamentos; c) investigadores renomados tendem a favorecer seus pares na hierarquia da ciência, mesmo se não existe relação ou contato pessoal entre eles.

Conforme Alvarenga (1996), uma possível crítica a esse sistema seria a possibilidade de, em algumas situações, haver negligência na avaliação e julgamento da qualidade da proposta de renomados cientistas, o que acarretaria vantagens desses sobre cientistas novatos e menos reconhecidos pela comunidade científica. Essa situação configuraria no processo de produção do conhecimento científico a famosa hipótese do “*rich get richer*”.

Davyt e Velho (2000) salientam que o sistema de avaliação por pares em muitas situações ignora o papel fundamental da mudança na ciência. Isso acontece porque os pares avaliam os trabalhos a partir do pressuposto de que esses devem se adequar a determinadas regras da comunidade científica. Desse modo, a validade das próprias regras dificilmente é questionada. Isso acarreta, em muitos casos, a rejeição de trabalhos que questionam ou apresentam inovações em um determinado campo do conhecimento e/ou no campo dos próprios avaliadores. Outro problema decorrente desse processo é a possibilidade de

identificação do autor pelo consultor, em especial, quando a temática do trabalho envolve um número reduzido e conhecido de especialistas e algumas características pessoais do trabalho de determinados autores evidentes no trabalho.

O editor desempenha, nesse processo, papel principal, pois é a figura responsável pela dinâmica do processo de comunicação em uma revista científica. Envolve-se com todos os aspectos necessários para o funcionamento da revista. Questões financeiras, técnicas, administrativas, contato com autores e revisores, dentre outras funções. São, denominados, *gatekeepers* porque são responsáveis por intermediar uma série de relações entre autores, conselho editorial, consultores ad hoc, leitores, dentre outros atores envolvidos no processo ao mesmo tempo em que controlam o fluxo e organização dos trabalhos. (Youdeowei, 2001).

Essa breve discussão e descrição do processo editorial da revista científica teve como função apresentar alguns possíveis aspectos envolvidos na produção de conhecimento veiculado na revista científica e como esses afetam seu funcionamento.

A partir das questões apresentadas acima, juntamente com o aumento significativo da produção de conhecimento científico e a organização científica no século XX, começaram a surgir pesquisas sobre o desenvolvimento e a avaliação da ciência. Sendo os periódicos científicos a principal fonte primária para a realização dessas pesquisas.

Davyt e Velho (2000) afirmam que a partir da consolidação e desenvolvimento do aparelho do estado, responsável pelo aumento de distribuição de recursos à ciência e tecnologia no período pós-segunda guerra mundial, surge o interesse de órgãos do governo em medir o desenvolvimento da ciência. Com isso, principalmente, a partir da década de 1960, instrumentos da própria ciência passam a ser utilizados para investigar a atividade científica. Segundo Price (1963/1976), com metodologias da história e da sociologia, nasce uma área do conhecimento que tem sido nomeada de “Ciência da Ciência”. Métodos, em geral

quantitativos, caracterizam os estudos sobre o funcionamento da ciência como fenômeno social nesse período. Essa área torna-se mais conhecida como cienciometria ou cientometria e tem como base a estatística e a sociologia da ciência, baseada, em princípio, nos estudos do sociólogo Robert Merton. Segundo Spinak (1998):

Los temas que interesan a la cienciometría incluyen el crecimiento cuantitativo de la ciencia, el desarrollo de las disciplinas y subdisciplinas, la relación entre ciencia y tecnología, la obsolescencia de los paradigmas científicos, la estructura de comunicación entre los científicos, la productividad y creatividad de los investigadores, las relaciones entre el desarrollo científico y el crecimiento económico etc.(p.142)

Grande parte desses indicadores é utilizada para medir a quantidade e o impacto das publicações em diversos campos. Várias críticas têm sido realizadas sobre esses indicadores, uma das mais correntes é que parte significativa do funcionamento da ciência não é descrita na literatura científica. Em defesa desses indicadores, é dito que, em muitos casos, principalmente naqueles em que esses indicadores não são utilizados para medir somente o nível de produtividade, eles conseguem de forma única associar quantidade à qualidade. Nesse sentido, a quantificação aponta para os aspectos qualitativos da produção de conhecimento em contextos e períodos específicos. Como, por exemplo, o aumento ou diminuição de pesquisas em determinadas áreas, a adoção e/ou abandono de metodologia e orientações teóricas, dentre outros.

#### **2.4 Avaliação de periódicos científicos em psicologia no Brasil e possíveis relações com o direcionamento da produção de conhecimento**

Essas breves questões sobre o funcionamento e papel do periódico científico revelam sua importância no funcionamento da ciência. Já que os artigos veiculados nos periódicos científicos tornaram o principal indicativo da produção de conhecimento científico mundial,

critério evidenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão nacional responsável pela avaliação da produção científica brasileira.

No processo de avaliação dos programas empreendido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), são considerados quatro indicadores de produção: artigo em periódicos; trabalhos apresentados em congressos; livros (capítulos, texto integral ou organização); e dissertações e teses. Desse conjunto, certamente há um incentivo à produção científica expressa em artigos em periódicos, a modalidade mais arbitrada dentro outras. (Yamamoto, et al, 1999, p.7)

No contexto brasileiro é, em especial, a partir da classificação Qualis, proposta pela CAPES, que o periódico torna-se elemento central para avaliação da produção científica nacional. Em termos gerais:

Qualis é o resultado do processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos. Tal processo foi concebido pelas CAPES para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e baseia-se nas informações fornecidas pelos programas e pela Coleta de Dados. Esta base de dados ficará disponível constantemente no sítio da CAPES e constitui importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização. Os veículos de divulgação citados pelos programas de pós-graduação são enquadrados em categorias indicativas da qualidade – A, B ou C e do âmbito de circulação dos mesmos – local, nacional ou internacional. As combinações dessas categorias compõem nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado, e, por inferência, do próprio trabalho divulgado. Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode em cada área, ao que o veículo publica de sua produção. No entanto, não se pretende, com esta classificação, que é específica para um processo de avaliação de área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta. (Site capes, 2008).

Segundo Yamamoto e Menandro (2004), essa avaliação tem como função, em resumo, propiciar uma série de informações acerca da pós-graduação no país, de maneira que decisões acerca de fomento a pesquisas, planejamento da ciência e tecnologia no país, considerando necessidades nacionais e regionais, dentre outros fatores, sejam dependentes da avaliação dessas informações. Também é a partir dessa avaliação que se buscam estabelecer padrões de

qualidade, objetivando a certificação dos programas de pós-graduação que constituem o sistema e o aperfeiçoamento dos programas através dos problemas identificados pela própria avaliação.

Paula (2002) afirma que é a partir do processo de avaliação dos periódicos nacionais e da classificação Qualis que se configuram algumas mudanças substanciais na qualidade da produção científica nacional. Contudo, é preciso observar que o objetivo inicial dessa avaliação, que foi auxiliar na avaliação da pós-graduação brasileira, vai além desse propósito. Essa classificação tem cada vez mais suscitado efeitos na comunidade científica (Costa, 2006). Alguns deles são: a busca dos editores por tornar o padrão de qualidade mais próximo possível daquele exigido pelos critérios de avaliação de maneira que isso aumente as probabilidades de conseguir e manter auxílio financeiro; a escolha dos autores que consideram diretamente a avaliação dos periódicos para submeterem seus trabalhos e os leitores/consumidores que levam em conta essa avaliação de maneira que maior credibilidade é dada aos trabalhos publicados em revistas que possuem melhores classificações. Segundo Costa (2006), com isso mudanças tem ocorrido de forma unilateral, ou seja, apenas em função dos critérios de avaliação já definidos. O que tem, no mínimo, como veremos a seguir, causado questionamentos sobre o sistema de avaliação utilizado para classificar os periódicos.

No caso específico da Psicologia, é possível falar de uma preocupação anterior à proposta Qualis e a avaliação das publicações em psicologia no Brasil. No encontro de 1996 da SBP, Sociedade Brasileira de Psicologia, foi realizada uma primeira proposta de discussão entre os editores científicos da área. Em termos gerais, nesse encontro foram levantadas questões que envolviam desde os problemas básicos encontrados para publicações de periódicos, como a falta de verba, dificuldades de divulgação, até a

necessidade de debater e analisar os processos que envolvem a publicação científica em psicologia. Considerando que nesse processo autores se transformam em avaliadores, leitores/consumidores, editores, etc. (Costa, 2006)

Mas é em 1998, a partir de uma demanda da CAPES, que a psicologia constituiu em articulação com ANPEPP, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, a primeira comissão de avaliação de periódicos. Essa comissão foi composta por integrantes da já existente comissão de avaliação da CAPES e por três editores indicados pela direção da ANPEPP (Yamamoto e Menandro, 2004). Essa primeira avaliação, ocorrida em 1998, teve como referência o biênio 1996-1997. As demais avaliações ocorreram no ano 2000, referente ao biênio 1998-1999; em 2001, com base no ano 2000; em 2004, referente ao biênio 2002-2003; 2005 a avaliação teve como referência o ano de 2004 e a última avaliação em 2007 avaliou o biênio 2005-2006.<sup>6</sup>

Yamamoto et. Al (1999), ao comentar os resultados da primeira avaliação dos periódicos em Psicologia, destacam a condição precária da produção. Nessa avaliação constou-se que, de um total de 47 periódicos avaliados, 33 eram de âmbito local e apenas quatro foram classificados como de âmbito nacional e foram avaliados com qualidade A. Contudo, os autores ressaltam que essa primeira avaliação teve um caráter mais diagnóstico e pedagógico do que avaliativo. Segundo Costa (2006), a mobilização entre editores para ajustar as revistas aos critérios da avaliação foi o principal efeito dessa avaliação.

Yamamoto e Menandro (2004) sugerem que o sistema de avaliação dos periódicos científicos em psicologia tem extrapolado sua função de meio avaliador. Em decorrência de torna-se referência de qualidade da produção científica e, ao mesmo tempo, indicativo para os autores decidirem onde ou não tentar publicar seus trabalhos. Porém, como aponta Costa

---

<sup>6</sup> Informações detalhadas sobre avaliação de revistas científicas e a pós-graduação em psicologia no país podem ser encontradas no site [www.anpepp.org.br](http://www.anpepp.org.br)

(2006): “Se por um lado, pode-se observar tais impactos positivos e mobilização da comunidade científica decorrentes das avaliações realizadas pela comissão CAPES/ANPEPP, por outro, existem críticas quanto aos critérios adotados nas avaliações”. (p.93).

Alegações de que os critérios utilizados nas avaliações poderiam privilegiar determinadas áreas e/ou ser limitados para avaliar uma ciência tão heterogênea como a Psicologia, foram as principais críticas iniciais ao sistema de avaliação. Além disso, discordâncias quanto ao valor da classificação e aos efeitos na comunidade científica são diversos. Costa (2006), ao analisar os diversos paradoxos da classificação Qualis dos periódicos científicos, conclui que é preciso considerar que o funcionamento da comunidade científica tem sido controlado cada vez mais pelos preceitos da produtividade e da qualidade da produção acadêmica. Nesse sentido, a comunidade científica tem cada vez mais se alinhado a uma lógica que exclui muitos e privilegia poucos, “(...) provando que a lógica da construção do conhecimento não está isenta dos princípios mercantilistas atuais.” (Costa, 2006, 190). Nessa linha de pensamento Barros (2000) apresenta diversos dados que indicam que os desequilíbrios regionais evidentes no campo da economia e desenvolvimento social entre as diversas regiões do país também ocorrem quando se analisa a situação da ciência brasileira.

Uma das conseqüências dessa situação tem sugerido a ocorrência do fenômeno denominado de “Efeito Matheus” <sup>7</sup>(Merton, 1973). Numa alusão ao evangelho Segundo São Matheus, Merton cunha essa expressão bastante recorrente nos estudos em sociologia da ciência e ciência da informação para demonstrar que as vantagens adquiridas no meio

---

<sup>7</sup> Em referência ao Evangelho segundo São Matheus, onde é dito que “A todo aquele que acredita mais fé lhe será dada em abundância; e daquele que não crê lhe será tirado.” Merton (1973) formula a noção de Efeito Matheus na ciência, quando enfatiza que as vantagens obtidas no meio acadêmico sempre serão maiores para aqueles que já possuem algum prestígio.

acadêmico sempre serão maiores para aqueles já possuem algum prestígio. Nessa perspectiva, a revista com melhor classificação receberia mais artigos, mais trabalhos de autores renomados, que, por conseguinte, receberiam mais financiamento, status, dentre outros benefícios. No caso dos autores e instituições, aqueles que já publicam terão mais oportunidades de publicar do que aquele que nunca publicaram, quem já recebeu financiamento de pesquisa terá mais chance de receber novos financiamentos do que aqueles que não tiveram trabalhos financiados, e assim por diante.

No caso das revistas científicas esse efeito é bem visível. Quanto melhor a classificação da revista, mais trabalhos ela recebe. Criando, assim, dificuldades para revistas com classificações inferiores e pesquisadores novos. Ao mesmo tempo autores mais renomados terão mais probabilidade de publicar seus trabalhos nesses periódicos do que autores que nunca publicaram.

Uma das conseqüências do Efeito Matheus seria a disfuncionalidade na distribuição de crédito na carreira de alguns pesquisadores (Cole e Cole , 1973 citado por Orozco, 1998). Um trabalho científico e sua contribuição seriam melhores e mais reconhecidos quando fossem introduzidos por pesquisadores com grande reputação em um campo do conhecimento do que por um pesquisador iniciante. Geralmente, pesquisadores pertencentes ao já citado *Colégio Invisível*. A função de alguns trabalhos em co-autoria parece seguir essa lógica. A máxima *Publicar ou Perecer* torna-se nesse contexto um princípio e controla em grande medida as decisões de pesquisadores e de toda comunidade científica.

As discussões acerca das recentes propostas de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil e suas conseqüências na comunidade científica, em especial nas ciências humanas e sociais, tem sido tema de debates em diversas áreas do conhecimento.

No caso da Psicologia Social, a revista *Psicologia & Sociedade*, que é nosso foco de investigação, dedicou em 2004 uma edição especial sobre o tópico. Os trabalhos dessa edição trouxeram reflexões importantes que se alinham com os aspectos tratados até aqui.

A complexidade que envolve o processo de avaliação do periódico científico e algumas implicações decorrentes disso foram apresentadas apenas de forma introdutória de maneira a possibilitar discussões acerca da produção veiculada na revista que é nosso foco de análise. Ao mesmo tempo é preciso notar que a busca pela avaliação da ciência é algo essencial, porque a ciência só faz sentido se olha para si mesma e busca analisar seus problemas e dificuldades. Essa ressalva é necessária, porque, como indica Yamamoto e Menandro (2004), em muitos casos as críticas direcionadas ao sistema de avaliação remetem-se apenas aos aspectos negativos, muitas vezes nenhum esforço ou noção da importância dessa avaliação é destacada.

No caso do presente trabalho, considerando-se que toda a segunda fase da revista esteve submetida à avaliação da CAPES/ANPEPP, não é possível deixar de pensar nos possíveis efeitos tanto positivos quanto negativos desse sistema de avaliação no funcionamento da revista e comunidade científica.

A seguir será realizada uma breve descrição da história da Psicologia Social brasileira, com destaque especial para as décadas de setenta e início dos anos oitenta, com a função de propiciar uma base mínima para discutir como esse contexto produz conseqüências na produção de conhecimento e a organização social da Psicologia Social brasileira.

## **2.5 Uma breve descrição da história da Psicologia Social brasileira: o contexto anterior à crise da Psicologia Social**

Molón (2001) destaca que as atividades em Psicologia Social no Brasil iniciaram-se antes da Psicologia se estabelecer como autônoma, ou seja, antes da regulamentação da Psicologia como profissão, algo que ocorreu através de lei 4119, de 27 de agosto de 1962. A autora ainda aponta a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953), a Universidade de São Paulo (1958) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1962) como as primeiras universidades a implantarem o curso de psicologia antes mesmo de sua regulamentação.

Bomfim (2004), ao apontar alguns aspectos históricos da Psicologia Social no Brasil, ressalta que é preciso estar atento para o fato de que a história e o percurso do ensino de Psicologia Social no Brasil ainda é pouco conhecido devido à dificuldade de acesso a fontes históricas. Contudo, Bomfim (2004) afirma que, a partir de alguns indícios, é possível traçar uma interpretação inicial dessa história. Como exemplo, ela cita os quatro primeiros cursos de Psicologia Social no Brasil que marcam o início do ensino da disciplina em nosso país, sendo eles: o curso lecionado por Raul Carlos Briquet, no segundo semestre de 1933, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; o curso ministrado por Arthur Ramos, em 1935, na Escola de Economia e Direito da antiga Universidade do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro; o curso ministrado por Donald Pierson, na década de 1940, também na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; e por último o curso de Psicologia Social e Econômica, lecionado por Nilton Campos, na década de 1950, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

Bomfim (2004), ao descrever os quatro autores, suas influências e seus programas de curso, afirma que o importante trabalho desses homens reflete a situação generalista da

disciplina na primeira metade do século XX, e ao mesmo tempo demonstra como esses cursos reproduziam em grande medida a situação de fragilidade da disciplina naquele momento.

Conforme Bomfim (2004):

(...) vale ressaltar que, situando reflexivamente, todos os cursos estiveram estreitamente vinculados à construção do pensamento em Psicologia Social no Brasil. Eles apontam que, até meados do século XX, a prioridade na busca do status de conhecimento científico para o campo psicossocial realizava-se num clima de alegada falta de espírito universitário de pesquisa e da ausência de objetividade e de imparcialidade necessárias ao país. (p.36)

À visão generalista, própria da década de 1930, buscou-se a alternância através do privilégio a determinadas abordagens teóricas nas décadas seguintes. Contudo, pelos seus desdobramentos basilares, observa-se que persistiram os dois modelos na segunda metade do século XX. São contribuições históricas, importantes marcos no passado, que deixam, para os interessados, registros relevantes sobre a Psicologia Social no Brasil. (p.36)

Segundo Molón (2001), na década de trinta, diversos estudos sobre dinâmica dos grupos pequenos já haviam sido realizados no Brasil, influenciados por Kurt Lewin. Mas é a partir de meados da década de 40 que a Psicologia Social foi oficialmente introduzida no país, como uma disciplina no curso de filosofia da Universidade de São Paulo.

Já a primeira publicação de Psicologia Social a ser traduzida para o português foi a obra *Psicologia Social* do professor Otto Klineberg da Universidade de Columbia nos Estados Unidos, no ano de 1959. Essa obra foi utilizada como livro-texto na disciplina ministrada pela professora Anita Castilho Cabral, que também foi a responsável pela visita do professor Otto Klineberg ao Brasil. De acordo com Molón (2001) o trabalho de Klineberg apresenta a Psicologia Social como uma disciplina preocupada em estudar a linguagem, o comportamento social dos animais, bem como aspectos motivacionais, memória, psicologia diferencial e percepção.

Bomfim (1989/1990) analisa o trabalho de Otto Klineberg como representativo de uma tradição culturalista. O que significava a crença na existência de desigualdades culturais, ou

seja, acreditava-se em culturas inferiores e superiores. Para Bomfim (1989), essa posição dá indícios de que, desde seus primórdios, a Psicologia Social brasileira está comprometida com um tipo de conhecimento que visa estabelecer a demarcação de desigualdades através do controle e a adaptação dos comportamentos às estruturas sociais.

No início da década de 50, o professor Enzo Azzi com a colaboração da professora Aniela Ginsberg fundam o laboratório de Psicofísica do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Segundo Molón (2001), outra importante função de Aniela Ginsberg foi sua participação na criação do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Católica de São Paulo em 1971, que tornou-se um dos principais centros de estudo em Psicologia Social do Brasil. Ainda de acordo com Molón (2001), Aniela Ginsberg foi responsável por coordenar diversos projetos de pesquisas sobre temas como nacionalização, personalidades, dentre outros, sob uma perspectiva intercultural, que envolveu pesquisadores da Europa, Estados Unidos e América Latina. Bomfim (1989/1990) destaca que nesse período em Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas Gerais, os professores Pierre Weil, Célio Garcia e Rui Flores trabalharam adaptações de técnica do T. Group (*Training Group*) com influência da sócio-análise de Van bockstale.

Já a década de 60 é caracterizada pelos trabalhos com dinâmica de grupo e psicodrama, pesquisas sobre caráter nacional e atividades em comunidades, principalmente trabalhos de educação popular com a função de conscientização da população. De acordo com Andery (1980), esse tipo de trabalho que envolvia, dentre outros aspectos, a alfabetização de adultos, com objetivo de desenvolver uma educação popular conscientizadora, foi denominado de psicologia na comunidade, e essa atividade foi realizada em diferentes estados, dentre eles: São Paulo, Minas Gerais e Paraíba.

### **2.5.1 A década de 70 e a crise da Psicologia Social como tensão essencial para mudança de rumo na produção do conhecimento na Psicologia Social brasileira**

Lane (1986), ao discorrer sobre as primeiras influências sofridas pela Psicologia Social brasileira, afirma que foram duas as tendências de pensamento que influenciaram o desenvolvimento inicial da Psicologia Social no Brasil. O pensamento pragmatista americano que visava à alteração, à adaptação e à modificação de comportamentos desajustados dos grupos com objetivo de conseguir uma maior produtividade grupal. E da Europa, a fenomenologia, que busca o estabelecimento de sistemas científicos capazes de explicações amplas, como exemplo, Lane (1986) cita Kurt Lewin e sua teoria de campo. De acordo com Molón (2001):

(...) essas duas tendências que chegam e são apropriadas no Brasil, sem grandes alterações, durante a década de 50 e nos primeiros anos da década de 60, ou seja, procurava-se basicamente fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social. ( p.46)

No Brasil, dois importantes representantes desses modelos foram à professora Carolina Bori, representante inicialmente da tradição européia, mais especificamente de Kurt Lewin. Contudo, na década de 1960, ela é uma das responsáveis pela institucionalização da análise do comportamento no Brasil, o que caracteriza sua mudança de perspectiva teórica de base européia para americana. (Matos, 1996). Além de Aroldo Rodrigues, que foi o principal representante do modelo americano de Psicologia Social neste período, e que publica em 1972 o livro *Psicologia Social*. Além disso, foi um dos fundadores da Associação Latino Americana de Psicologia Social (ALAPSO), no início da década de 70.

A posição de Aroldo Rodrigues é estabelecida através de pressupostos positivistas e modelos experimentais e alguns de seus temas de investigação são: agressão; violência;

percepção social; mudança de atitude; processos grupais, dentre outros. Aroldo Rodrigues buscava aplicação desses experimentos no contexto brasileiro.

Ao mesmo tempo, naquele período, diversos psicólogos brasileiros criticavam esse modelo, com a alegação de que ele mascarava a função ideológica dessa forma de ciência. A passagem abaixo é um bom exemplo da concepção de ciência adotada por Aroldo Rodrigues e, por conseguinte, alguns dos motivos que possivelmente o levaram a ser tão criticado por outros psicólogos sociais. Conforme Rodrigues (1985),

Embora quase a totalidade das pessoas discordem de mim, eu pessoalmente estou seguro de que a ciência é neutra em sua procura das relações não-aleatórias entre variáveis. Admito que a escolha do tema e até o relatório do cientista possam não ser neutros. O produto final, isto é, o conhecimento novo que surge, este é inexoravelmente neutro, pois toda a comunidade científica o fiscaliza. (Rodrigues, 1985, p.19)

Se for pensado, simplesmente, que a escolha de um tema de pesquisa e a formulação de um relatório de pesquisa estão intrinsecamente vinculados ao “produto final” e ao “conhecimento novo” que surge de uma pesquisa; e que os critérios de fiscalização de uma pesquisa por uma comunidade científica vão muito além da análise de critérios internos à pesquisa, como bem apontou Bourdieu (1983) e Knorr-cetina (1981) há poucas dúvidas quanto às possibilidades de crítica à postura assumida por Aroldo Rodrigues.

D’Ambrosio (1998), ao discutir a necessidade de crítica em relação ao desenvolvimento da história da ciência na América Latina por parte de seus praticantes, explicita aquilo que a posição científica positivista defendida e proposta por Aroldo Rodrigues parece deixar de lado. Segundo D’Ambrósio (1998):

As ciências têm, como qualquer forma de conhecimento, a sua dimensão política e não pode negar que seu progresso tem tudo a ver com o contexto social, econômico, político e ideológico. Isso é muitas vezes ignorado e mesmo negado. (p.301)

Essa concepção de ciência que predominava até então na Psicologia Social brasileira deixava implícita uma ideologia comprometida com a manutenção e reprodução das relações estabelecidas entre classes dominantes e dominadas (Lane, 1986; Molón, 2001). Com isso, a partir da década de 70, aumenta a preocupação com o desenvolvimento de uma Psicologia Social preocupada em explicitar os aspectos ideológicos relacionados à pesquisa em Psicologia Social.

Lane (1986) destaca que essas críticas surgem primeiro na Europa. Na França com a tradição psicanalítica; e na Inglaterra, com Israel e Tajfel, as críticas são direcionadas, principalmente, à manutenção das condições sociais, econômicas e políticas que eram fruto de uma aceitação ingênua de diversos pressupostos positivistas, como a sobreposição do método ao objeto de estudo e o princípio de neutralidade científica. De acordo com Molón (2001):

Assim, a crítica evidenciava a psicologia como uma ciência ideológica, reprodutora dos interesses da classe dominante e constatava que era um produto de condições históricas específicas. Com isso, invalidava a sua adoção e incorporação em contextos diferentes. Estava presente, então, a crítica no positivismo, que buscava a objetividade e controlava e/ou ignorava a subjetividade. (Molón, 2001, p.47)

Nesse contexto, destaca-se a criação do programa de pós-graduação em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no início da década de 70, programa fundado por Silvia Tatiana Maurer Lane e Aniela Ginsberg, com a função e objetivo de, dentre outros objetivos, formar pesquisadores em Psicologia Social voltados para a realidade brasileira.

Segundo Silvia T.M. Lane (1980), a professora Aniela Ginsberg e Karl Scheibe demonstraram grande insatisfação com os estudos produzidos nos Estados Unidos. Isso os levou a utilizar autores como Erving Goffman e George Herbert Mead como fontes de posição

crítica em seus estudos sobre temas importantes para Psicologia Social, como identidade social.

Com essas discussões, fica evidente a necessidade de revisão crítica dos principais conceitos da Psicologia Social, o que gerou, segundo Lane (1995), a procura de novos referenciais teóricos e metodológicos. Como exemplo, Lane (1995) cita a leitura do prefácio do livro *Introduccion de la Psychologie Sociale* de Serge Moscovici, os artigos de 1969 de *La Nouvelle Critique*, de Pierre Bruno, Pierre Poitou, Michel Pêcheux e outros, com o título “*Psicologia Social – uma utopia em crise*”.

Outros autores citados como importantes para essa revisão foram George Politzer, Israel e Tajfel, Kurt Lewin, dentre outros. Ainda de acordo com Lane (1986), é preciso lembrar que houve análises críticas realizadas sob uma perspectiva marxista ao mesmo tempo em que pesquisas tradicionais foram realizadas no laboratório de Psicologia Social da Universidade de Paris VII. Vários autores como Bruno, Poitou e Pêcheux, principalmente na década de 70, haviam estabelecido atuação partidária no partido comunista. O que resultou em importantes reflexões teóricas, mas que não necessariamente produziram mudanças práticas imediatas daquelas questões que estavam sendo discutidas.

Segundo Molón (2001), o método de ensino e de pesquisa também passa a ser uma preocupação para os psicólogos sociais que buscavam investigar os problemas do contexto social onde trabalhavam e pesquisavam. Isso resultou na procura por soluções metodológicas em disciplinas como a antropologia. Estudos de caso, história de vida, pesquisa e observações participantes em trabalhos em comunidades são alguns dos métodos que caracterizam essa nova perspectiva de pesquisa em Psicologia Social no Brasil.

Nesse período, vários trabalhos em psicologia na comunidade foram realizados nos estados de Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Paraíba e Ceará. Na mesma época são criados os

primeiros cursos de Psicologia Comunitária, geralmente vinculados a projetos de pesquisa relacionados à realidade social onde estava sendo realizado esse trabalho. (Molon, 2001). O surgimento do curso de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, em 1974, em Belo Horizonte é representativo dessa fase. No entanto, Molón (2001) lembra que nesse período a maior parte desses cursos ainda era realizada sob forma de disciplina optativa ou vinculada a atividades de estágio e extensão universitária.

Molón (2001) ainda salienta que essas experiências que caracterizam a situação de crise da Psicologia Social foram discutidas no congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia, em Miami, no ano de 1976. Nesse congresso as críticas direcionadas aos aspectos teóricos e metodológicos foi o ponto alto das discussões daquele encontro. Mas é apenas em 1979, no congresso realizado em Lima, no Peru, que as críticas foram fortes o suficiente para gerarem propostas sistematizadas, com objetivos concretos de mudanças profundas na Psicologia Social.

Em 1978 y 1979 proponíamos la necesidad de hacer una psicología social histórica, aspecto que Lane et al (1983) defiedem com argumentos provenientes em algunos casos de la teoria marxiana. (Montero, 1994, p.32 citado por Molón, 2001).

Conforme Molón (2001),

Nesse sentido, podemos dizer que na América Latina, terceiro mundo marcado por ditaduras militares, dependente econômica, intelectual e culturalmente dos Estados Unidos, a Psicologia Social não era diferente da Brasileira. Esses congressos interamericanos tornaram-se um fórum privilegiado para os encontros dos psicólogos sociais latino americanos e brasileiros. (p.50)

Surge, assim, a proposta de criação de associações nacionais de psicologia, como a associação venezuelana de Psicologia Social – Avepso. Outro importante fato ocorrido no congresso de 1979 foi o simpósio “*O Ensino e a Pesquisa em Psicologia Social na América Latina*”; os participantes foram Alberto A. Andery e Silvia T.M. Lane, do Brasil, Gladys

Montecino, do Peru e Carmen Miery Teran, do México. O ponto central das discussões desse simpósio foi a semelhança dos problemas comuns enfrentados pelos participantes no que diz respeito a tentativa de desenvolver uma Psicologia Social que atuasse de forma transformadora e de acordo com o contexto social de cada país. Conseqüentemente, um grupo de pesquisadores de Psicologia Comunitária foi formado nesse congresso com intuito de fazer intervenções não assistencialistas e buscando uma atuação que atingisse grupos excluídos socialmente.

No mesmo ano é realizado no Brasil o “I encontro brasileiro de Psicologia Social”, coordenado por Silvia Lane. Esse encontro fez parte da programação do seminário “*Psicologia Social e problemas urbanos*”, que aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 1979. Esse seminário ocorreu na PUC/SP e foi organizado pela Alapso. Sawaia (2002) e Molón (2001) destacam que esse encontro foi caracterizado pela interdisciplinaridade. Psicólogos, sociólogos, antropólogos e educadores constituíram um grupo de cerca de 100 pessoas as quais foram distribuídas em três mesas redondas que tratavam dos temas: mesa-redonda I – As relações sociais no meio urbano; mesa-redonda II – As representações ideológicas da cidade; mesa-redonda III – versava sobre questões relacionadas à saúde e educação nos meios urbanos.

A realização dessas mesas, que ocorreram na parte da manhã, foi seguida na parte da tarde por grupos de trabalhos que debateram os seguintes temas: grupo familiar e a socialização da criança; participação na comunidade; mulher na sociedade brasileira; trabalho e relações sociais; abordagens psicossociais de saúde mental; educação: um processo psicossocial; condições sociais de moradia e habitação popular; linguagem: comunicação e representações sociais; problemas da vida urbana; instituições e marginalização. (Lane, 1980)

Segundo Molón (2001):

Esse seminário é extremamente significativo na história da Psicologia Social no Brasil, pois proporcionou um espaço fecundo para as reflexões e debates, tanto nas mesas-redondas quanto nos grupos de trabalho, propiciando uma oportunidade de intercâmbio de experiências e uma surpreendente concordância em relação à postura crítica quanto ao papel da ciência. (Molón, 2001, p. 51).

O que perpassa esse encontro são as críticas e constatações unânimes acerca das limitações do método positivista na pesquisa em Psicologia Social; a falta de relação coerente entre os temas de pesquisa e o contexto social e a ausência de teorias capazes de fundamentar pesquisas no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, destaca-se a insatisfação de diversos pesquisadores com a falta de crítica em relação aos aspectos ideológicos e políticos que são iminentes à pesquisa. Portanto, esse encontro teve dupla função, a saber, discutir os problemas enfrentados pelos diversos campos e conscientizar os participantes psicólogos de que muitos dos seus questionamentos supostamente individuais eram também compartilhados com outros cientistas sociais brasileiros; além de germinar o debate acerca da possibilidade de criação da Associação Brasileira de Psicologia Social. (Molón, 2001).

Nesse encontro foi formada e eleita uma comissão provisória da futura ABRAPSO, que no ano de 1980, na 32ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, intitulada “*Ciência e educação para uma sociedade democrática*”, organizou a mesa redonda “*Psicologia Social como Ação Transformadora*”, coordenada por Silvia Lane.

Nesse ponto, é preciso observar que a proposta de criação de uma Associação Brasileira de Psicologia Social voltada para sua realidade social não está desvinculada das discussões que permeavam a ciência brasileira naquele período. O extenso trabalho de Fernandes (1989/2000), que traça o desenvolvimento da comunidade científica brasileira entre as décadas de 40 e 80 a partir das reuniões da SBPC, dá importantes pistas do cenário mais amplo da ciência brasileira no final da década de 70. Essa autora ressalta a politização da ciência brasileira nesse período e afirma que, nos anos 70, a luta contra o regime militar era

caracterizado como uma luta entre sociedade civil e estado. Ainda de acordo com ela, nesse período há uma mudança de foco nas ciências sociais que olhavam e focavam a burguesia e que, naquele momento, se voltaram para a classe operária e para todos os grupos e instituições da sociedade civil que estavam enfrentando o regime militar. Fernandes (1988/2000) também sugere que não só no Brasil isso ocorria, mas em grande parte da América Latina. Segundo ela:

Na América Latina, as mudanças políticas conduzem à interferência nas instituições científicas – habitualmente de maneira muito negativa. Assim, as universidades e instituições de pesquisa estão ligadas à política, e a afirmação da ciência e o papel dos cientistas tornam-se uma afirmação política. (Fernandes, 1989/2000, p.19)

É interessante notar que o surgimento da ABRAPSO se dá justamente no período que é citado por Fernandes (1989/2000) como o ápice da contestação de uma parte significativa da comunidade científica brasileira, principalmente nas ciências humanas, ao regime militar e à forma como a ciência brasileira voltava-se para as questões nacionais. Fernandes (1989/2000) também ressalta que a politização da comunidade científica no Brasil começou a ocorrer em grande medida por causa da participação crescente de pesquisadores das áreas de ciências humanas nas reuniões da SBPC ao longo da década de 1970. Para Fernandes (1989/2000), a participação das ciências humanas nas reuniões da SBPC estimularia a “*consciência política da ciência*” (p.180) e o fim do cientista alienado.

Esse breve comentário sobre a situação da comunidade científica brasileira no final da década de 70 reflete que as discussões e as críticas da Psicologia Social estavam no mínimo em consonância com o debate de uma parte significativa da ciência e sociedade brasileira em relação a importantes problemas sociais vividos no país e ao papel da ciência nesse contexto.

## **2.5.2 O surgimento da ABRAPSO e a possibilidade de mudança de rumo na produção de conhecimento**

No dia 10 de julho de 1980 é fundada a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (Anais do I encontro brasileiro de Psicologia Social, 1980, p.90-92), como parte das atividades ocorridas oficialmente na 32ª reunião da SBPC, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Uma síntese das discussões que ocorreram nessa ocasião pode ser observada na seguinte citação de Silvia Lane, que deixa claro quais eram as questões críticas daquele momento e as perspectivas a serem incorporadas em uma nova proposta de Psicologia Social.

Será que a Psicologia Social não estaria se atendo a ‘objetos’ aparentes, dissimuladores de uma realidade concreta? Quais os comportamentos sociais fundamentais para se compreender o indivíduo como agente histórico? Qual o elo fundamental entre o indivíduo e a sociedade a que ele pertence? Porque o psicólogo social não estudava profundamente a questão da linguagem? Seria o homem um simples produto social? E a sua individualidade, a sua personalidade? Linguagem, grupos, história: a individual e a social, são aspectos fundamentais a serem estudados e investigados, mas como? De onde partir? Que situações são relevantes para serem estudadas? (Lane, 1980, p. 68-70).

As perguntas colocadas acima por Lane (1980) refletem em grande medida os problemas e as críticas realizadas à Psicologia Social e ao mesmo tempo sugerem uma nova posição a ser adotada pelos psicólogos sociais. É evidente, no trecho, uma proposta de Psicologia Social que vê o indivíduo como produtor e não apenas mero produto da sociedade, além disso, é ressaltada a importância de considerar o caráter eminentemente histórico e lingüístico que envolve a relação do indivíduo e os grupos sociais aos quais ele pertence, além da autora ressaltar também que uma atuação em Psicologia Social só é possível se esses aspectos forem investigados.

Portanto, a criação da ABRAPSO marca uma proposta de mudança de perspectiva na Psicologia Social brasileira. A comunicação científica torna-se, nesse período de transição,

aspecto fundamental para a mudança pretendida. Criar meios de divulgar e difundir a “nova” produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil é um dos principais objetivos da ABRAPSO desde sua criação. No primeiro estatuto dessa associação é bem definida a sua relevância.

A ABRAPSO TEM POR FINALIDADE: Garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia em uma perspectiva social no Brasil. Propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social. Organizar conferências e cursos e promover a publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social. Promover a integração da Psicologia com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica. Incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social e comunitário. (Artigo 2º do estatuto da ABRAPSO, 1984)

O lançamento em 1980, da primeira publicação da ABRAPSO, os Anais do I Encontro Brasileiro de Psicologia Social, é um dos resultados da iniciativas da recém criada Associação Brasileira de Psicologia Social. Neste anais além do seminário sobre “Psicologia Social e problemas urbanos”, contém os trabalhos apresentados na mesa-redonda: “A Psicologia Social como ação transformadora”, que ocorreu na 32ª reunião da SBPC, e também a ata de reunião que marca a fundação oficial da ABRAPSO.

A publicação do livro “O que é Psicologia Social?” em 1981 e a publicação, em 1984, do livro “Psicologia Social: o Homem em Movimento” são outros dois bons exemplos da mudança de rumo na produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil que indicam novas perspectivas de atuação dos psicólogos sociais a partir dos anos 80.

Segundo Molón (2001), é claro nesse momento a influência principalmente do materialismo histórico e da dialética marxista. Nesse sentido, a explicitação da ideologia nas relações que envolvem o indivíduo, as instituições e os conceitos importantes na psicologia, como identidade e consciência passam a serem tratados como inerentes ao contexto de produção do trabalho e das relações econômicas e sociais.

É muito provável que tenha se iniciado, a partir desse período, uma mudança de perspectiva teórica e prática (mudança de concepção de homem, de ciência e de sociedade) que a adoção inicial de no mínimo dois referenciais teóricos diversos na Psicologia Social brasileira tornou-se possível. Como ressalta Molón (2001),

Desse modo, uma nova Psicologia Social ganha força e, conseqüentemente, as polêmicas são acirradas, permitindo a definição de duas posições bem diferentes no que diz respeito à natureza, objeto e atuação da Psicologia Social no Brasil. (p.55)

O debate “A tecnologia Social na Psicologia: controvérsias” é emblemático das polêmicas e, ao mesmo tempo, das transformações da Psicologia Social brasileira. Esse debate apresentado na revista Psicologia: Ciência e Profissão, 1985, v. 5, nº 1, p.18-20, traz a posição de três importantes psicólogos sociais brasileiros, Aroldo Rodrigues, representante de uma Psicologia Social Experimental de orientação positivista e cognitivista; Silvia Lane e Wanderley Codo, representantes de uma Psicologia Social crítica. Comentando a polêmica desse debate Molón (2001) diz que:

Esse debate manifesta explicitamente o confronto, no Brasil, entre duas concepções de Psicologia Social e traduz o entendimento sobre a função social da ciência e a questão da neutralidade na produção de conhecimento. (p.56)

Nesse debate os autores são convidados a exporem suas posições referentes à possibilidade de desenvolvimento de uma tecnologia social a partir da Psicologia Social e suas implicações. Aroldo Rodrigues apresenta nessa discussão uma concepção de Psicologia Social enquanto ciência básica que formula leis que servem ao tecnólogo social para aplicação no contexto social. Para ele,

A tecnologia social consiste na utilização dos achados científicos das ciências sociais a fim de resolver problemas sociais. O tecnólogo social se fundamenta nos

dados científicos existentes, combinados e, através de sua criatividade, utiliza-se na resolução de problemas sociais. (p.18-19)

Já Silvia Lane (1985) ressalta as limitações da importação direta do modelo norte-americano para nossa realidade. Segundo Lane (1985), “O problema era que uma tradição positivista procurava manter a objetividade dos fatos e negar ou controlar a subjetividade, que assim ficava afastado do fato social”. (p.20)

Para Lane (1985) era preciso recuperar a subjetividade no campo da Psicologia Social, o indivíduo deveria deixar de ser visto como produto de si mesmo e começar a ser visto como produtor de mudanças e, ao mesmo tempo, produto histórico. Conforme Lane (1985), a sua perspectiva prima por uma concepção histórico-cultural; a idéias de teoria e de prática não podem mais ser vistas de forma dicotômica, elas precisam vir juntas e serem constantemente revistas. Lane (1985) destaca que essa visão crítica da Psicologia Social só é possível no contexto latino americano, “(...) porque as condições históricas de países extremamente desenvolvidos tornam o conhecimento deles inadequado para nós”.(P.20)

De forma a complementar à posição de Silvia Lane, Wanderley Codo (1985) afirma nesse debate que a proposta de uma tecnologia social apresenta-se como uma receita pronta para a resolução de questões sociais complexas de um contexto diferente daquele em que tal tecnologia foi desenvolvida. A consequência disso é o uso acrítico da tecnologia que muitas vezes se presta apenas a solucionar o problema sem se perguntar sobre a sua função. Codo (1985) destaca que uma tecnologia social só faz sentido se for capaz de instrumentalizar o cidadão para a busca de sua própria cidadania e não para beneficiar apenas o detentor da tecnologia que é o dono do capital.

Mesmo que de forma incipiente a partir das discussões acima mencionadas, é possível presumir que a crise da Psicologia Social foi além de uma crise paradigmática, ou seja, além

de uma crise teórica e/ou metodológica foi também uma crise política. Essa diferenciação parece fazer sentido considerando que as discussões desse período vão além daquelas consideradas internas à ciência, como a efetividade e validade interna de teoria e métodos. Haberer (1979) ao discutir a politização da ciência ao longo do século XX, politização essa que parece ter acontecido com a Psicologia Social nas décadas de sessenta e setenta, afirma que quando o clima político estende-se para o sistema social da ciência os conflitos científicos continuam a existir. Mas grande parte das forças da comunidade científica é direcionada para questões sociais e políticas e não somente para as questões de ordem paradigmática.

Antes de finalizar esse tópico, é preciso dizer que, embora neste capítulo tenhamos destacado o desenvolvimento e a evolução da Psicologia Social em vários aspectos que indicam uma clara mudança de perspectiva na atuação do Psicólogo Social no Brasil, isso não quer dizer que a produção de conhecimento dessa área seja isenta de problemas e que seja por si um reflexo do compromisso da disciplina aqui tratada com uma atuação voltada para resolução de problemas sociais relevantes. Nesse sentido, não queremos dizer que isso não ocorreu, mas sim que, ao olhar para a produção do conhecimento em Psicologia Social após a década de 70, buscando apenas demonstrar como esse conhecimento é superior e melhor do que aquele produzido nas décadas que antecederam a crise da Psicologia Social pode ser ingênuo e prejudicial para uma análise mais crítica dessa produção. Ao agir dessa forma, estaríamos desconsiderando a própria Psicologia Social como parte de um contexto social eivado por questões de ordens econômicas, sociais, políticas, institucionais e subjetivas. Ademais, deixando de ver o pesquisador em Psicologia Social como indivíduo inserido nesse contexto. Com isso, precisamos ter em mente que a produção do conhecimento não é um mero reflexo da área que a produz, é mais do que isso, é um fenômeno social complexo que merece análise crítica assim como qualquer outro fenômeno social que interfere na vida da sociedade.

Nesse sentido, a descrição a seguir da metodologia e dos dados foi realizada de forma a estabelecer possíveis relações entre a produção do conhecimento em Psicologia Social e a própria organização de uma perspectiva em Psicologia Social no Brasil a partir da década de 80.

### **3. METODOLOGIA**

A primeira informação refere-se ao universo de informações deste estudo, que foi assim constituído: todos os artigos da revista *Psicologia & Sociedade*, entre os anos 1986 e 2007, período correspondente a toda produção da revista, com uma especificidade no período de 1986 a 1992, quando a revista foi o produto de encontros nacionais e regionais da ABRAPSO. Já durante o período de 1996 a 2007, a revista funcionou como um periódico científico aos moldes tradicionais, ou seja, todos os trabalhos foram submetidos à avaliação. Assim, o total de 587 trabalhos publicados e distribuídos em 36 revistas constituiu a fonte primária deste estudo. (Quadro 1).

A escolha dos artigos veiculados na revista *Psicologia & Sociedade* como fonte primária foi baseada nos seguintes critérios:

- Reflete e é fruto de um período histórico importante da Psicologia Social brasileira e latino-americana;
- Foi criada e idealizada pela ABRAPSO, com o objetivo de ser um espaço de divulgação de uma nova perspectiva de produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil;
- É uma das principais revistas nacionais com ênfase em Psicologia Social, o que, por conseguinte, torna-a referência para autores e leitores da área;
- Apresenta dois períodos distintos, que privilegiam uma análise mais apurada do desenvolvimento da área.

Quadro 1  
**Revista Psicologia & Sociedade**  
 Distribuição de revistas por ano, classificadas por volume e número.  
 Primeira fase (1986-1992) e segunda fase (1992-2007)

| <b>Primeira Fase (1986 – 1992)</b> |        |    |        |   |
|------------------------------------|--------|----|--------|---|
| Ano                                | Volume |    | Número |   |
| 1986                               | 1      | 1  | 2      |   |
| 1987                               | 3      | 3  |        |   |
| 1988                               | 3      | 4  | 5      |   |
| 1988 – 1989                        | 3      | 6  |        |   |
| 1989                               | 4      | 7  |        |   |
| 1989 – 1990                        | 5      | 8  |        |   |
| 1990 – 1991                        | 6      | 9  |        |   |
| 1992                               | 7      | 10 |        |   |
| <b>Segunda Fase (1996 – 2007)</b>  |        |    |        |   |
| Ano                                | Volume |    | Número |   |
| 1996                               | 8      | 1  |        |   |
| 1997                               | 9      | 1  |        |   |
| 1998                               | 10     | 1  |        |   |
| 1999                               | 11     | 1  |        |   |
| 2000                               | 12     | 1  |        |   |
| 2001                               | 13     | 1  |        |   |
| 2002                               | 14     | 1  |        |   |
| 2003                               | 15     | 1  |        |   |
| 2004                               | 16     | 1  | 2      | 3 |
| 2005                               | 17     | 1  | 2      | 3 |
| 2006                               | 18     | 1  | 2      | 3 |
| 2007                               | 19     | 1  | 2      | 3 |
| 2007 - especial                    | 19     | 1  | 2      |   |

### 3.1 Desenvolvimento da pesquisa e informações investigadas

A primeira fase do trabalho teve como função a coleta e análise inicial do material para construção de uma matriz de dados. Para isso, criou-se um roteiro para selecionar as informações escolhidas em todos os trabalhos publicados na revista *Psicologia & Sociedade* (anexo - 1). Dessa maneira, os artigos foram contabilizados, enumerando-os, com o objetivo de criar um registro geral, de modo a ter-se conhecimento primário de informações de ordem numérica.

As informações selecionadas foram: título dos trabalhos, idioma, palavras-chave, nome dos autores, total de autores, titulação dos autores, tipo de instituição, cargo-função dos autores, localidade (país, estado, cidade), tipo de trabalho (teórico, relato de experiência, relato de pesquisa, outros), aspectos metodológicos (delineamento de pesquisa, características dos sujeitos participantes, local de realização de pesquisas e intervenções, procedimentos para coleta de dados e tipo de análise).

A escolha das citadas informações em uma revista científica possibilitou a descrição e interpretação de vários aspectos relativos ao funcionamento da área. Desse modo, por exemplo, os títulos dos artigos foram úteis para indicar temas investigados em determinados períodos, o que, por conseguinte, apontou para questões como: áreas de maior interesse, temas possivelmente “abandonados” nas discussões da Psicologia Social, temas emergentes, temas recorrentes, as funções desses temas naquele momento histórico, dentre outros. As informações sobre nomes e quantidades de autores por área foram importantes para uma análise da relação entre o autor e o tipo de produção e, ao mesmo tempo, foi útil para uma discussão acerca da função da co-autoria e as questões que esse tema envolve no contexto da área e da produção de conhecimento atualmente. Os dados referentes à instituição de origem dos autores possibilitaram analisar aspectos como: quais os principais centros de produção de conhecimento em Psicologia Social bem como a relação entre produção e o vínculo institucional dos pesquisadores.

De forma complementar, foi realizada a leitura de todos os editoriais, com o objetivo de contextualizar informações históricas que pudessem indicar questões que não estavam diretamente descritas nos trabalhos, mas que, contudo, poderiam estar relacionadas à caracterização da produção da revista e da área no período analisado. Mas, em geral, as descrições dos editoriais fizeram menção apenas aos temas dos trabalhos daquele volume.

Devido às diferenças do contexto histórico entre a primeira fase e a segunda fase da revista, optou-se por uma descrição separada das informações de ambas as fases. Dessa maneira, mesmo sabendo que haveria um maior esforço do leitor, preferiu-se uma abordagem inicialmente mais descritiva de cada fase, de maneira isolada, sendo, no quarto capítulo, apresentada uma interpretação dessas descrições, que objetivou traçar comparações acerca das diferenças de fases, considerando, na medida do possível, suas especificidades e funções históricas.

Além disso, é preciso dizer que algumas considerações metodológicas, mais específicas, como, por exemplo, o motivo pelo qual alguns dados são apresentados em uma fase e não em outra, foram explicitadas ao longo do trabalho, já que tais explicações fazem sentido apenas para algumas informações analisadas.

### **3.2 A PRIMEIRA FASE DA REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

#### **3.2.1 Contextualização da primeira fase da revista Psicologia & Sociedade**

A fundação de sociedades científicas, a criação de periódicos e a implantação de novas disciplinas nos currículos acadêmicos geralmente estão associadas ao momento histórico em que determinados grupos adotam uma nova perspectiva científica (Kuhn, 1962/2006). No caso da Psicologia Social brasileira, todos esses aspectos estiveram presentes na constituição de uma nova comunidade científica, a partir do final da década de 70, representada, em grande medida, pela fundação da ABRAPSO.

A comunicação científica desempenha, nesses momentos de transição, um papel fundamental. Criar meios de divulgar a nova produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil foi, dessa forma, um dos principais objetivos iniciais da ABRAPSO. Em seu primeiro estatuto, essa posição é bem definida:

ABRAPSO TEM POR FINALIDADE: Garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia em uma perspectiva social no Brasil. Propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social. Organizar conferências e cursos e promover a publicação de trabalhos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social. Promover a integração da Psicologia com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica. Incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social e comunitário (Artigo 2º do estatuto da ABRAPSO, 1984).

A publicação de livros como *O que é Psicologia Social?*, em 1981, de Silvia Lane, e a *Psicologia Social: O Homem em Movimento*, de Silvia Lane e Wanderley Codo, em 1984, são alguns dos principais exemplos que indicam as novas tendências teóricas e práticas, formuladas por uma parcela significativa dos psicólogos sociais brasileiros, a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80.

Nesse contexto, a criação de um periódico teve como função legitimar e fortalecer a identidade dessa nova comunidade científica. No caso da ABRAPSO, isso ocorre inicialmente por meio de seu boletim informativo, distribuído aos associados, nos primeiros anos da década de 80, sendo redefinido a partir do ano de 1986, passando a circular como um periódico, a revista *Psicologia & Sociedade: revista da associação brasileira de Psicologia Social*. Nesse ponto, é interessante destacar a alegação de Kuhn (1962/2006), para quem

(...) a criação de publicações especializadas, a fundação de sociedades de especialistas e a reivindicação de um lugar especial nos currículos de estudo têm geralmente estado associados com o momento em que um grupo aceita pela primeira vez um paradigma único. Pelo menos foi isso que ocorreu, há século e meio atrás, durante o período que vai desde o desenvolvimento de um padrão institucional de especialização científica até a época recente, quando parafernália de especializações adquiriu prestígio próprio. (Kuhn, 1962/2002)

Embora não se esteja aceitando ou propondo a idéia de que houve adoção ou estabelecimento de um paradigma, nesse contexto é difícil não concluir, a partir dessa alegação de Kuhn (1962/2006), sobre a existência de certo padrão histórico, que ocorre

quando qualquer campo do conhecimento sofre transformações significativas. Em particular, a fundação de sociedades de especialistas, que reivindicam um lugar especial na comunidade científica.

Tal perspectiva é indicada no primeiro editorial dessa revista, que indica que a mudança de um boletim para uma revista era produto da necessidade de ampliação da divulgação do conhecimento produzido pela área, já que o aumento do número de participantes nos encontros da ABRAPSO e de associados é citado como um dos principais motivos para a criação de uma revista. (Editorial, 1986)

Além disso, nesse editorial, são ressaltadas as dificuldades econômicas e institucionais para a editoração e a distribuição de uma revista científica em Psicologia Social no país, mas os editores destacam que a revista tornou-se possível graças ao trabalho militante de alguns membros para a construção de uma Psicologia Social alternativa. Também é destacado que a publicação de uma revista parece ser um passo importante para a consolidação da ABRAPSO. (Editorial, 1986)

Outra característica marcante da primeira fase da revista, como já mencionada, é que a revista *Psicologia & Sociedade* apresenta-se mais como uma espécie de divulgação dos anais, em geral, com trabalhos completos de encontros regionais e nacionais, em sua maioria da ABRAPSO, do que uma revista científica aos moldes tradicionais.

Em relação a questões de ordem política do campo, foram encontradas também poucas informações. Em geral, os editoriais apresentaram informações relativas à origem e às temáticas dos trabalhos, agradecimentos e outras informações básicas.

Na edição especial de 1992, entretanto, quando se comemora o décimo número da revista, junto ao editorial desse número, é publicado um boletim informativo de 1992<sup>8</sup>, que

---

<sup>8</sup> Não consta o número do boletim na publicação.

indica algumas questões críticas acerca da área naquele momento, em especial, sobre a comunicação tanto interna quanto externa da ABRAPSO. No fragmento abaixo, fica evidente esse problema:

#### Desafios...

O ano novo (1992) recoloca os desafios que o ano findo nos havia legado: reafirmar a posição da ABRAPSO como associação científica. Envidamos esforços em duas direções, para isto: a energização orgânica (rearticulação das estruturas) e a busca de visibilização da nossa produção,] via publicação da Revista, segundo decisão da última Assembléia geral.

Estes dois caminhos descortinam para nós, a impossibilidade de continuarmos ilhados, exercendo nossas responsabilidades solitariamente, solidão à qual nos relega a falta de resposta das regionais. Duas notícias, porém, trazem bons ventos para nós: São Paulo prepara com a garra e competência um Encontro Regional sobre “A Psicologia Social e a Questão da Cidadania” para maio próximo e o Rio está criando um colegiado provisório para sua representação, com colegas de várias universidades e do sindicado.

Entretanto, no resto do país, fez-se o silêncio. Não obtivemos nenhum retorno sobre a atualização da lista de sócios que enviamos aos representantes, a cobrança de anuidades, e nem sequer sabemos se o último boletim foi por eles distribuído. Ou seja, como vai a ABRAPSO no resto do Brasil? Esperemos que ela não tenha desaparecido do horizonte dos/as associados/as. A responsabilidade da comunicação compartilhada depende de todos nós.

E por falar em comunicação, desejamos inaugurar uma inversão mais radical do seu sentido: não apenas a Direção Nacional fornecerá a matéria para o Boletim, o que coloca o intercâmbio sempre em mão única. Queremos a mão dupla, ou melhor, múltipla: de agora em diante, aguardaremos notícias das regiões para compor o boletim. E a primeira delas, depois da de São Paulo, está em relação à Revista. Após tentativas infrutíferas junto a editoras do Rio e São Paulo (Rosa dos Tempos e Cortez), concluímos que é impossível levarmos adiante a resolução coletiva sozinhos. Assim, solicitamos aos representantes que pesquisassem as possibilidades de editar a revista localmente e nos informassem até fim de março. São Paulo (mais uma vez) e a Paraíba deram suas respostas, que se encontram mais adiante.

... os desafios provenientes da falta de comunicação que permitissem maior agilização continuam: REATAR É PRECISO (p.III, IV, 1992).

Essa passagem evidencia a preocupação da diretoria da ABRAPSO (1991-1993) acerca da comunicação entre as regionais da ABRAPSO e, ao mesmo tempo, retoma a necessidade de uma revista que ofereça mais visibilidade à área.

Embora a revista, nessa primeira fase, apresente como principal objetivo publicar trabalhos apresentados nos encontros da ABRAPSO, foi possível observar que diversos trabalhos eram provenientes de outros eventos científicos. Trabalhos apresentados em encontros da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e da SBPC, dentre outros, são

exemplos de eventos dos quais os trabalhos da primeira fase foram derivados, o que aponta para a participação e a divulgação da Psicologia Social em outros espaços de divulgação científica naquele período. Para facilitar uma visualização da origem de grande parte dos trabalhos, o quadro 2 apresenta a descrição geral dos eventos que compuseram a revista naquele período. Essa descrição foi formulada a partir dos títulos apresentados nas capas e editoriais da revista.

Quadro 2

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição de Revistas por ano, classificadas pelo título dos números

| Ano       | Número | Evento  |
|-----------|--------|---|
| 1986      | 1      | Encontro Psicologia Maringá                                       |
|           |        | 6º Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo - Psicanálise ou        |
|           |        | Marxismo:   |
| 1986      | 2      | Dilema da Psicologia Social?                                      |
|           |        | Anais do II Encontro Nacional e II Encontro Mineiro de Psicologia |
| 1987      | 3      | Social  |
| 1988      | 4      | Anais do III Encontro Mineiro de Psicologia Social                |
|           |        | Identidade: Encruzilhada do Homem - evento UFMG / Por uma         |
| 1988      | 5      | sociedade sem manicômios  |
| 1988/1989 | 6      | Anais IV Encontro Mineiro de Psicologia Social                    |
| 1989      | 7      | Anais do IV Encontro Nacional de Psicologia Social                |
|           |        | Anais do V Encontro Nacional de Psicologia Social /               |
| 1989/1990 | 8      | Anais do V Encontro Mineiro de Psicologia Social                  |
|           |        | Anais do VI Encontro Nacional de Psicologia Social /              |
| 1990/1991 | 9      | Anais do VI Encontro Mineiro de Psicologia Social                 |
| 1992      | 10     | Anais do VI Encontro Nacional de Psicologia Social                |

Os conselhos editoriais dessa fase foram assim constituídos: representantes do estado de São Paulo, na primeira e na segunda edição, da terceira à nona edição, por pesquisadores de Minas Gerais e, em seu último número, foi organizada por representantes do Estado do Rio de Janeiro (Quadro 3).

A estrutura dos conselhos editoriais foi relevante, como veremos mais adiante, para se compreender como esses podem estar relacionados à forma como a produção da área se organizou. Como veremos logo a seguir, um dos dados mais importantes desta investigação

demonstra uma relação entre o volume de produção de determinadas regiões e onde se localizava o conselho editorial, dentre outros pontos que serão discutidos ao longo do trabalho.

Quadro 3

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Distribuição dos Conselhos editoriais da primeira fase da revista

| Ano       | Número | Conselho editorial  |
|-----------|--------|---|
| 1986      | 1 e 2  | Adalberto Abib Andey<br>Yvonne Anataitis<br>Odair Furtado<br>Brônia Liebsny<br>Luis Carlos Sampaio                          |
| 1987      | 3      | Elizabeth de Melo Bomfim  |
| 1988      | 4 e 5  | Elizabeth de Melo Bonfim  |
| 1988-1989 | 6      | Marcos Vieira Silva   |
| 1989      | 7      | Vânia Carneiro Franco   |
| 1989-1990 | 8      |   |
| 1990-1991 | 9      |   |
| 1992      | 10     | Marise Bezerra Jurberg<br>Ângela Arruda<br>Luiz Antonio Baptista<br>Maria Lívia do Nascimento<br>Maria Lúcia Rocha-Coutinho |

### 3.2.2 Origem geográfica e institucional dos trabalhos veiculados na primeira fase da revista Psicologia & Sociedade

Uma descrição geral da origem regional e institucional dos trabalhos foi nossa primeira tarefa. Para isso foi construída uma espécie de cartografia dos trabalhos publicados nessa fase. A apresentação dessa informação teve como objetivo compreender como a origem regional e institucional pode estar relacionada com a produção de conhecimento veiculada na revista durante sua primeira fase. Assim, buscou-se, primeiramente, identificar a distribuição e participação geral dos trabalhos por Estados. (Tabela 1)

Tabela 1

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Distribuição dos Estados na Primeira Fase da Revista (1986-1992)

| <b>Estados</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>   |
|----------------|-------------------|------------|
| MG             | 120               | 44,0       |
| RJ             | 38                | 13,9       |
| SP             | 29                | 10,6       |
| PB             | 14                | 5,1        |
| ES             | 13                | 4,8        |
| PR             | 9                 | 3,3        |
| DF             | 7                 | 2,6        |
| SC             | 6                 | 2,2        |
| PA             | 6                 | 2,2        |
| CE             | 5                 | 1,8        |
| RS             | 5                 | 1,8        |
| MS             | 1                 | 0,4        |
| PE             | 1                 | 0,4        |
| Internacional  | 2                 | 0,7        |
| Sem informação | 21                | 7,7        |
| <b>Total</b>   | <b>277</b>        | <b>100</b> |

Representantes de treze estados tiveram seus trabalhos publicados na primeira fase da revista. A primeira informação que se sobressai é a diferença em termos quantitativos da participação de Estados da Região Sudeste em relação aos demais. Mais de 60% dos trabalhos eram provenientes dessa região. O Estado de Minas Gerais é o que apresentou maior participação nessa fase, com 44% dos trabalhos publicados, seguido pelos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e Espírito Santo.

Ainda em relação à distribuição regional dos trabalhos, foi possível deduzir que mais da metade dos Estados brasileiros, 14 Estados, não participaram dessa fase da revista. No caso da participação internacional, apenas dois países foram identificados, Cuba e França, ambos com apenas um trabalho.

Como já dito, a maioria dos trabalhos são oriundos da Região Sudeste, e a menor parte deles da Região Norte, portanto é a região que tem menor representatividade nas publicações veiculadas na revista. Embora o Estado da Paraíba represente 5,1% dos trabalhos, a produção

de conhecimento em Psicologia Social em Estados como Roraima, Acre, Rondônia e Amapá é praticamente desconhecida nesse cenário inicial.

É preciso, contudo, amenizar tais considerações acerca das diferenças dos Estados, já que esses dados não significam que os Estados que não tiveram trabalhos publicados na primeira fase da revista, ou tiveram um número menor de publicações, não possuíssem trabalhos relevantes em Psicologia Social naquele período. A concentração de trabalhos em determinadas regiões e Estados será, como veremos adiante, relacionada a outras informações e é indicativa de um padrão de organização da comunidade em ambas as fases da revista.

Em relação à distribuição das instituições que figuram na primeira fase da revista, a primeira informação relevante é referente ao tipo de instituição à qual os autores são vinculados (Tabela 2). Nesse caso, observou-se que grande parte dos trabalhos é oriunda de instituições de ensino superior públicas. Dezoito universidades federais, duas estaduais, nove instituições de ensino superior particulares, duas universidades estrangeiras e três órgãos públicos (prefeituras).

Tabela 2

| <b>REVISTA PSICOLOGIA &amp; SOCIEDADE</b>                       |                   |              |
|---|-------------------|--------------|
| Distribuição geral das instituições da primeira fase da revista |                   |              |
| <b>Tipos de instituição</b>                                     | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     |
| Universidade Pública  | 20                | 39,2         |
| Universidade Particular   | 9                 | 17,6         |
| Universidade Estrangeira  | 2                 | 3,9          |
| Órgão público   | 3                 | 5,9          |
| Sem informação  | 17                | 33,3         |
| <b>Total</b>  | <b>51</b>         | <b>100,0</b> |

Ao mesmo tempo, a distribuição das instituições que apresentam trabalhos na primeira fase da revista pode ser vista como um reflexo da distribuição regional dos trabalhos (Tabela 3), com exceção da Universidade Federal da Paraíba, a qual não se encontra na região sudeste e que apresenta 14 trabalhos, que representam 5,1% dos artigos publicados nesse período. Essa

informação pode ser explicada, em certa medida, pela tradição em Psicologia Social nessa instituição e pela existência de um programa de pós-graduação em Psicologia Social na mesma.

Ainda em relação à distribuição das instituições da primeira fase da revista, destaca-se a concentração de mais de 60% dos trabalhos em sete das trinta e sete instituições identificadas nessa fase da revista. A Universidade Federal de Minas Gerais concentra 33,2 % do total de trabalhos dessa fase. Os possíveis motivos dessa concentração serão mais bem explicitados quando relacionados às demais informações descritas. Contudo, adianta-se que, como já foi descrito no Quadro 3, sete das dez edições da primeira fase da revista foram organizadas em Minas Gerais e tiveram incluídas em seu conteúdo anais dos encontros mineiros de Psicologia Social.

Tabela 3

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição de trabalhos por instituição na primeira fase da revista Psicologia & Sociedade

| <b>Instituição</b>                   | <b>Frequência</b> | <b>%</b> |
|--------------------------------------|-------------------|----------|
| UFMG                                 | 92                | 33,2     |
| PUC-SP                               | 17                | 6,1      |
| UFRJ                                 | 17                | 6,1      |
| UEPB                                 | 14                | 5,1      |
| UFES                                 | 13                | 4,7      |
| UERJ                                 | 11                | 4,0      |
| USP                                  | 8                 | 2,9      |
| PUC-MG                               | 8                 | 2,9      |
| UEM                                  | 7                 | 2,5      |
| UNB                                  | 7                 | 2,5      |
| FUNREI-MG                            | 6                 | 2,2      |
| UFPA                                 | 6                 | 2,2      |
| UNIFENAS-MG                          | 6                 | 2,2      |
| UFSC                                 | 5                 | 1,8      |
| UFC                                  | 5                 | 1,8      |
| UFF                                  | 4                 | 1,4      |
| PUC-RS                               | 3                 | 1,1      |
| DELEGACIA DE CRIMES CONTRA MULHER-BH | 2                 | 0,7      |
| FGV-RJ                               | 2                 | 0,7      |
| PREFEITURA BH                        | 2                 | 0,7      |
| UNICAMP                              | 2                 | 0,7      |
| UFRGS                                | 2                 | 0,7      |
| UEL                                  | 2                 | 0,7      |

|  |            |              |
|--|------------|--------------|
| PUC-RJ   | 2          | 0,7          |
| USP-RP   | 1          | 0,4          |
| NEWTON PAIVA                                     | 1          | 0,4          |
| UFPE   | 1          | 0,4          |
| FACUL.SENADOR FLAQUER-SP                         | 1          | 0,4          |
| FIO-CRUZ-RJ                                      | 1          | 0,4          |
| UNIVALI-SC                                       | 1          | 0,4          |
| UNISINOS-RS                                      | 1          | 0,4          |
| UFU  | 1          | 0,4          |
| FAFI-BH  | 1          | 0,4          |
| UFMS   | 1          | 0,4          |
| UNIVERSIDADE HAVANA-CUBA                         | 1          | 0,4          |
| ÉCOLE DES HAUTES EM SCIENCES SOCIALES-<br>FRANÇA | 1          | 0,4          |
| PREFEITURA CAMBUQUIRA-MG                         | 1          | 0,4          |
| SEM INFORMAÇÃO                                   | 17         | 7,6          |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>277</b> | <b>100,0</b> |

Ao mesmo tempo, nota-se a participação de instituições importantes na história da Psicologia Social no Brasil, como a PUC-SP, UFRJ, USP, UERJ, entre outras instituições.

### 3.2.3 Autoria e perfil dos autores

O segundo tipo de informação volta-se para uma tentativa de buscar, nos padrões de autoria, dados capazes de indicar o possível entrelaçamento desse aspecto com as demais informações acerca da revista e possibilitar assim uma posterior interpretação.

Tabela 4

#### REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Frequência de participação dos autores

| Número de trabalhos publicados | Frequência de autores | %    |
|--------------------------------|-----------------------|------|
| 1                              | 221                   | 83,1 |
| 2                              | 28                    | 10,5 |
| 3                              | 10                    | 3,8  |
| 4                              | 2                     | 0,8  |
| 5                              | 1                     | 0,4  |
| 7                              | 1                     | 0,4  |
| 9                              | 1                     | 0,4  |
| 14                             | 1                     | 0,4  |
| 28                             | 1                     | 0,4  |

A primeira fase da revista contou com a participação de 266 autores (Tabela 4), sendo que a participação desses foi em geral dispersa, já que grande parte dos autores publicou apenas um trabalho durante esse período. Isso ocorreu, provavelmente, em função da diversificação dos locais onde ocorreram os encontros nacionais da ABRAPSO.

No entanto, a concentração de um grupo pequeno de autores, com mais de três publicações na primeira fase da revista, precisa ser destacada. Nesse caso, os autores são, em sua maioria, vinculados a instituições do Estado de Minas Gerais e a instituições de outros Estados que apresentaram maior frequência de trabalhos publicados nessa fase da revista (Tabela 5). Mas o que fica evidente nessas informações é a relação quase direta entre a posição ocupada por alguns desses pesquisadores, por exemplo, no editorial da revista e o número de trabalhos publicados. Em especial, nota-se a participação de autores da UFMG nesses trabalhos.

Tabela 5

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
 Descrição dos autores com três ou mais trabalhos publicados

| <b>Autores e Instituição</b>        | <b>Frequência de trabalhos</b> | <b>%</b> |
|-------------------------------------|--------------------------------|----------|
| Elizabeth de Melo Bonfim - UFMG     | 28                             | 10,3     |
| Maria Novais da Mata Machado - UFMG | 13                             | 4,8      |
| Edson A. de Souza – UFRJ            | 9                              | 3,3      |
| Karin Von Smigay – UFMG             | 7                              | 2,6      |
| Lucia Afonso – UFMG                 | 5                              | 1,8      |
| Keila Deslandes – UFMG              | 4                              | 1,5      |
| Angela Caniato – UEM                | 4                              | 1,5      |
| Welber da Silva Braga - UFMG        | 3                              | 1,1      |
| Sonia Roedel – UFSJ                 | 3                              | 1,1      |
| Silvia Lane - PUC-SP                | 3                              | 1,1      |
| Rui Barbosa – UFSJ                  | 3                              | 1,1      |
| Marilene Coura Nascimento – S/I     | 3                              | 1,1      |
| Maria Lucia Volante – S/I           | 3                              | 1,1      |
| Maria Elizabeth Barros de Barros    | 3                              | 1,1      |
| Marcos Vieira Silva – UFSJ          | 3                              | 1,1      |
| Marcia Midori Watanabe – S/I        | 3                              | 1,1      |
| Lizaynny A. Alves Queiroz - UFMG    | 3                              | 1,1      |

Em relação ao padrão de autoria única e co-autoria, nota-se um número elevado de trabalhos publicados por um único autor (Tabela 6), quase 80% dos trabalhos, seguidos por 11,4% de trabalhos publicados por dois autores e 4,4% de trabalhos publicados por três autores. Observa-se, dessa maneira, um número relativamente pequeno de trabalhos publicados em co-autoria nessa fase. A organização ainda incipiente da disciplina, com poucos programas de pós-graduação, e o grande volume de trabalhos teóricos são, provavelmente, alguns motivos que justificam o baixo número de co-autoria nesse período.

Tabela 6

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Padrão de autoria

| <b>Número de autor (es) por trabalho</b> | <b>Freqüência de trabalhos</b> | <b>%</b>   |
|--|--------------------------------|------------|
| 1  | 218                            | 78,7       |
| 2  | 31                             | 11,2       |
| 3  | 12                             | 4,3        |
| 4  | 6                              | 2,2        |
| 5  | 5                              | 1,8        |
| 6  | 2                              | 0,7        |
| 7  | 1                              | 0,4        |
| 8  | 2                              | 0,7        |
| <b>Total</b>                             | <b>277</b>                     | <b>100</b> |

Outro dado levantado foi a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento nos trabalhos publicados na revista (Tabela 7). Esse tipo de informação pode revelar a interação da comunidade com outras áreas do conhecimento, no entanto o formato da revista, nesse período, não possibilitou que fossem feitas afirmações confiáveis sobre o número exato da participação de profissionais de outras áreas. Em muitos trabalhos, não foi possível identificar a formação dos autores, portanto os dados devem ser considerados apenas parciais, o que não significou sem valor qualitativo para o estudo.

Tabela 7  
**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
 Participação de profissionais de outras áreas do conhecimento

| <b>Profissão</b> | <b>Frequência de trabalhos</b> | <b>%</b>   |
|------------------|--------------------------------|------------|
| Médico           | 5                              | 1,8        |
| Engenheiro       | 4                              | 1,5        |
| Sociólogo        | 2                              | 0,7        |
| Antropólogo      | 1                              | 0,4        |
| Fonoaudióloga    | 1                              | 0,4        |
| Educadora        | 1                              | 0,4        |
| Fotógrafo        | 1                              | 0,4        |
| <b>Total</b>     | <b>15</b>                      | <b>5,5</b> |

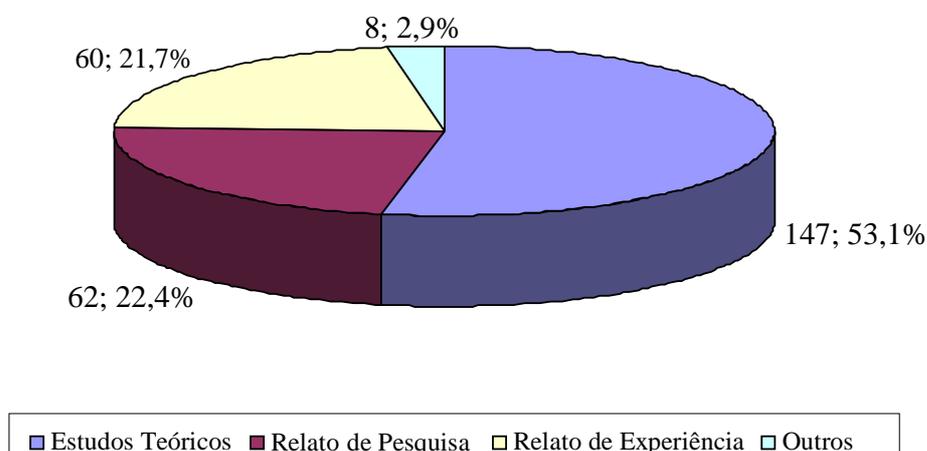
Assim, profissionais de sete áreas distintas do conhecimento foram identificados na primeira fase da revista, a saber: profissionais da área da saúde; ciências sociais; ciências sociais aplicadas; educação e arte. Na leitura dos trabalhos desses profissionais observou-se que a participação desses profissionais ocorreu através de convites para participar dos eventos da ABRAPSO.

### **3.2.4 Tipos e Temática dos trabalhos**

A primeira fase da revista apresenta um total de 277 artigos. Um dado expressivo dessa fase diz respeito ao grande número de trabalhos considerados como “Estudos Teóricos”, mais de 50% dos trabalhos. Uma informação, desde já importante, para se compreender o elevado número desse tipo de trabalho, diz respeito aos objetivos desses trabalhos, que foram, em geral, de definir conceitos e práticas da área. Já os relatos de pesquisas e experiências acadêmicas e profissionais, correspondem, respectivamente, a 22,4% e 21,7% dos trabalhos publicados nessa fase. Trabalhos classificados como outros (contos, poemas, informes etc.) representaram 2,9% dos trabalhos. (Gráfico 1).

Gráfico 1

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Tipo e frequência de trabalhos veiculados na primeira fase da revista



Em relação às temáticas apresentadas nos trabalhos, observou-se uma diversidade considerável de temas (Tabela 8), inclusive a própria organização dessa informação apresentou várias limitações. A primeira diz respeito à impossibilidade de criação de categorias excludentes, ou seja, em muitos casos, um trabalho envolvia mais de uma temática. Para tentar amenizar esse problema, o critério geral para escolher em qual temática alocar um determinado trabalho foi o tema geral do trabalho. Quando, a partir desse critério, não foi possível definir em qual temática alocar, realizou-se uma leitura do resumo ou do texto de forma a facilitar a identificação da temática. Além disso, utilizou-se dos trabalhos de Bonfim (1989) e Zanella (1994), que realizaram estudos preliminares sobre as temáticas veiculadas na revista *Psicologia & Sociedade*, na década de 80 e início dos anos 90. Assim, recorreu-se a alguns dados já organizados por essas autoras e às temáticas já criadas pelas mesmas. A Tabela 8 apresenta a distribuição geral das temáticas dos trabalhos veiculados na revista nessa fase. No anexo 2 é descrito as subtemáticas referente a cada tema descrito.

Tabela 8

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição dos trabalhos por temáticas apresentadas na primeira fase da revista

| <b>Temáticas dos trabalhos veiculados na primeira fase</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>   |
|--|-------------------|------------|
| Aspectos Teóricos e Históricos                             | 29                | 10,5       |
| Psicologia e Comunidade (Psicologia Comunitária)           | 28                | 10,1       |
| Movimentos Sociais   | 25                | 9,0        |
| Gênero e Sexualidade                                       | 23                | 8,3        |
| Trabalho   | 18                | 6,5        |
| Estudos em Representação Social                            | 16                | 5,8        |
| Intervenção e Interpretação de Fenômenos Psicossociais     | 16                | 5,8        |
| Educação   | 15                | 5,4        |
| Saúde Pública/Saúde Mental                                 | 15                | 5,4        |
| Grupos   | 14                | 5,1        |
| Formação e Ensino  | 14                | 5,1        |
| Arte e literatura  | 11                | 4,0        |
| Identidade   | 9                 | 3,2        |
| Análise Institucional                                      | 8                 | 2,9        |
| Metodologia e Técnica                                      | 8                 | 2,9        |
| Comunicação  | 5                 | 1,8        |
| Temáticas Variadas   | 23                | 8,3        |
|  | <b>277</b>        | <b>100</b> |

A primeira área temática, “Aspectos Teóricos e Históricos”, foi a mais representativa na primeira fase da revista, com cerca de 10% do total de trabalhos. Mas, como já dito, as informações acerca das temáticas impuseram uma série de limitações. Dessa forma, a contabilização geral de trabalhos teóricos é, com certeza, maior do que essa descrita acima, em decorrência de que, em praticamente todas as demais categorias, como, por exemplo, Psicologia e Comunidade e Movimentos Sociais, entre outras, há trabalhos, em especial, voltados para a definição teórica básica desses campos e conceitos. Como a temática central desses trabalhos dizia respeito à área, optou-se por categorizá-la em tais temáticas. Os objetivos desses trabalhos foram, em geral, apresentar definições didáticas introdutórias dos diversos campos de pesquisa e atuação da Psicologia Social. Não é por acaso que títulos como: “O que é psicologia comunitária”; “O que é análise institucional”; “O que é movimentos sociais” compuseram grande parte dos trabalhos classificados como “Estudos Teóricos” nessa

fase da revista. O que fica evidente nos trabalhos é a preocupação em descrever, de maneira mais clara e direta possível, as formas de atuação, os conceitos e as diversas áreas da Psicologia Social. Já nos trabalhos históricos, prevaleceram descrições históricas sobre a crise da Psicologia Social e como uma nova perspectiva havia superado tal crise a partir de uma perspectiva crítica. Complementar a esses trabalhos, foram identificadas descrições históricas acerca do surgimento da ABRAPSO.

Nos trabalhos da segunda temática, “Psicologia e Comunidade (Psicologia Comunitária)”, que correspondem a 10,1% do total de trabalhos publicados na revista, foi possível notar a preocupação dos autores em descrever experiências de trabalhos comunitários e as diversas possibilidades de atuação da Psicologia Social em comunidades desfavorecidas socialmente. Experiências envolvendo reivindicações de organizações comunitárias, como associações de moradores e moradores de zonas rurais, que buscavam algum tipo de melhoria básica para aquela região e/ou grupo, como saúde e saneamento básico, são alguns exemplos. Trabalhos voltados para reflexões críticas sobre o papel da Psicologia Comunitária também foram publicados.

“Movimentos Sociais” foi a terceira temática com o maior número de trabalhos na primeira fase da revista, com um total de 25, que correspondem a 9% do total. Duas informações que chamam a atenção nessa categoria são o número de trabalhos voltados para a análise de mobilizações populares, 5 no total, e as discussões críticas sobre a relação entre psicologia e movimentos sociais, quatro trabalhos. Os demais trabalhos apresentam análises acerca de movimento de trabalhadores rurais, ecológico, entre outros.

A temática “Gênero e Sexualidade” apresentou 23 trabalhos, que corresponderam a 8,3% do total. A característica principal dos trabalhos nessa temática foi a descrição de investigações acerca do papel e da situação da mulher em diversos contextos. Assim, os

trabalhos versam sobre os novos papéis da mulher na vida conjugal, a mulher e sua imagem na mídia, as formas de emancipação da mulher, a mulher e os conflitos da reprodução, a exclusão social da mulher, dentre outros. No caso do gênero masculino, destacam-se três investigações sobre a paternidade na contemporaneidade. Os demais trabalhos tratam, em especial, da relação entre a Psicologia e os estudos de gêneros e definições básicas dos estudos de gênero.

A temática “Trabalho” foi a quinta com o maior número de trabalhos publicados nessa fase da revista. Foram 18 trabalhos, que correspondem a 6,5% do total das investigações publicadas. Diferentemente das temáticas anteriores, o que se observou, nesse caso, foi a inexistência de concentração de trabalhos em alguma subtemática específica. Na verdade, foi a diversidade de temáticas dos trabalhos que chamou atenção nesse caso. Assim, de trabalhos relacionados à ergonomia até trabalhos voltados para o trabalho rural foram identificados.

A criação da sexta temática, “Estudos em Representação Social”, necessita de uma breve explanação do porquê de sua formulação, já que essa é considerada mais uma teoria do que uma temática específica da Psicologia Social. A criação de uma categoria específica para os estudos nesse campo teve como justificativa o elevado número de trabalhos que tiveram como base o conceito de representação social, um total de 16 publicações, que correspondem a 5,8% do total. Assim, parece ser relevante destacar os estudos orientados por essa perspectiva, já que ela indica uma tendência nos estudos em Psicologia Social na primeira fase da revista. Além disso, a criação dessa categoria parece não ter prejudicado a descrição de outras já formuladas, porque as temáticas investigadas nessa perspectiva não fazem parte de outras temáticas já previamente definidas.

As investigações nessa área versaram sobre diversas questões, como a representação social de Brasília e da Baixada Fluminense, investigações realizadas a partir da população daquelas cidades, a representação social de eleitores acerca dos candidatos à Presidência da

República e a representação social do saber científico são outros exemplos de trabalhos que compuseram essa temática; além de três trabalhos que tiveram como objetivo discutir definições de conceitos e questões críticas acerca do conceito de representação social.

“Intervenção e Interpretação de Fenômenos Psicossociais” foi a sétima temática considerada nessa fase. A construção dessa temática teve como base a categorização de trabalhos especialmente voltados para a interpretação de fenômenos psicossociais. Desse modo, apenas três dos dezesseis trabalhos dessa temática foram designados como de intervenção, um trabalho de intervenção psicossocial em um sindicato e outros dois sobre a definição de intervenção psicossocial. Os demais trabalhos tiveram como foco análises e interpretações de fenômenos diversos a partir de uma perspectiva psicossocial. Análises do acidente nuclear na cidade de Goiânia, de problemas ambientais, discussões acerca dos problemas psicossociais da criminalidade, comportamentos de massa e de consumo foram alguns dos trabalhos que constituíram essa temática. Um aspecto importante a ser considerado acerca dessa temática é o esforço dos autores para constituírem uma análise de fenômenos considerados até então somente de ordem sociológica e, portanto, fora do campo da psicologia.

“Educação” foi outra temática destacada nos trabalhos publicados na primeira fase da revista, as publicações nesse campo tiveram como subtemáticas questões como: a relação entre a psicologia e o papel do psicólogo no contexto escolar, o papel da Psicologia Social na escola, teorias utilizadas para o trabalho do psicólogo na escola, processo de escolarização de classes populares, dentre outros. Nesse caso também a diversidade de temas foi a característica marcante da temática.

“Saúde mental/Saúde Pública” também teve um número significativo de trabalhos publicados na revista, 5,4% dos trabalhos. Nessa temática, em especial, no caso da saúde

mental, as discussões acerca do papel do psicólogo em instituições de saúde mental, a luta antimaniconial, as políticas para deficientes mentais e as definições de conceito como saúde mental representaram a temática. Já os trabalhos em saúde pública tiveram como foco a organização do sistema público de saúde e a participação da população em conselhos de saúde pública. Com uma representação próxima a dessa categoria, 5,1% , a temática “Formação e ensino” demonstra a preocupação da área com discussões sobre questões como: a estrutura curricular do curso de psicologia, a extensão universitária, os estágios supervisionados e as dificuldades e práticas no ensino de Psicologia Social.

Também com 5,1% de participação, a temática “Grupos” revela uma série de trabalhos voltados para a compreensão da dinâmica de funcionamento de pequenos grupos. Grupos de universitários, funcionários de instituição pública e rituais dos grupos foram alguns dos focos desses trabalhos. Além disso, relatos sobre estágios e metodologia em trabalhos com grupos também foram publicados.

Uma temática que necessita ser destacada nessa fase da revista é “Psicologia, arte e literatura”, porque, nesse caso, os trabalhos foram apresentados em formato de contos, poemas e discussões, mostrando as possibilidades de relação entre psicologia e arte. Assim, de uma forma ou de outra, esses trabalhos focaram algum aspecto relacionado a problemas psicossociais, como a descrição de uma experiência de trabalho na favela, por meio de um conto, ou uma análise crítica do trabalho psicológico, por meio de um poema.

A “Análise institucional” assim como os “Estudos em representação social” representaram mais um campo de investigação do que temas em si, contudo, assim como nas análises de Bonfim (1989/1990) e Zanella (1994), optou-se por criar uma categoria para esse campo para demonstrar a sua representação naquele período. Dessa forma, identificamos descrições de análises institucionais no campo da educação e investigações preocupadas em

analisar a função de psicólogos em instituições, também foi identificado um artigo teórico que apresenta uma introdução ao conceito de análise institucional.

As discussões acerca do uso de entrevista em pesquisa, a análise gráfica do discurso, as técnicas de intervenção e o método experimental foram classificados como “Metodologia e Técnicas”. “Comunicação” foi outra temática identificada em trabalhos que buscaram estabelecer a relação entre psicologia e comunicação de massa, bem como os usos da mídia, as análises de conteúdo televisivo e jornalístico por psicólogos sociais.

Por fim, uma série, classificada como “Temáticas Variadas”, foi criada para aqueles trabalhos que não foram classificados nas demais temáticas. Nessa categoria, enquadram-se trabalhos diversos, que vão de pesquisa sobre etiologia e a definição de comportamento social até o relato de uma expedição ao interior de Minas Gerais.

### **3.2.5 Caracterização das pesquisas, experiências e relatos de intervenções veiculadas na primeira fase da revista**

Nesse item, expõe-se a descrição de alguns dados gerais acerca dos trabalhos classificados como “Relato de Pesquisa” e “Relato de Experiência”, apresentados na primeira fase da revista, sendo que, no “Relato de Experiência”, foram descritas experiências de intervenções acadêmicas, profissionais, dentre outras. A função dessa caracterização foi conhecer as tendências metodológicas, o público investigado e os locais de realização de pesquisa e intervenções nos trabalhos publicados na primeira fase da revista.

No entanto, ocorreu uma série de dificuldades para se organizar essas informações. A primeira delas está relacionada ao formato da revista. Nesse período, muitos trabalhos, que foram denominados como de pesquisa ou intervenção, não apresentaram em seu conteúdo

as informações necessárias para uma análise mais apurada, por exemplo, são citados os participantes da pesquisa, mas não o instrumento e/ou procedimentos de coleta de dados ou vice-versa. Como já foi ressaltado, isso não se deve, necessariamente, à qualidade da revista, mas ao formato e às condições de produção da mesma naquele período.

Outra questão diz respeito à designação “Relato de Pesquisa” e “Relato de Experiência”. Sabe-se que nos estudos em Psicologia Social não há uma separação rígida entre a pesquisa e a experiência, seja ela profissional ou acadêmica. Contudo, para que não ficassem de fora informações importantes, que envolviam, principalmente, os trabalhos de intervenção, as informações foram organizadas da seguinte maneira: delineamento de pesquisa, procedimentos e material de coleta de informações, considerando-se o valor total de pesquisas, porque esse tipo de informação aparece, em geral, apenas em relatos de pesquisas.

Já as informações acerca dos participantes e dos locais de realização das pesquisas e demais trabalhos, chamados de relato de experiência, foram descritos de maneira conjunta com “Relato de Experiência”. Essa decisão foi tomada tendo em vista que esses dados fazem parte de ambos, “Relato de Pesquisas” e “Relato de Experiências”, que envolvem intervenções. Além disso, a categorização das informações foi realizada de forma que refletisse a denominação feita pelos próprios autores. Esse critério de categorização teve como base a tentativa de descrever, de forma mais próxima possível, a concepção dos autores acerca do contexto e das pessoas envolvidas nas pesquisas e intervenções, o que poderá ser útil para observar possíveis mudanças na utilização da própria nomenclatura utilizada pelos autores e, por conseguinte, mudanças de concepções sobre o contexto de investigação.

A primeira descrição diz respeito ao delineamento das pesquisas. Como pode ser observado na Tabela 9, uma característica marcante das pesquisas, nesse período, é a recorrência a métodos qualitativos.

Tabela 9

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
 Descrição dos delineamentos de pesquisa apresentados na primeira fase da revista  
 Psicologia e Sociedade

| <b>Delineamento de pesquisa</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>   |
|---------------------------------|-------------------|------------|
| Qualitativa                     | 51                | 82,3       |
| Qualitativa e Quantitativa      | 7                 | 11,3       |
| Quantitativa                    | 2                 | 3,2        |
| Experimental                    | 2                 | 3,2        |
| <b>Total</b>                    | <b>62</b>         | <b>100</b> |

Mais de 80% (que correspondem a 62 trabalhos) dos trabalhos, classificados como relatos de pesquisa, foram de cunho qualitativo e envolveram o uso de alguma metodologia baseada nessa perspectiva de pesquisa. Nota-se, ao mesmo tempo, um número bastante reduzido de trabalhos que recorreram a metodologias conjuntas, no caso, qualitativas e quantitativas, e menos ainda trabalhos designados como quantitativos e experimentais.

Tabela 10

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
 Procedimentos, fonte e técnicas de coleta de informações nas pesquisas descritas na  
 primeira fase da revista.

| <b>Tipo de procedimento, fonte e técnica de coleta de dados</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     |
|---|-------------------|--------------|
| Entrevista semi-estruturada                                     | 10                | 16,1         |
| Questionário  | 7                 | 11,3         |
| Entrevista semi-estruturada e questionário                      | 7                 | 11,3         |
| Documentos  | 6                 | 9,7          |
| Diário de Campo   | 5                 | 8,1          |
| Fotografia  | 2                 | 3,2          |
| Questionário e diário de campo                                  | 1                 | 1,6          |
| Entrevista semi-estruturada e Fotografia                        | 1                 | 1,6          |
| Inventário  | 1                 | 1,6          |
| Sem informação  | 22                | 35,5         |
| <b>Total</b>  | <b>62</b>         | <b>100,0</b> |

A descrição dos procedimentos, técnicas e materiais utilizados para coleta de informações nas pesquisas da primeira fase complementam a descrição anterior, porque, em geral, os procedimentos são caracterizados pela busca de informações qualitativas (tabela 10). Nesse caso, observa-se a recorrência, em especial, a instrumentos de coleta de dados voltados para informações qualitativas. Assim, a entrevista semi-estruturada apresentou-se como meio mais utilizado para isso.

É necessário dizer que, por meio da leitura de diversos resumos e trabalhos, foi expressiva a utilização de metodologias que envolviam alguma forma de pesquisa participante. Essa informação não foi apresentada de maneira quantificada, pois os autores não descreveram explicitamente a sua utilização. Contudo, parece relevante destacá-la, já que ela indica o grande uso de uma perspectiva metodológica nos estudos e intervenções em Psicologia Social nos trabalhos publicados nos dez primeiros números da revista.

Os locais de realização das pesquisas e intervenções foi outra informação considerada relevante para se caracterizar os trabalhos desse período, porque a identificação dessas informações indicou os contextos de investigações e a atuação dos psicólogos sociais que publicaram trabalhos nessa fase da revista. Mas é preciso dizer que mais de 50% dos locais de realização das pesquisas e intervenções não foram identificados.

Mesmo sendo necessária a criação de um número elevado de categorias, optou-se por categorizar essas informações, como já dito, a partir da denominação realizada pelos autores, ou seja, ao invés de fazer uma possível categoria que incluísse Periferia e Favela, por exemplo, decidiu-se manter essas denominações em categorias separadas, preservando assim a denominação feita pelos autores.

No total, foram identificados 15 locais de realização dos trabalhos. A Universidade apresenta-se como o local onde ocorreu o maior número de pesquisas e intervenções, um total de 9, que corresponde a 7,4% dos locais de pesquisa e intervenções. Também observou-se a concentração de trabalhos realizados em locais onde os problemas sociais eram bastante visíveis, como em bairros periféricos, comunidades rurais, favelas, via pública e instituições para menores, dentre outros (Tabela 11). Ao mesmo tempo, locais considerados tradicionais nos estudos da psicologia, como escolas, indústrias e hospitais, continuaram a fazer parte do interesse dos psicólogos sociais que publicaram seus trabalhos nessa fase da revista.

Tabela 11

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Locais de realização das pesquisas e intervenções descritas na primeira fase da revista  
Psicologia & Sociedade

| <b>Local</b>             | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     |
|--------------------------|-------------------|--------------|
| Universidade             | 9                 | 7,4          |
| Periferia                | 8                 | 6,6          |
| Comunidade Rural         | 7                 | 5,7          |
| Favela                   | 7                 | 5,7          |
| Escola                   | 7                 | 5,7          |
| Via pública              | 4                 | 3,3          |
| Delegacia                | 3                 | 2,5          |
| Instituição para menores | 3                 | 2,5          |
| Igreja                   | 2                 | 1,6          |
| Indústria                | 2                 | 1,6          |
| Posto de Saúde           | 2                 | 1,6          |
| Sindicado                | 2                 | 1,6          |
| Banco                    | 1                 | 0,8          |
| Hospital                 | 1                 | 0,8          |
| Prefeitura               | 1                 | 0,8          |
| Sem informação           | 63                | 51,6         |
| <b>Total</b>             | <b>122</b>        | <b>100,0</b> |

A última descrição dessa fase refere-se às características dos participantes envolvidos nos trabalhos publicados (Tabela 12). Esses participantes, escolhidos em função de sua atividade profissional ou de trabalho, constituíram o maior grupo em pesquisas e

intervenções, 14,8%. No geral, a escolha desses participantes teve como objetivo possibilitar investigações acerca da saúde mental do trabalhador e os contextos geradores de sofrimento mental. Como veremos mais adiante, essa preocupação também é constante nos trabalhos publicados na segunda fase da revista. Além disso, foi possível notar uma relação entre os locais e os tipos de participantes das pesquisas e intervenções. No anexo 3 é detalhado as características dos participantes.

Tabela 12

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Descrição dos participantes das pesquisas e intervenções publicadas na primeira fase da revista

| <b>Participantes</b>   | <b>Frequência</b> | <b>%</b>   |
|--|-------------------|------------|
| Trabalhadores e participantes escolhidos em função de sua atividade profissional | 18                | 14,8       |
| Adolescentes e crianças  | 8                 | 6,6        |
| Estudantes universitários  | 8                 | 6,6        |
| Moradores de periferia e favelas   | 7                 | 5,7        |
| Mulheres   | 4                 | 3,3        |
| Moradores de zona rural  | 3                 | 2,5        |
| Participantes diversos   | 11                | 9,0        |
| Sem informação   | 63                | 51,6       |
| <b>Total</b>   | <b>122</b>        | <b>100</b> |

Os participantes classificados como “Adolescentes e Crianças” aparecem em segundo lugar no total de participantes, o que corresponde a 6,6% dos trabalhos apresentados como pesquisas e/ou intervenções. As características desse público apontam, em particular, para adolescentes inseridos em comunidades desfavorecidas socialmente e instituições, como escolas públicas, instituições para menores infratores e locais como ruas de centros urbanos. Estudantes “Universitários” constituíram 6,6% dos participantes envolvidos nos trabalhos veiculados na revista no referido período. A escolha desse público esteve relacionada diretamente ao contexto acadêmico e à posição desses perante temas diversos.

A participação de moradores de favelas e zonas rurais sugere a atuação da psicologia comunitária e sua inserção em ambientes de pobreza e exclusão social. Em seguida, observou-se a escolha de mulheres como participantes de pesquisas e intervenções. Nesse caso, notou-se uma preocupação com a inserção das mulheres em espaços como o mercado de trabalho e a universidade e também com problemas vivenciados pelas mulheres na área da saúde e em contextos onde a violência contra ela é trabalhada, como em delegacias de crimes contra a mulher.

Por fim, os “Participantes diversos” não deixam de ser importantes, já que sinalizam a preocupação de alguns pesquisadores em investigar e intervir na realidade de indivíduos e/ou grupos vítimas de preconceitos diversos e à “margem” dos próprios estudos em Psicologia Social até então, como, por exemplo, homossexuais, afro-descendentes, dentre outros.

A seguir são descritos os dados da segunda fase da revista, de forma a possibilitar uma análise das semelhanças e diferenças entre a produção nesses dois períodos, e destacar principalmente as transformações da produção veiculada na revista.

### **3.3 SEGUNDA FASE DA REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

#### **3.3.1 Contextualização da segunda fase da revista Psicologia & Sociedade**

A segunda fase da revista inicia-se em 1996, após quatro anos sem publicações. A partir desse período, a revista passa a funcionar como um periódico científico aos moldes tradicionais. Dessa forma, há um editor e um conselho científico responsáveis pela organização e política editorial da revista e um conselho editorial responsável pela avaliação

dos trabalhos <sup>9</sup>. A diferença básica em relação à primeira fase está no fato de que os artigos passam a ser submetidos à publicação, ou seja, são avaliados pela comunidade científica.

Essa transformação da revista indica, no mínimo, dois aspectos. O primeiro é a preocupação da comunidade em estabelecer um veículo de comunicação, em que a produção fosse avaliada pelos pares, garantindo assim a qualidade e viabilidade da publicação dos artigos, e, segundo, sinaliza um reflexo tanto do desenvolvimento da área nesse período quanto de um alinhamento com exigências do contexto acadêmico no país. É oportuno frisar que é com base nas revistas publicadas a partir do ano de 1996, que esse tipo de publicação passa a ser avaliada pela comissão CAPES/ANPEPP, que, além de avaliar a qualidade das revistas, serve de base para a avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação em psicologia no Brasil, o que é importante, tendo em vista que é a partir, em especial, dessa avaliação que os órgãos de fomento à pesquisa tomam diversas decisões acerca do direcionamento dos financiamentos à pesquisa, entre outras.

Na segunda fase da revista, dois editores foram responsáveis pelo seu funcionamento. O professor Antonio da Costa Ciampa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e a professora Cleci Maraschin, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Quadro 4). Assim como na primeira fase da revista, essa informação é importante, já que foi detectada uma relação direta entre a produção e o local onde a revista estava sendo organizada, portanto alguns aspectos que caracterizam a segunda fase da revista parecem estar relacionados ao contexto institucional e ao conselho editorial da revista. Contudo, as informações que indicam essas especificidades não constituíram base suficiente para que se justificasse a criação de uma divisão entre os períodos em que a revista foi organizada em São Paulo e no Rio Grande do

---

<sup>9</sup> Para uma melhor contextualização do período entre o final da primeira fase da revista em 1992 e sua retomada em 1996, buscamos informações no editorial do primeiro número de 1996 e por meio de contatos via e-mail com pesquisadores envolvidos com a organização da revista nesta nova fase. Contudo, tanto no editorial quanto por correspondência não foi possível conseguir informações que caracterizassem melhor esse contexto. No caso do contato com pesquisadores, não foi obtido retorno.

Sul. Dessa forma, optou-se por dar destaque a essas possíveis especificidades no decorrer da descrição dos dados e na posterior discussão dos mesmos no capítulo 4.

Outra informação importante diz respeito à preocupação com as formas de divulgação da revista nessa fase. A sua inserção na base de dados *Scielo* e a disponibilização de todos os números da revista no site da ABRAPSO <sup>10</sup> evidenciam essa preocupação, e, ao mesmo tempo, indicam a busca por incluir a revista nos critérios que legitimem seu valor científico.

Quadro 4

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição dos editores por ano, classificados por volume e número da segunda fase da revista (1996-2007)

| Ano             | Volume | Número | Editor |
|-----------------|--------|--------|--------|
| 1996            | 8      | 1      | 2      |
| 1997            | 9      | 1      | 2      |
| 1998            | 10     | 1      | 2      |
| 1999            | 11     | 1      | 2      |
| 2000            | 12     | 1      | 2      |
| 2001            | 13     | 1      | 2      |
| 2002            | 14     | 1      | 2      |
| 2003            | 15     | 1      | 2      |
| 2004            | 16     | 1      | 2      |
| 2005            | 17     | 1      | 2      |
| 2006            | 18     | 1      | 2      |
| 2007            | 19     | 1      | 2      |
| 2007 - especial | 19     | 1      | 2      |

De 1996 a 2003, a revista publicou seus números semestralmente, como é possível observar no quadro 2, já a partir do ano de 2004, a revista passa a ser publicada quadrimestralmente. Essa mudança indica, dentre outras coisas, a consolidação do trabalho do conselho editorial da revista e, ao mesmo tempo, sugere o aumento na produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil e um maior espaço para divulgação de tal produção.

<sup>10</sup> [www.scielo.br](http://www.scielo.br) e [www.ABRAPSO.org.br](http://www.ABRAPSO.org.br)

Outro aspecto característico dessa fase é a criação de espaços na revista para discussão de questões específicas da área, o que pode ser observado pela publicação de números temáticos, dentre os quais são discutidos: A teoria crítica da sociedade, Práticas avaliativas e produção de conhecimento, Trabalho e constituição do sujeito na contemporaneidade e o último número especial sobre Silvia Lane.

Sobre a forma como os dados da segunda fase foram organizados, destaca-se que, além das informações semelhantes à primeira fase da revista, também foram organizados dados que não aparecem na primeira fase da revista. Isso porque, na segunda fase, foi possível a identificação de algumas informações que não foram detectadas ou não existiam na primeira fase. Para facilitar a leitura das informações, optou-se por apresentar, em todas as tabelas, semelhantes às descritas na primeira fase, uma comparação percentual entre as duas fases da revista. No entanto ressalta-se que isso não significa que possam ser inferidas dessa comparação interpretações diretas, como, por exemplo, o aumento ou diminuição da participação de determinadas regiões do país. No quarto capítulo, os possíveis motivos das diferenças ou similaridades dos percentuais serão discutidos, levando em conta aspectos que complementam os dados quantitativos.

### **3.3.2 Origem geográfica e institucional dos trabalhos veiculados na segunda fase da revista *Psicologia & Sociedade***

Assim como na descrição das informações da primeira fase, aqui destacamos, inicialmente, a distribuição regional e institucional dos trabalhos como forma de criar uma cartografia das publicações nesse período.

Na segunda fase da revista, 19 estados participaram das publicações veiculadas na revista, seis Estados que não participaram na primeira fase aparecem nesse período. São eles:

Amazonas, Bahia, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Embora esse dado não possa ser descrito como representativo, já que não permite que sejam feitas afirmações acerca do desenvolvimento da área nessas regiões, pode-se dizer que houve uma ampliação da participação de Estados do Norte e Nordeste. Na tabela 13, é descrita a distribuição geral da participação dos Estados nessa fase.

Na segunda fase, assim como na primeira, nota-se a prevalência de trabalhos da Região Sudeste, contudo, se alguns aspectos forem considerados, percebe-se que esse período é marcado por uma distribuição distinta do período inicial da revista. Primeiramente, o aumento substancial da participação de Estados da Região Sul, mais especificamente, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, justamente, quando a revista passa a ser editorada no Estado do Rio Grande do Sul. Mas, ao mesmo tempo, nota-se também o aumento substancial da participação do Estado de São Paulo, sendo esse o Estado que apresenta a maior participação na segunda fase da revista. Uma informação relevante neste ponto diz respeito ao fato que a participação tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul foi, respectivamente, maior quando a revista estava funcionando em tais Estados. Além disso, há um maior número de instituições participantes e uma distribuição mais equânime na segunda fase da revista, embora o acúmulo dos trabalhos na região sul e sudeste ainda seja nítido.

Tabela 13

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição e participação dos Estados na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Estados</b> | <b>Frequência</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|----------------|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| SP             | 102               | 33,1                    | 10,6                     |
| RS             | 72                | 23,4                    | 1,8                      |
| RJ             | 40                | 13,0                    | 13,9                     |
| SC             | 26                | 8,4                     | 2,2                      |
| ES             | 13                | 4,2                     | 4,8                      |
| MG             | 13                | 4,2                     | 4,4                      |
| CE             | 9                 | 2,9                     | 1,8                      |

|    |   |     |     |
|----|---|-----|-----|
| PA | 8 | 2,6 | 3,3 |
| GO | 6 | 1,9 |     |
| MS | 6 | 1,9 | 0,4 |
| DF | 5 | 1,6 | 2,6 |
| RN | 5 | 1,6 |     |
| PB | 3 | 1,0 | 5,1 |
| PE | 3 | 1,0 | 0,4 |
| PI | 2 | 0,6 |     |
| AM | 1 | 0,3 |     |
| BA | 1 | 0,3 |     |
| PA | 1 | 0,3 | 2,2 |
| SE | 1 | 0,3 |     |

O aumento da participação internacional nessa fase da revista é uma informação que precisa ser salientada. Na primeira fase, como anteriormente citado, apenas dois países tiveram trabalhos publicados na revista, Cuba e França. Já na segunda fase, como descrito na Tabela 14, 12 países participaram com 49 trabalhos, ou seja, 15% dos trabalhos da segunda fase da revista são de origem estrangeira e/ou tiveram participação de autores de instituições internacionais.

Esse dado aponta para diversas questões, dentre elas um maior intercâmbio entre pesquisadores e instituições nacionais e internacionais, já que diversos desses trabalhos foram publicados em co-autoria, envolvendo autores de instituições brasileiras e autores de instituições de outros países. Em geral, os autores brasileiros foram alunos de programas de pós-graduação no exterior.

A distribuição dos países foi assim constituída: cinco países latino-americanos, cinco países europeus e dois países norte-americanos participaram das publicações veiculadas na revista. (Tabela 14)

Tabela 14

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Participação internacional na revista

| <b>Países</b>  | <b>Frequência de participação em trabalhos</b> | <b>%</b>    |
|----------------|--|-------------|
| Espanha        | 17   | 5,5         |
| Venezuela      | 6  | 1,9         |
| Chile          | 5  | 1,6         |
| Canadá         | 4  | 1,3         |
| Cuba           | 3  | 1,0         |
| França         | 3  | 1,0         |
| Inglaterra     | 3  | 1,0         |
| Portugal       | 3  | 1,0         |
| Itália         | 2  | 0,6         |
| Argentina      | 1  | 0,3         |
| Estados Unidos | 1  | 0,3         |
| Uruguai        | 1  | 0,3         |
| <b>Total</b>   | <b>49</b>                                      | <b>15,8</b> |

O país com maior número de participações foi a Espanha, 5,5%. Isso ocorreu devido à grande quantidade de trabalhos em co-autoria com autores desse país. Em geral, co-autorias relacionadas a trabalhos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. Também foi possível observar a participação significativa de países latino-americanos, como Venezuela, Chile, Uruguai e Argentina, seguida por países europeus e norte-americanos. A descrição das instituições participantes da segunda fase da revista demonstra quais são essas instituições.

As características das instituições que publicaram trabalhos na segunda fase da revista também foram consideradas e são apresentadas na Tabela 15. A primeira informação que chama a atenção é o número elevado de instituições de ensino superior particulares na segunda fase da revista, dado que coincide com o crescente número de instituições de ensino superior no país a partir da década de 90 (Calderón, 2000). No entanto, como será descrito a seguir, são as universidades públicas que concentram o maior número de publicações.

Tabela 15

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição geral das instituições participantes na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Tipo de instituição</b>                     | <b>Frequência</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|--|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| Faculdades e universidades particulares        | 35                | 33,3                    | 17,6                     |
| Universidades e instituições de ensino público | 32                | 30,5                    | 39,2                     |
| Universidades estrangeiras                     | 24                | 22,9                    | 3,9                      |
| Secretaria de saúde                            | 3                 | 2,9                     |                          |
| Sindicato                                      | 2                 | 1,9                     |                          |
| Banco  | 1                 | 1,0                     |                          |
| Sem informação                                 | 8                 | 7,6                     |                          |
|  | <b>105</b>        | <b>100,0</b>            |                          |

No total, 104 instituições participaram das publicações na segunda fase da revista. Esse número indica uma inserção bastante ampla da Psicologia Social nos cursos de Psicologia a partir da década de 90. Na tabela 16, são descritas as 24 instituições com maior participação na revista. No anexo 4, é descrita a lista completa das 104 instituições e a frequência de publicações na revista de cada uma.

Mas é preciso notar que essa informação segue um padrão semelhante ao apresentado na distribuição de trabalhos por regiões, ou seja, instituições do Sul e Sudeste representam a maior parte dos trabalhos, com a diferença de que há uma nítida discrepância entre o número de publicações feitas por um grupo pequeno de instituições em relação às demais.

Ou seja, embora haja 104 instituições na segunda fase da revista, mais de 50% da produção originaram-se somente de sete instituições. A PUC-SP e UFRGS, responsáveis pela organização da revista nessa segunda fase, e outras instituições da região sudeste que possuem programas de pós-graduação em Psicologia Social foram as universidades com o maior número de trabalhos publicados nessa fase, sendo que os períodos em que os pesquisadores da PUC-SP e UFRGS foram responsáveis pela organização da revista corresponderam,

respectivamente, aos períodos em que tais instituições tiveram o maior número de publicações na revista.

A frequência de participação de algumas instituições internacionais foi outra informação destacada. Nota-se, por exemplo, uma participação significativa da Universidade Autônoma de Barcelona, da Universidade Central da Venezuela e da Universidade Complutense de Madrid. Como já sugerido, essa informação revela, dentre outros aspectos, a influência e o intercâmbio com instituições brasileiras, em especial, em nível de pós-graduação.

Tabela 16

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição dos trabalhos, classificados por instituições de origem e frequência de participação e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Instituições</b>                   | <b>Frequência</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| UFRGS                                 | 46                | 14,8                    | 0,7                      |
| PUC-SP                                | 40                | 12,9                    | 6,1                      |
| UFSC                                  | 23                | 7,4                     | 1,8                      |
| USP                                   | 21                | 6,8                     | 2,9                      |
| PUC-RS                                | 14                | 4,5                     | 1,1                      |
| UFES                                  | 10                | 3,2                     | 4,7                      |
| UERJ                                  | 10                | 3,2                     | 4                        |
| UFF                                   | 9                 | 2,9                     | 1,4                      |
| UFRJ                                  | 8                 | 2,6                     | 6,1                      |
| UFC                                   | 8                 | 2,6                     | 1,8                      |
| UNIVERSIDADE AUTÔNOMA<br>DE BARCELONA | 7                 | 2,3                     |                          |
| PUC-RJ                                | 7                 | 2,3                     | 0,7                      |
| UFSJ                                  | 5                 | 1,6                     |                          |
| UFRN                                  | 5                 | 1,6                     |                          |
| UCG                                   | 5                 | 1,6                     |                          |
| UNICAMP                               | 5                 | 1,6                     | 0,7                      |
| UNIVERSIDADE CENTRAL<br>VENEZUELA     | 5                 | 1,6                     |                          |
| USP-RP                                | 4                 | 1,3                     |                          |
| UFSCAR                                | 4                 | 1,3                     |                          |
| UNIVERSIDADE<br>COMPLUTENSE DE MADRID | 4                 | 1,3                     |                          |
| UNB                                   | 4                 | 1,3                     | 2,5                      |
| UFMG                                  | 4                 | 1,3                     | 33,2                     |
| UNESP                                 | 4                 | 1,3                     |                          |
| UNISINOS-RS                           | 4                 | 1,3                     | 0,4                      |
| UNIP                                  | 3                 | 1,0                     |                          |

|   |   |     |     |
|---|---|-----|-----|
| UFPB  | 3 | 1,0 | 5,1 |
| UNIMARCO  | 3 | 1,0 |     |
| UNIVERSIDADE DO MINHO                                       | 3 | 1,0 |     |
| ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES<br>EN SCIENCES SOCIALES -<br>FRANÇA | 3 | 1,0 | 0,4 |
| UNIV. TAUBATÉ   | 3 | 1,0 |     |
| UNIV. HAVANA  | 3 | 1,0 |     |
| FGV-SP  | 3 | 1,0 |     |
| UEM   | 3 | 1,0 | 2,5 |

### 3.3.3 Autoria e perfil dos autores

Em relação às informações que caracterizam os autores e o padrão de autoria, ressalta-se, inicialmente, o número total de trabalhos publicados e a frequência de participação de autores nas publicações. Um total de 413 autores participaram dos trabalhos publicados na segunda fase da revista (Tabela 17). O que se destacou nesse caso foi a semelhança próxima ao padrão da primeira fase da revista. Assim, observa-se que grande parte dos autores, mais de 80%, publicou apenas um trabalho na revista, seguido por uma quantidade menor de autores que publicaram mais de um trabalho na revista.

Tabela 17

| <b>REVISTA PSICOLOGIA &amp; SOCIEDADE</b>   |                              |                       |                        |
|---|------------------------------|-----------------------|------------------------|
| Frequência de participação dos autores e comparação com o percentual da primeira fase |                              |                       |                        |
| <b>Número de trabalhos publicados</b>   | <b>Frequência de Autores</b> | <b>% Segunda fase</b> | <b>% Primeira fase</b> |
| 1   | 346                          | 83,8                  | 83,1                   |
| 2   | 44                           | 10,7                  | 10,5                   |
| 3   | 15                           | 3,6                   | 3,8                    |
| 4   | 5                            | 1,2                   | 0,8                    |
| 5   | 2                            | 0,5                   | 0,4                    |
| 6   | 1                            | 0,2                   |                        |
| <b>413</b>  |                              |                       |                        |

No entanto, comparado aos mesmos dados apresentados na primeira fase da revista, observa-se uma distribuição menos concentrada, já que, na primeira fase (tabela 4), nota-se a concentração de quatro autores que publicaram, respectivamente, sete, nove, quatorze e vinte

oito trabalhos. Embora na segunda fase a concentração seja menor, praticamente todos os autores que tiveram mais de cinco trabalhos publicados, em ambas as fases, foram pesquisadores vinculados às instituições responsáveis pela editoração da revista.

Os autores com quatro publicações ou mais e suas vinculações institucionais são descritas na Tabela 18. Como já dito, assim como na primeira fase, os autores com maior número de publicações são de instituições e de regiões onde a revista estava sendo organizada.

Tabela 18

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Descrição dos autores com três ou mais trabalhos publicados na segunda fase da revista

| <b>Autores e Instituição</b>               | <b>Frequência de trabalhos</b> | <b>%</b> |
|--|--------------------------------|----------|
| Antônio Ciampa - PUC- SP                   | 6                              | 1,94     |
| Pedrinho Guareschi - PUC - RS              | 5                              | 1,61     |
| Tania Mara Galli Fonseca - UFRGS           | 5                              | 1,61     |
| Andréa Vieira Zanella - UFSC               | 4                              | 1,29     |
| Henrique Caetano Nardi - UFRGS             | 4                              | 1,29     |
| kátia Barbosa Macêdo - UCG                 | 4                              | 1,29     |
| Maria Juracy Filgueiras Toneli - UFSC      | 4                              | 1,29     |
| Neusa Maria de Fátima Guareschi - PUC - RS | 4                              | 1,29     |

Os padrões de autoria nessa fase da revista indicam ainda um número elevado de trabalhos de autoria única. Como veremos mais adiante, esse dado parece, assim como na primeira fase, estar ligado diretamente ao número elevado de trabalhos teóricos (tabela 19). Mas há um aumento de trabalhos em co-autoria, principalmente, de dois e três autores. Esses trabalhos têm como característica a participação de doutores da mesma instituição que publicaram trabalhos em colaboração e o padrão orientando/orientador como autores de trabalhos, que são produtos de pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado. É importante dizer que, acerca dessa informação, nota-se que esse aumento de trabalhos em co-autoria ocorre de maneira crescente. Nos últimos cinco anos, o aumento desse padrão de co-autoria tornou-se mais evidente. Na interpretação dos resultados, discute-se a influência da

avaliação cada vez maior por parte da comunidade científica como um dos fatores propiciadores do aumento desse tipo de padrão autoral.

Tabela 19

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Padrão de autoria da segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Autores por trabalho</b> | <b>Frequência de publicação</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|-----------------------------|---------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1                           | 179                             | 58,1                    | 78,7                     |
| 2                           | 85                              | 27,6                    | 11,2                     |
| 3                           | 23                              | 7,5                     | 4,3                      |
| 4                           | 12                              | 3,9                     | 2,2                      |
| 5                           | 4                               | 1,3                     | 1,8                      |
| 6                           | 2                               | 0,6                     | 0,7                      |
| 7                           | 3                               | 1,0                     | 0,4                      |
| 12                          | 2                               | 0,6                     |                          |
|                             | <b>310</b>                      | <b>100</b>              |                          |

A titulação dos autores foi outro dado investigado com o objetivo de inferir questões acerca da formação dos profissionais da área que tiveram trabalhos publicados na revista (Tabela 20). Embora, não seja possível uma comparação com a primeira fase da revista, supõe-se um aumento considerável nessa fase da revista de pesquisadores com título de doutorado. Assim, observa-se que quase 50% dos autores da segunda fase da revista possuem o título de doutor, neste caso ressalta-se que foram os autores com essa titulação e, em geral originados da mesma instituição que publicaram o maior número de trabalhos em co-autoria. As categorias seguintes também apresentaram relação em diversos trabalhos em co-autorias com pesquisadores doutores, em especial, graduandos, mestrandos e doutorandos. Esse dado também indica importante transformação na formação dos psicólogos sociais brasileiros, como será discutido no capítulo 4.

Tabela 20

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Distribuição dos autores, classificada pela titulação

| <b>Titulação</b> | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     |
|------------------|-------------------|--------------|
| Doutor           | 189               | 45,3         |
| Mestre           | 58                | 13,9         |
| Doutorando       | 40                | 9,6          |
| Graduando        | 35                | 8,4          |
| Graduado         | 32                | 7,7          |
| Mestrando        | 26                | 6,2          |
| Pós-doutor       | 21                | 5,0          |
| Pós-doutorando   | 10                | 2,4          |
| Especialista     | 2                 | 0,7          |
|                  | <b>413</b>        | <b>100,0</b> |

A formação em outras áreas do conhecimento foi outro aspecto que buscou-se identificar nas publicações, já que esse tipo de informação pode indicar as disciplinas e profissionais que permeiam a Psicologia Social.

Tabela 21

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Distribuição dos autores, classificados por formação em outras áreas de conhecimento

| <b>Área de conhecimento</b> | <b>Frequência de trabalhos</b> | <b>%</b> |
|-----------------------------|--------------------------------|----------|
| Ciências sociais            | 22                             | 6,5      |
| Educação                    | 12                             | 3,5      |
| Saúde coletiva              | 5                              | 1,5      |
| Enfermagem                  | 4                              | 1,2      |
| Antropologia                | 3                              | 0,9      |
| Saúde pública               | 3                              | 0,9      |
| Administração               | 2                              | 0,6      |
| Ciência política            | 2                              | 0,6      |
| Ciências da saúde           | 1                              | 0,3      |
| Cinema                      | 1                              | 0,3      |
| Comunicação                 | 1                              | 0,3      |
| Direito                     | 1                              | 0,3      |
| Engenharia de produção      | 1                              | 0,3      |
| Ergonomia                   | 1                              | 0,3      |
| Filosofia                   | 1                              | 0,3      |
| Linguística                 | 1                              | 0,3      |
| Medicina                    | 1                              | 0,3      |

Contudo, apenas foi possível reconhecer as informações referentes à formação em nível de pós-graduação. Isso se deve ao fato de que, nas descrições da formação dos autores, apresentadas nos trabalhos, somente a maior titulação foi citada, impedindo, portanto, a identificação de profissionais com formação em outras áreas de conhecimento em nível de graduação, por exemplo. O que se observou nas informações sobre esse item foi que 18,4% dos autores têm formação em nível de pós-graduação nas áreas descritas na Tabela 21. Portanto, autores com pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado, em 17 áreas do conhecimento distintas, figuraram entre os autores da segunda fase da revista, com destaque para profissionais titulados em Ciências Sociais, Educação, Saúde Coletiva, Enfermagem e Antropologia.

### **3.3.4 Tipos e Temática dos trabalhos**

Os tipos de trabalhos apresentados na segunda fase da revista assemelham-se, em diversos aspectos, aos trabalhos apresentados na primeira fase, mas com algumas importantes distinções, que serão apresentadas a seguir.

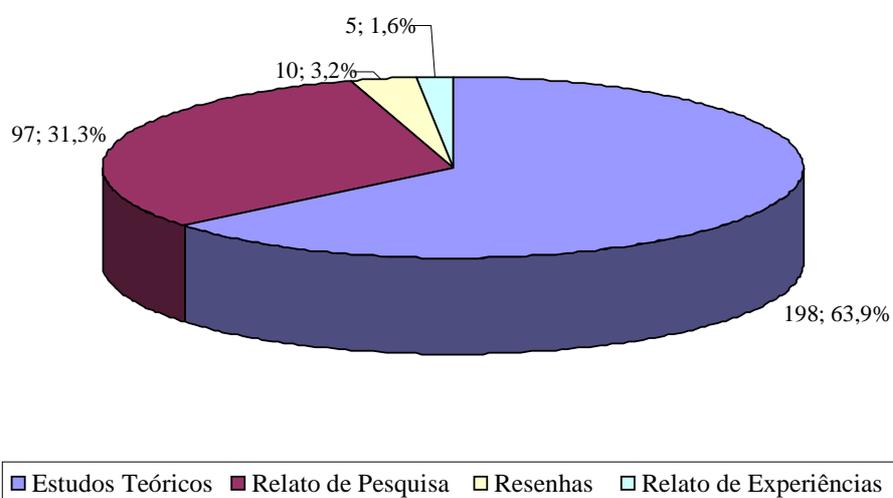
No caso das semelhanças, prevalece o número elevado de trabalhos classificados como “Estudos Teóricos”, que correspondem a 63,9% das publicações da segunda fase (Gráfico 2). Como já mencionado, essa informação parece relacionar-se diretamente com o padrão elevado de trabalhos de autoria única. A temática classificada como “Relato de Pesquisa” representa 31,3% dos trabalhos, seguida pela “Resenha”, que corresponde a 3,2% das publicações.

Uma diferença importante das temáticas dessa fase em relação à primeira fase é a diminuição de trabalhos denominados “Relato de Experiência”, seja ela acadêmica seja profissional. Na realidade, nessa fase da pesquisa, esse tipo de trabalho, praticamente, deixa de ser publicado. O fato de a revista, na primeira fase, ser produto de encontros da ABRAPSO,

nos quais o relato de experiência são mais comuns, e o novo formato da revista, que privilegia o relato de pesquisas derivadas, em especial, da pós-graduação, podem ser explicações para essa diminuição.

Gráfico 2

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Tipo e frequência de trabalhos veiculados na segunda fase da revista



Nessa fase, os trabalhos foram classificados em 16 temáticas (Tabela 22) <sup>11</sup>, as quais apresentam semelhanças e diferenças significativas em relação aos trabalhos veiculados na primeira fase da revista. No anexo 5 é descrito as subtemáticas da segunda fase da revista.

A temática com maior representação nessa fase, 39% dos trabalhos, foi classificada como “Aspectos históricos e teóricos da Psicologia Social”. Essa temática, embora presente, como na primeira fase, o maior número de trabalhos, tem características e funções bem diversas nesse período. Embora, haja um aumento significativo dessa temática na segunda fase da revista. Na primeira fase da revista, os trabalhos nessa temática tiveram como característica

<sup>11</sup> Para a criação das temáticas, teve-se como referência, assim como na primeira fase, os trabalhos de Bonfim (1989/1990) e Zanella (1994), embora tenham sido feitas modificações devido às características e diferenças dos trabalhos veiculados na segunda fase da revista.

principal definir conceitos básicos, práticas e descrições históricas que demonstram a possível evolução da disciplina naquele momento, com a função de legitimar e estabelecer uma nova perspectiva em Psicologia Social no Brasil. Já na segunda fase da revista, o que se nota é que grande parte dos trabalhos dessa temática vão além dessas funções. São trabalhos que, em geral, procuram debater questões críticas da Psicologia Social, como suas bases epistemológicas, os limites e possibilidades de utilização de conceitos, práticas e atuação do psicólogo social. No caso dos trabalhos históricos, não mais aparecem histórias vencedoras ou definidoras de um desenvolvimento ou uma ruptura com outro modelo, já que os trabalhos históricos voltam-se para análises críticas do desenvolvimento da disciplina e para a recuperação de temas, personagens e autores, até então deixados de lado, esquecidos ou considerados ultrapassados.

A temática “Trabalho” é a segunda temática com maior representatividade na segunda fase da revista, 11,9% dos trabalhos. Observa-se que nessa temática há uma concentração de trabalhos, cuja preocupação é a análise de questões relacionadas à saúde mental do trabalhador e à constituição da subjetividade do mesmo, temáticas próximas àquelas discutidas na primeira fase.

A educação também figura entre as temáticas com maior representação nessa fase, 7,7% dos trabalhos. Um dado interessante diz respeito ao grande número de trabalhos voltados para a avaliação do ensino superior, o que sugere a preocupação e o envolvimento de psicólogos sociais com os rumos e problemas da universidade brasileira. É preciso notar também uma “dispersão” de temas, que vão desde aprendizagem na sala de aula até violência na escola.

“Estudos em Representação Social” representa a quarta temática com maior número de trabalhos, 18 no total, que correspondem a 5,8% dos trabalhos veiculados na revista. Contudo, é preciso notar que seis trabalhos tiveram como objetivo principal discutir criticamente a

definição e as implicações dos estudos em representação social na Psicologia Social. Os outros 12 trabalhos são empíricos e recorrem ao conceito de representação social como fundamento de suas investigações. Neles, encontram-se investigações acerca da representação social da maconha, da polícia civil, dos 500 anos de descobrimento do Brasil, dentre outros.

A temática “Gênero e Sexualidade” representou 4,5% dos trabalhos veiculados na revista, o que corresponde a 14 trabalhos. Assim como na primeira fase da revista, essa temática apresentou trabalhos direcionados a questões que envolvem, em especial, o papel das mulheres em contextos como o trabalho, a família, dentre outros. Também foram publicados artigos que discutiram questões como o corpo feminino e o masculino, a relação de casais portadores de HIV, a territorialidade homossexual e outras subtemáticas, as quais corresponderam a 4,5% dos trabalhos veiculados na segunda fase.

Já a temática “Identidade” apresentou trabalhos, em geral, voltados para discussões teóricas e para a identidade de grupos diversos, como adolescentes, grupos indígenas e portadores de doenças. Outra temática identificada nessa fase foi “Psicologia e Política”, indicadora da preocupação dos autores com questões relacionadas ao comportamento político, à relação entre psicologia e políticas públicas e à política nas organizações.

“Saúde Pública/Saúde mental” tratou de aspectos diversos, artigos sobre o papel da Psicologia Social no programa de saúde da família, alcoolismo e saúde pública, homicídio como problema de saúde pública e o biopoder representam alguns subtemas tratados nessa temática, que contou com 12 trabalhos, cerca de 4% do total. Já a temática “Adolescência e Infância” foi constituída por sete trabalhos, adolescentes e crianças em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, a infância e prática psicológica foram alguns deles.

Tabela 22

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Temáticas e frequência de trabalhos veiculados na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Temáticas dos trabalhos</b>                 | <b>Frequência</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|--|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| Aspectos históricos e teóricos da Psicologia   |                   |                         |                          |
| Social   | 123               | 39,7                    | 10,5                     |
| Trabalho                                       | 37                | 11,9                    | 6,5                      |
| Educação                                       | 24                | 7,7                     | 5,4                      |
| Estudos em representação social                | 18                | 5,8                     | 5,8                      |
| Gênero e sexualidade                           | 14                | 4,5                     | 8,3                      |
| Saúde pública/Saúde mental                     | 12                | 3,9                     | 5,4                      |
| Identidade                                     | 10                | 3,2                     | 3,2                      |
| Psicologia e Política                          | 10                | 3,2                     |                          |
| Adolescência e infância                        | 7                 | 2,3                     |                          |
| Comunicação                                    | 6                 | 1,9                     |                          |
| Estudos sobre cooperativa e economia solidária | 6                 | 1,9                     |                          |
| Psicologia e comunidade                        | 6                 | 1,9                     | 10,1                     |
| Movimentos sociais                             | 3                 | 1                       | 9                        |
| Análise institucional                          | 2                 | 0,6                     | 2,9                      |
| Grupos   | 2                 | 0,6                     | 5,1                      |
| Temas variados                                 | 32                | 10,3                    | 8,3                      |
| <b>Total</b>                                   | <b>310</b>        | <b>100</b>              |                          |

Estudos sobre “Comunicação” também fizeram parte dessa fase da revista, voltando-se para análises de como determinados temas são tratados na mídia, como, por exemplo, a família, o MST, as marcas, entre outros.

Por apresentar um número relativamente significativo, seis trabalhos, criou-se a categoria “Estudos sobre cooperativa e economia solidária”. Nessa categoria, todos os seis trabalhos versam sobre pesquisas que analisam a organização e funcionamento de cooperativas.

Com número menos expressivo em relação à primeira fase, foram identificados também trabalhos sobre “Movimentos sociais”, “Análise Institucional” e “Grupos”.

Nesses casos, é preciso o cuidado de não se pensar ou generalizar tal informação como se essas áreas estivessem em declínio. Contudo, a diminuição de trabalhos sobre análise

institucional e grupos, em relação à primeira fase da revista, é uma informação que não pode ser descartada. Esse dado pode indicar que trabalhos nessas áreas tiveram sua importância diminuída a partir da década de 90. Todavia, para tal afirmação, é preciso mais investigações que confirmem essa diminuição de trabalhos em outras fontes. Em comparação com a primeira fase, observou-se também uma diminuição significativa de trabalhos que se inserem na categoria Psicologia e Comunidade (Psicologia Comunitária). Dado relevante, considerando-se que essa foi uma temática bastante representativa na primeira fase da revista.

Por fim, a categoria “Temáticas Variadas” apresenta trabalhos de diversos âmbitos, como raça, testes psicológicos, Psicologia Médica, Psicologia do Esporte, Psicologia Ambiental, Psicologia Jurídica, religião, aprendizagem, escolha profissional, dentre outras.

### **3.3.5 Caracterização da pesquisa na segunda fase da revista**

Antes de descrevermos alguns dados mais específicos sobre as pesquisas publicadas na segunda fase da revista *Psicologia & Sociedade*, é preciso dizer que, assim como na primeira fase, informações de ordem metodológica, como o local de realização das pesquisas, sujeitos participantes e técnicas de análise, não foram descritas em diversos trabalhos classificados como pesquisas. Isso limitou a identificação de informações dessa ordem, contudo, isso não significa que não seja possível, a partir da presente descrição, realizar interpretações, mesmo que iniciais, acerca dos aspectos que compõem esses trabalhos.

Dessa forma, a primeira informação diz respeito ao tipo de delineamento das pesquisas. Como pode ser visto na próxima tabela (Tabela 23), nessa fase, assim como na primeira, pesquisas Qualitativas representaram mais de 80% dos trabalhos, seguidas por pesquisas com delineamento Qualitativo e Quantitativo e uma diminuição de uso de pesquisas Quantitativas.

Tabela 23

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Distribuição das pesquisas, classificadas pelo tipo de delineamento e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Tipo de delineamento</b> | <b>Frequência</b> | <b>% Segunda Fase</b> | <b>% Primeira fase</b> |
|-----------------------------|-------------------|-----------------------|------------------------|
| Qualitativa                 | 79                | 81,4                  | 82,3                   |
| Qualitativa e Quantitativa  | 9                 | 9,3                   | 11,3                   |
| Quantitativa                | 9                 | 9,3                   | 3,2                    |
| <b>Total</b>                | <b>97</b>         | <b>100</b>            |                        |

A segunda informação refere-se aos procedimentos, materiais e técnicas utilizados para coleta de informações. Em relação a isso, nota-se, assim como na primeira fase, uma concentração de determinados métodos e procedimentos.

Os dados mostram que a utilização de entrevista semi-estruturada foi o instrumento mais utilizado, correspondendo a 38,1%, seguida pelo uso de documentos, 10,3%, Questionário, 8,2%, Grupo focal, 6,2%, Diário de campo, 4,1% e Entrevista semi-estruturada e questionário, 4,1%. Os demais tipos de procedimentos, técnicas e materiais são descritos em uma parcela menor de trabalhos. No entanto, essa informação torna-se importante à medida que se nota uma maior diversidade de recursos metodológicos. (Tabela 24)

Os procedimentos utilizados para a coleta de informações estão em consonância com as propostas de pesquisas qualitativas e a busca por aprofundamento dos fenômenos investigados. É preciso salientar que, embora outros procedimentos e métodos, característicos de pesquisas participantes, não apareçam nas descrições dos trabalhos, presume-se que a utilização de entrevista semi-estruturada tenha ocorrido em grande parte dos trabalhos. Os prováveis motivos e os problemas dessa “não” descrição serão analisados na discussão dos resultados.

Tabela 24

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Procedimentos, fontes e técnicas de coleta de dados nas pesquisas da segunda fase e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Tipo de procedimento, fonte e técnica de coleta de dados</b> | <b>Frequência</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|---|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| Entrevista semi-estruturada                                     | 37                | 38,1                    | 16,1                     |
| Documentos  | 10                | 10,3                    | 9,7                      |
| Questionário  | 8                 | 8,2                     | 11,3                     |
| Grupo focal   | 6                 | 6,2                     |                          |
| Diário de campo   | 4                 | 4,1                     | 8,1                      |
| Entrevista semi-estruturada e questionário                      | 4                 | 4,1                     | 11,3                     |
| Observação participante e entrevista semi-estruturada           | 3                 | 3,1                     |                          |
| Diário de campo e observação participante                       | 2                 | 2,1                     |                          |
| Entrevista semi-estruturada e documentos                        | 2                 | 2,1                     |                          |
| História de vida  | 2                 | 2,1                     |                          |
| Inventário  | 2                 | 2,1                     |                          |
| Conteúdo televisivo   | 1                 | 1,0                     |                          |
| Desenho   | 1                 | 1,0                     |                          |
| Dinâmica de grupo, entrevista e documentos                      | 1                 | 1,0                     |                          |
| Documentos e diário de campo                                    | 1                 | 1,0                     |                          |
| Entrevista semi-estruturada, questionário e documento           | 1                 | 1,0                     |                          |
| Filmagem  | 1                 | 1,0                     |                          |
| Grupo focal e entrevista  | 1                 | 1,0                     |                          |
| Obra de arte  | 1                 | 1,0                     |                          |
| Oficina, questionário e entrevista                              | 1                 | 1,0                     |                          |
| Questionário e documentos                                       | 1                 | 1,0                     |                          |
| Sem especificação   | 7                 | 7,2                     | 35,5                     |
| <b>Total</b>  | <b>97</b>         | <b>100</b>              |                          |

A identificação dos locais de realização das pesquisas publicadas na segunda fase da revista foi outro elemento explorado (Tabela 25). Os locais de realização de pesquisas publicadas nessa fase apresentam, como na primeira fase, uma concentração em instituições de ensino. Nota-se, por exemplo, que Escolas e Universidades compõem 16% do total de locais de realização das pesquisas. Também foi possível observar que, mesmo havendo uma diversidade maior de locais do que na primeira fase da revista, são locais, em geral, tradicionais de pesquisa em Psicologia e Psicologia Social nas últimas décadas. Com exceção

de um número considerável de trabalhos realizados em cooperativas, sede de movimentos de trabalhadores desempregados e sede de trabalho de reciclagem.

Tabela 25

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**

Locais de realização das pesquisas publicadas na segunda fase da revista e comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Locais</b>                              | <b>Frequência</b> | <b>% - Segunda fase</b> | <b>% - Primeira fase</b> |
|--|-------------------|-------------------------|--------------------------|
| Cooperativa                                | 7                 | 7,2                     |                          |
| Escola pública                             | 7                 | 7,2                     | 5,7                      |
| Universidade                               | 7                 | 7,2                     | 7,4                      |
| Empresa privada (recursos humanos)         | 4                 | 4,1                     |                          |
| Hospital                                   | 4                 | 4,1                     | 0,8                      |
| Banco                                      | 3                 | 3,1                     | 0,8                      |
| Órgão do governo                           | 3                 | 3,1                     |                          |
| Residência                                 | 3                 | 3,1                     |                          |
| Assentamento MST                           | 2                 | 2,1                     |                          |
| Ong  | 2                 | 2,1                     |                          |
| Associação Nikkei                          | 1                 | 1,0                     |                          |
| Bairro Periferia                           | 1                 | 1,0                     | 6,6                      |
| Bares                                      | 1                 | 1,0                     |                          |
| Casa de prostituição                       | 1                 | 1,0                     |                          |
| Comunidade carente                         | 1                 | 1,0                     |                          |
| Comunidade indígena                        | 1                 | 1,0                     |                          |
| Creche                                     | 1                 | 1,0                     |                          |
| Escola educação especial                   | 1                 | 1,0                     |                          |
| Escola particular                          | 1                 | 1,0                     |                          |
| Espaço GLS                                 | 1                 | 1,0                     |                          |
| Estrada                                    | 1                 | 1,0                     |                          |
| Febem                                      | 1                 | 1,0                     |                          |
| Feira Livre                                | 1                 | 1,0                     |                          |
| Indústria                                  | 1                 | 1,0                     |                          |
| Instituição para idosos                    | 1                 | 1,0                     |                          |
| Instituição para menor em situação de rua  | 1                 | 1,0                     | 2,5                      |
| Instituição saúde mental                   | 1                 | 1,0                     |                          |
| Jornal                                     | 1                 | 1,0                     |                          |
| Mosteiro                                   | 1                 | 1,0                     |                          |
| Sede do movimento trabalhador desempregado | 1                 | 1,0                     |                          |
| Sede de organização de reciclagem          | 1                 | 1,0                     |                          |
| Polícia civil                              | 1                 | 1,0                     |                          |
| Posto de Saúde                             | 1                 | 1,0                     | 1,6                      |
| Presídio                                   | 1                 | 1,0                     |                          |

|                   |           |              |      |
|-------------------|-----------|--------------|------|
| Rua               | 1         | 1,0          |      |
| Vara Criminal     | 1         | 1,0          |      |
| Sem especificação | 29        | 29,9         | 51,6 |
| <b>Total</b>      | <b>97</b> | <b>100,0</b> |      |

Em relação à primeira fase, foi observado um decréscimo de pesquisas e intervenções realizadas em comunidades rurais, favelas e periferias. Essa informação vincula-se, provavelmente, ao dado que aponta para uma diminuição de trabalhos classificados como Psicologia Comunitária ou Psicologia e Comunidade publicados na revista.

O que mais caracterizou as informações acerca dos locais de pesquisa foi, justamente, sua diversificação. Assim foram identificados 36 locais diferentes de realização de pesquisa denominados pelos autores. Essa informação revela uma abrangência significativa dos contextos de investigação das pesquisas veiculadas na revista nesta fase.

Em relação aos sujeitos participantes das pesquisas publicadas, prevalece a quantidade de participantes escolhidos em função de sua ocupação profissional e/ou exercício de alguma atividade de trabalho (Tabela 26). Tal dado está vinculado diretamente ao elevado número de publicações classificadas na temática “Trabalho”, que representa a segunda temática com maior número de publicações, lembrando que a temática com o maior número de trabalhos, “Aspectos Teóricos e Históricos da Psicologia Social”, não envolve sujeitos de pesquisa.

Antes que se siga com a descrição das informações sobre os participantes das pesquisas, é preciso dizer que, para a construção dessa categoria, não foi possível uma divisão precisa, visto que um participante pode ter características que o façam ser introduzido em mais de uma categoria, por exemplo, as participantes que exerciam a função de empregada doméstica foram inseridas na categoria “trabalhadores”, mas também poderiam ser localizadas na categoria “mulheres”. Assim, para uma melhor visualização das informações, optou-se por inserir os participantes naquelas categorias nas quais estava mais evidente o objetivo principal da

pesquisa ou intervenção. No caso das empregadas domésticas, por exemplo, o objetivo dos pesquisadores foi analisar a relação entre empregadas domésticas e patroas, o que demonstra uma preocupação em investigar, em especial, a relação de trabalho.

Como já apontado, a maioria dos participantes das pesquisas e intervenções, 42,3%, teve como característica o fato de ser profissional ou pessoa exercendo alguma atividade de trabalho ou prestação de serviço. Em relação a esse dado, foi possível notar uma diversidade bastante significativa das características dos participantes das pesquisas, já que participantes de 29 classes distintas participaram das pesquisas. “Catadores de Papel”, “Profissionais do Sexo”, “Proprietários de Bar”, “Executivos”, “Diretores de Empresa” e “Enfermeiros” são alguns exemplos de participantes que demonstram essa diversidade. O número elevado de Profissionais da Educação chamou a atenção nessa categoria, já que correspondem a 8,2% do total de participantes. Nesse caso, todos os participantes das pesquisas foram profissionais diretamente ligados ao ensino e à pesquisa, em especial, profissionais vinculados a instituições de ensino superior. Além disso, duas pesquisas tiveram como sujeitos participantes pesquisadores e professores da própria Psicologia Social, denotando uma preocupação voltada para o funcionamento interno da disciplina e para questões que perpassam o ensino superior no Brasil.

Participantes classificados como “Adolescentes e Crianças” representam o segundo grupo com maior número de participantes nas pesquisas apresentadas na segunda fase, 16,5%. As características desses participantes são diversas, embora, em geral, algumas características recorrentes sugeriram que esses foram escolhidos em função de “problemas clássicos”. Dessa forma, “Adolescentes Grávidas”, “Jovens Infratores” e “Internos” figuram entre os participantes dessa categoria.

“Mulheres”, como participantes da pesquisa, constitui o terceiro grupo com maior representatividade nas pesquisas descritas na revista, 8,2% dos participantes. Nesse caso, identificaram-se características distintas das mulheres participantes, como, por exemplo, “Mulheres Vítimas de Violência”, “Mulheres Chefes de Empresas”, “Mulheres Empreendedoras” e “Mulheres de Detentos”.

Estudantes universitários aparecem como o quinto grupo com o maior número de sujeitos participantes, 6,2%. Esse dado, mesmo não sendo possível fazer uma análise representativa, indica a recorrência a esse público em ambas as fases da pesquisa.

Pacientes e Usuários de Serviço de Saúde também participaram de pesquisas publicadas nesta fase da revista, com 3,1% do total de participantes das pesquisas. Em duas investigações, pacientes foram participantes, e, em uma investigação, o usuário de posto de saúde foi o participante da pesquisa. Por fim, oito participantes, entre idosos institucionalizados, imigrantes, membros de associação japonesa e famílias afro-descendentes foram classificados na categoria participantes diversos<sup>12</sup>.

Tabela 26  
**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
 Descrição dos participantes das pesquisas descritas na segunda fase da revista e  
 comparação com o percentual da primeira fase

| <b>Participantes</b>                     | <b>Freqüência</b> | <b>% Segunda fase</b> | <b>% Primeira fase</b> |
|--|-------------------|-----------------------|------------------------|
| Profissionais diversos                   | 49                | 50,5                  | 14,8                   |
| Adolescentes e crianças                  | 16                | 16,5                  | 6,6                    |
| Mulheres                                 | 12                | 12,4                  | 3,3                    |
| Estudantes universitários                | 6                 | 6,2                   | 6,6                    |
| Pacientes e usuários de serviço de saúde | 3                 | 3,1                   |                        |
| Outros                                   | 8                 | 8,2                   | 9                      |
| Sem informação                           | 3                 | 3,1                   |                        |
| <b>Total</b>                             | <b>97</b>         | <b>100</b>            |                        |

<sup>12</sup> Em função do número elevado de informações não identificadas na primeira fase acerca dos participantes das pesquisas, optou-se por não fazer comparação percentual entre as duas fases acerca dessa informação.

O tipo de análise utilizada foi o dado que apresentou o maior número de informações não localizadas (Tabela 27). Na primeira fase da revista, isso parece ter ocorrido em função do formato da revista e porque muitos trabalhos foram apresentados apenas como resumos. O que se observa, nesse caso, é que diversos trabalhos são descritos sem uma apresentação prévia de quais meios foram utilizados para analisar os dados, tanto nos resumos quanto na própria descrição da metodologia descrita no artigo.

Tabela 27

**REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE**  
Análises utilizadas nas pesquisas da segunda fase da revista

| <b>Tipos de análise</b>                                      | <b>Frequência</b> | <b>%</b>     |
|--|-------------------|--------------|
| Análise do conteúdo  | 35                | 36,1         |
| Análise do discurso  | 10                | 10,3         |
| Hermenêutica de profundidade de John Thompson                | 1                 | 1,0          |
| Software - análise hierárquica descendente                   | 1                 | 1,0          |
| Análise sociohistórica/formal/interpretação re-interpretação | 1                 | 1,0          |
| Análise sociohistórica                                       | 1                 | 1,0          |
| Grounded theory (teoria fundamentada nos dados)              | 1                 | 1,0          |
| Sem especificação  | 47                | 48,5         |
| <b>Total</b>   | <b>97</b>         | <b>100,0</b> |

A falta de informações acerca dos tipos de análises realizadas, na segunda fase da revista, foi observada em quase 50% dos trabalhos classificados como pesquisa. Mesmo assim, foi possível uma descrição passível de interpretação inicial desse aspecto.

As informações descritas na Tabela 26 sugerem a prevalência de duas técnicas de análise (análise do conteúdo e análise do discurso) em relação às demais. Observa-se que 36,1% dos trabalhos descritos como pesquisas utilizaram a análise do conteúdo como técnica de organização e a análise dos dados, seguida por 10,3% de trabalhos que recorreram à análise do discurso. No entanto, que uma técnica não exclui a outra em alguns casos.

É preciso dizer que essas informações foram organizadas a partir da própria descrição apresentada nos artigos, que denominava o tipo de análise, e não a partir de interpretação de

qual tipo de análise estava sendo realizada. No entanto, ressalta-se que, assim como o pesquisador que vai a campo e recorre às “suas” impressões para descrever e interpretar situações relevantes que ocorrem no contexto de investigação, neste estudo foi possível notar, a partir da leitura da descrição da metodologia de vários trabalhos, que muitas pesquisas apresentaram a organização e análise de seus dados de forma bem característica dos trabalhos que recorreram à análise do conteúdo. Portanto a utilização da análise do conteúdo, provavelmente, foi superior aos 36,1% descritos.

Assim, como no caso da utilização de metodologias de pesquisa participante, o que provavelmente ocorre nesses casos e será mais bem discutido a seguir na discussão e interpretação das informações, é que parece haver um acordo intersubjetivo acerca da falta de necessidade de descrição do uso da técnica de análise das informações investigadas.

Considerando as possibilidades de comparações das duas fases e o uso de conceitos e discussões apresentadas na fundamentação teórica do presente trabalho, a seguir são apresentadas discussões dos resultados da primeira e da segunda fase da revista.

#### **4. DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

A descrição das informações citadas no capítulo anterior cumpriu o objetivo geral da presente investigação, que é o de realizar uma análise descritivo/exploratória da produção veiculada na revista *Psicologia & Sociedade*. Mas essa descrição, ainda que inicial, propiciou base para que fosse realizada uma discussão e interpretação inicial das informações relatadas. Nessa perspectiva, buscou-se analisar e interpretar as diferenças e semelhanças da produção da primeira e da segunda fases da revista, tendo em vista as especificidades de cada fase, a partir

dos fundamentos teóricos anteriormente apresentados. Para tanto, a discussão será realizada considerando a ordem dos dados apresentados nas duas fases.

A frequência e a distribuição dos trabalhos por Estado é o primeiro dado a ser interpretado. Nesse caso, a informação mais relevante foi a elevada participação dos Estados da Região Sudeste e da Região Sul, tanto na primeira quanto na segunda fase da revista.

Essa diferença entre a produção de conhecimento das Regiões Sul e Sudeste e a das demais, principalmente, Norte e Nordeste, parece indicar, em primeiro lugar, um reflexo das diferenças socioeconômicas, já bastante conhecidas entre as regiões do país. Como sugere Costa (2006):

(...) o traço característico brasileiro de diferenças regionais não se dá apenas no plano sócio-econômico, mas também no desenvolvimento científico e tecnológico. Tal acentuado desnível regional da base técnico-científica se apresenta nos mais diversos aspectos: qualificação dos recursos humanos, existência de centros de pesquisa, adequação da infra-estrutura e investimentos financeiros (Costa, 2006, p. 17).

Barros (2000), ao discutir os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica, expõe que 82% dos grupos de pesquisa, em atividade no país, encontram-se nas Regiões Sudeste e Sul e afirma que os recursos humanos qualificados como infra-estrutura e os recursos públicos federais são canalizados para essas regiões. Para o autor, essas são apenas algumas das conseqüências das políticas científicas que funcionam de maneira semelhante às demais políticas nacionais, que tendem a beneficiar as regiões economicamente desenvolvidas do país.

As afirmações de Bordieu (1983), apresentadas no capítulo dois, de que o campo científico pode ser interpretado a partir da idéia de economia de mercado e que, portanto, é permeado e determinado por uma espécie de distribuição capitalista de mercadoria, em que países menos desenvolvidos estariam necessariamente em desvantagem perante países desenvolvidos, parece fazer algum sentido no contexto da distribuição regional dos trabalhos

publicados na revista, já que os Estados com maior produção científica são aqueles que detêm maior poder econômico.

Para não se reduzir essa diferença a critérios econômicos, é preciso levar em conta que a maior produtividade dessas áreas está relacionada ao surgimento histórico da disciplina e à institucionalização da Psicologia Social nessas regiões, ponto destacado na breve introdução à história da Psicologia Social brasileira, apresentada no capítulo 2. É preciso lembrar, é claro, que os autores que escreveram essa história são, em sua maioria, advindos das Regiões Sul e Sudeste.

Ao mesmo tempo, quando se observa a relação entre a frequência e a distribuição regional dos trabalhos, nota-se uma relação direta entre essa distribuição e os locais (instituições e regiões) em que o conselho editorial funcionou durante o período analisado. Assim, respectivamente, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul figuram como os Estados com maior número de publicações no período em que a revista foi editada nesses respectivos Estados.

No caso da primeira fase, destaca-se que sete das dez edições foram organizadas pelo mesmo editor e pelo conselho editorial em Minas Gerais. Complementar a essa informação, é preciso lembrar que, além de publicar os anais de encontros nacionais da ABRAPSO, a revista publicou também os anais dos Encontros Mineiros de Psicologia Social. Esse é um dos motivos mais óbvios que justificam o fato do número de trabalhos publicados por autores e instituições de Minas Gerais ter sido tão superior aos demais. Informações e justificativa sobre os motivos da inclusão de trabalhos de encontros da ABRAPSO Minas Gerais na revista não foram encontradas na própria revista. A localidade do grupo organizador da revista parece, portanto, ser a explicação mais plausível.

Já na segunda fase da revista, que foi organizada e funcionou, respectivamente, nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, além da relação entre regionalidade e conselho editorial, destaca-se a produção científica dos programas de pós-graduação dessas regiões.

As instituições das quais os trabalhos se originaram, em ambas as fases, é outra informação em consonância com as informações interpretadas até aqui. Assim, foi constatada uma concentração de trabalhos originados de instituições majoritariamente públicas das Regiões Sul e Sudeste, com exceção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mesmo havendo na segunda fase um aumento do número de instituições participantes, observa-se que, em ambas as fases, mais de 50% dos trabalhos foram publicados por um número pequeno de instituições. Para se ter uma idéia, na primeira fase, das 34 instituições presentes, apenas cinco acumularam mais de 50% dos trabalhos, são elas, respectivamente, UFMG (33,2%), PUC-SP (6,1%), UFRJ (6,1%), UFPB (5,1%) e UERJ (4,0%).

Já na segunda fase, das 101 instituições, somente nove, respectivamente, UFGRS (14,8%), PUC-SP (12,9%), UFSC (7,4%), USP (6,8%), PUC-RS (4,5%), UFES (3,2%), UERJ (3,2%), UFF (2,9%), UFRJ (2,9%), concentram mais de 58 % dos trabalhos, com destaque para as duas primeiras, que participam de 27,7% dos trabalhos na segunda fase da revista. Com já dito, foram as instituições onde os conselhos editoriais funcionaram no período.

A distribuição dos trabalhos por instituição remonta também à participação de instituições que exerceram importante papel nas formulações e desenvolvimento inicial da ABRAPSO no Brasil. Assim, observou-se a participação da Universidade Federal de Minas Gerais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que, além de se constituírem como importantes centros de formação e produção

científica na área, também desempenharam papel de destaque na organização política da Psicologia Social no Brasil.

Esses dados, inicialmente, sugerem a ocorrência de processo de endogenia nas duas fases da revista. Essa prática é caracterizada, dentre outros fatores, pela publicação de trabalhos de autores da mesma instituição e região dos editores da revista. Acerca desse processo, Costa (2006, p.35) sugere que “A endogenia não é considerada saudável para o desenvolvimento científico uma vez que oferece uma visão unilateral dos fenômenos, não possibilita troca e não permite renovação de idéias.” No entanto, no contexto da presente investigação, é preciso amenizar a idéia de que a endogenia seja algo necessariamente negativo. Na primeira fase, a revista não tinha a mesma estrutura e estava inserida em um contexto de produção de conhecimento científico bastante diverso do atual. Já no segundo momento, é preciso considerar que ambos os Estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, possuem importantes centros de formação e pesquisa em Psicologia Social no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, não deixa de ser relevante supor que haja certo “beneficiamento” das instituições e locais de organização da revista, considerando que não foi por acaso que as instituições responsáveis pela organização da revista foram as instituições com maior número de publicações na área.

As informações acerca das regiões e das instituições apontam para a formação de um grupo específico, ou melhor, um *Colégio Invisível*, nos termos apresentados por Price e Beaver (1966), considerando que a formação desse tipo de grupo tem como base a concentração da produção de uma área científica em determinadas localidades, instituições e autores que mantêm um alto grau de interação entre si. Isso denota uma interação maior entre os pesquisadores dessas regiões, em situações tais como eventos científicos, bancas de mestrado e doutorado, dentre outros eventos que possibilitam a troca de informações.

Ainda sobre a possibilidade de formação de um *Colégio Invisível*, destaca-se que as publicações, fora do eixo sul/sudeste, tiveram como uma de suas principais características o fato de serem de ex-alunos de programas de pós-graduação dessas regiões. Dessa forma, a alegação de Meadows (1999) de que os *Colégios Invisíveis* são formados por um núcleo de pesquisadores, com os quais os demais buscam estabelecer relações próximas, de forma a possibilitar acesso às informações desse grupo, parece ser plausível. Esse dado indica a busca de pesquisadores de regiões menos favorecidas socialmente por acesso aos “benefícios” de se estar associado a esse grupo de regiões mais favorecidas. As questões, embora derivadas apenas da produção de um periódico científico, o que limita, por si, as pretensões de generalizações amplas, podem ser indicativas da idéia apontada por Bourdieu (1981) de que o campo científico, assim como a sociedade, sempre está dividido em dois pólos, em que um grupo dominante ou hegemônico, que ocupa a hierarquia superior na distribuição de capital científico, impõe a definição de ciência que se conforma com seus interesses. Nesse sentido, é plausível supor que as instituições e pesquisadores dessas regiões influenciam na forma como outras regiões desfavorecidas irão orientar as temáticas, metodologia e teorias de suas pesquisas.

A participação internacional foi outro aspecto descrito, em especial, na segunda fase da revista, na qual se identificou um total de 12 países, que participaram com 49 publicações, 15,8% do total de trabalhos publicados. Nesse caso, a relação entre autores de universidades, principalmente espanholas, é indicativa da relação de pesquisadores brasileiros com pesquisadores desses países. A Universidade Autônoma de Barcelona e a Universidade Complutense de Madrid aparecem como as instituições que mais participaram das publicações veiculadas na revista, sugerindo, dentre outras coisas, a influência dessas e de seus pesquisadores na formação de psicólogos sociais brasileiros, já que muitas dessas publicações

ocorreram em co-autoria, orientando brasileiro e orientador espanhol. A participação de países latino-americanos, como Venezuela e Chile, também demonstra o diálogo desses países com a Psicologia Social brasileira, entretanto, nesses casos, as publicações são o fruto apenas do trabalho de pesquisadores desses países, sem vínculos com pesquisadores ou instituições brasileiras.

Em relação à autoria e ao perfil dos autores, observou-se, em primeiro lugar, a predominância, tanto na primeira quanto na segunda fase, de um número elevado de autorias únicas, embora haja um decréscimo de mais de 20% no número de autorias únicas na segunda fase. O grande número de trabalhos teóricos pode ser apontado como um dos principais motivos para a predominância desse padrão autoral, além de ser próprio das ciências humanas que seus trabalhos apresentem um número reduzido de autores em relação a outras áreas do conhecimento, a despeito das mudanças desse padrão autoral também nas ciências humanas, nas últimas décadas, como foi observado, na segunda fase da própria revista *Psicologia & Sociedade*.

Os trabalhos publicados por três e, principalmente, dois autores, apresentaram diferenças significativas em termos percentuais nas duas fases. Na primeira fase, houve a ocorrência de co-autoria, em especial, entre pesquisadores (professores) da mesma instituição, e entre pesquisadores e alunos de graduação. Já na segunda fase, os trabalhos publicados por dois autores tiveram primeiramente a participação de doutores e o padrão orientando de pós-graduação/orientador. Além disso, trabalhos publicados por mais de um autor apresentaram crescimento gradual ao longo dos anos na segunda fase da revista. Esse padrão aponta para uma maior preocupação em divulgar as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação, mas também coincide com o período em que se inicia a avaliação da pesquisa em Psicologia no Brasil (Costa, 2006).

É oportuno lembrar que a primeira avaliação CAPES/ANPEPP, para a classificação *Qualis* dos periódicos de psicologia, teve como base o biênio 1996/1997, que coincide com o início da segunda fase da revista *Psicologia & Sociedade*. Com isso, foi preciso, no mínimo, pensar no aumento de exigência para que os programas de pós-graduação elevassem o número de publicações de forma a manter e/ou possibilitar uma melhor avaliação dos mesmos.

Embora a presente investigação não apresente informações suficientes para uma análise pormenorizada desse aspecto, supõe-se uma transformação significativa da organização da comunidade científica nas áreas de ciências humanas, em especial, na última década no Brasil (Calderón, 2000). Nessa perspectiva, nota-se, cada vez mais, a relação entre produção de conhecimento, principalmente, a publicação de artigos científicos, e a mercantilização da ciência. Como afirma Costa (2006), ao se analisar os paradoxos da Classificação *Qualis*, é preciso considerar que o funcionamento da comunidade científica tem sido controlado, cada vez mais, pelos preceitos da produtividade e da qualidade da produção acadêmica. Nesse sentido, a comunidade científica tem cada vez mais se alinhado ao preceito *Publish or Perish*, “(...) provando que a lógica da construção do conhecimento não está isenta dos princípios mercantilistas atuais.” (Costa, 2006, p.190)

Outra informação acerca do perfil dos autores e da autoria, que se relaciona diretamente aos dados sobre a distribuição regional e institucional, é a frequência de publicação dos autores com mais de três trabalhos publicados. Tanto na primeira quanto na segunda fase da revista, os autores que apresentaram maior frequência de publicação foram os de instituições localizadas nos Estados onde a revista estava sendo organizada. No caso da primeira fase, dos seis autores com maior frequência de publicação na revista, cinco estavam diretamente vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisadora responsável pela editoração da revista, por exemplo, publicou 28 trabalhos, 10,3% do total. E na segunda fase,

embora, haja distribuição mais equânime da frequência e distribuição regional de trabalhos publicados, que aconteceu, provavelmente, em função da avaliação CAPES, que mantém uma política no sentido de evitar o processo de endogenia, observa-se que, dos oito autores que publicaram mais de quatro vezes, nesse período, seis foram da Região Sul, dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e um da Região Sudeste, do Estado de São Paulo.

Dentre as interpretações derivadas dos padrões de co-autoria, destaca-se a possibilidade de traçar redes de colaboração entre autores de diferentes instituições. Na presente investigação, as informações indicaram que os trabalhos veiculados na revista *Psicologia & Sociedade* apresentam baixo número de colaboração entre pesquisadores de instituições diferentes. No entanto, é preciso ter cuidado ao se analisar tal informação, tendo em vista que:

A identificação e contagem de publicações em co-autoria como medida da ocorrência de colaboração científica é um método que apresenta algumas restrições, já que não se pode partir do suposto de que a colaboração é igual à relação de co-autoria. Em outras palavras, ainda que a publicação conjunta reflita uma parte importante do trabalho colaborativo, não constitui o único indicador da relação estabelecida. Além disso, resultados de alguns estudos apontam que, em alguns casos, pesquisadores são colocados como autores de artigos mais por razões sociais do que pela efetiva contribuição deles a um trabalho conjunto (Hagstrom, 1965, p. 165).

Dessa forma, a colaboração na ciência não pode ser deduzida apenas da contagem de trabalhos em co-autoria. É preciso buscar análises qualitativas que demonstrem a colaboração que ocorre por outras vias, em particular, informais, principalmente nas ciências humanas. No caso da Psicologia Social, investigações que busquem compreender suas formas de colaboração são necessárias, considerando-se que, nessa disciplina, a colaboração parece ir além da comunidade científica, o que coloca questões relevantes e, ao mesmo tempo, delicadas para a área.

Ainda sobre o perfil dos autores, destaca-se a titulação dos mesmos, lembrando que essa informação foi tratada apenas na segunda fase da revista. Sobre isso, constatou-se que quase 50% dos autores possuíam título de doutor, seguidos por aproximadamente 14% de mestres e 10% de doutorando e graduandos. Sobre o padrão de autoria a partir dessa informação observou-se um número considerável de trabalhos em co-autoria envolvendo doutores da mesma instituição, e doutores e alunos de doutorado, mestrado e graduação. Informação essa que se relaciona diretamente com as questões levantadas acima sobre a influência das transformações da organização social da ciência sobre a produção do conhecimento científico.

Em relação à primeira fase, apenas foi possível notar uma diminuição substancial de trabalhos de profissionais não vinculados à universidade, contudo, é preciso lembrar que a primeira fase é constituída por trabalhos apresentados em encontros e eventos de Psicologia Social, situações em que a participação de profissionais inseridos em outros contextos é maior. Entretanto, essa informação não deixa de ser importante, na medida em que fica claro que a segunda fase da revista é eminentemente voltada para o pesquisador, principalmente, doutor. Isso, de certa forma, também levanta questões acerca da limitação de espaço para publicação de profissionais da Psicologia Social não vinculados à universidade, o que acaba por diminuir o acesso de autores e leitores à publicação e a leitura de um tipo de literatura importante na Psicologia Social, aquela derivada da prática cotidiana de atuação de psicólogos sociais em diversos campos profissionais. Dado esse revelado na diminuição dos “Relatos de Experiência”.

A identificação das áreas de formação dos autores possibilitou algumas interpretações, como, por exemplo, a busca por referenciais teóricos e metodológicos de outros campos do conhecimento por parte dos psicólogos sociais e, ao mesmo tempo, a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento nos artigos publicados na revista.

Pesquisadores com título de mestrado ou doutorado em ciências sociais, educação e saúde coletiva figuram entre os pesquisadores com formação em outras áreas do conhecimento que mais tiveram participação na revista. Isso aponta para uma aproximação de áreas do conhecimento, tanto em nível teórico quanto metodológico da Psicologia Social, e, ao mesmo tempo, a busca de psicólogos sociais por formação em áreas afins.

Já a publicação de trabalhos de autores com formação nas demais áreas descritas na tabela 20 - Enfermagem, Antropologia, Saúde Pública, Administração, Ciência Política, Ciências da Saúde, Cinema, Comunicação, Direito, Engenharia de Produção, Ergonomia, Filosofia, Linguística e Medicina - sugere que o tipo de conhecimento veiculado na revista Psicologia & Sociedade tem como uma de suas características o diálogo com uma diversidade de áreas e disciplinas, que contribuem e recebem contribuições da Psicologia Social para a compreensão de fenômenos variados.

Os tipos e temáticas de trabalhos veiculados na revista Psicologia & Sociedade foi outro aspecto descrito no presente trabalho e indica algumas questões relevantes na constituição do campo. É preciso lembrar que esse foi o tópico que apresentou o maior nível de dificuldade em relação à organização das informações, devido, justamente, à diversidade e à expansão dos trabalhos da área. A primeira informação tratada foi relativa à distribuição geral dos trabalhos, que foram classificados como “Estudos Teóricos”, “Relato de Pesquisa”, “Relato de Experiência” e “Temas variados”. Tanto na primeira quanto na segunda fase, os “Estudos Teóricos” apresentaram o maior número de trabalhos, mais de 50%.

A informação que destaca-se neste ponto é referente aos trabalhos descritos, tanto na primeira quanto na segunda fase, como “Relato de Pesquisa” e “Relato de Experiência”. No caso do “Relato de Pesquisa”, houve um aumento de quase 10%, e uma considerável diminuição da publicação de trabalhos classificados como “Relato de Experiência” na segunda

fase. Na primeira fase, 21,7%, na segunda fase, 1,6% dos trabalhos publicados. Como já informado, um provável motivo para a ocorrência dessa diminuição na segunda fase refere-se ao formato da revista, que foi, na primeira fase, produto de encontros regionais e nacionais da ABRAPSO, eventos nos quais é mais comum a apresentação de trabalhos, que são oriundos de experiências profissionais e/ou acadêmicas, ao contrário da segunda fase, caracterizada pela publicação de pesquisas realizadas, em especial, pelos pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação em Psicologia Social no Brasil. Essa distinção de propósito entre as duas fases da revista dificulta uma interpretação dessa informação, já que a diminuição de trabalhos classificados como “Relato de Experiência”, na segunda fase da revista, não significa, necessariamente, a diminuição de experiências profissionais e acadêmicas dos psicólogos sociais. De qualquer forma, algumas questões, ainda que sem respostas, surgem ao se observar essa diminuição de relatos de experiências na segunda fase da revista. A primeira delas é: essa diminuição teria ocorrido pelo fato de a pesquisa ser mais importante do que o relato de experiência no contexto atual da Psicologia Social? Será que a Psicologia Social estaria subordinada à lógica da comunidade científica, que dá mais valor a trabalhos, que são frutos de pesquisa, e, com isso, estaria desvalorizando a riqueza de trabalhos derivados de experiências profissionais, mesmo sabendo-se que, no campo da Psicologia Social, a experiência profissional estabelece relação direta com a construção da disciplina? Embora sem respostas, são perguntas importantes, que surgem ao se interpretar esses dados.

Em relação às temáticas dos trabalhos, o dado que se quer destacar, em particular, é o da quantidade significativa, mais de 50%, dos trabalhos classificados como “Estudos Teóricos”, sendo que a temática “Aspectos Históricos e Teóricos da Psicologia Social”, que é derivada desse tipo de trabalho, constitui a temática com maior número de trabalhos tanto na primeira quanto na segunda fase da revista. É preciso salientar que essa semelhança somente diz

respeito à temática desses trabalhos, e não ao conteúdo e nem à função que esses desempenharam em cada fase da revista.

Assim, na primeira fase, observa-se a busca por definições teóricas de conceitos básicos, campos de atuação e metodologias de uma nova perspectiva em Psicologia Social. Trabalhos que discutiam o posicionamento político e reflexões críticas sobre o “novo” papel de parte dos praticantes da Psicologia Social brasileira também constituíram essa temática. Mas é preciso dizer que, em praticamente todas as categorias temáticas, foram identificados trabalhos que tinham como finalidade definir conceitos básicos e o papel do psicólogo nos diversos campos de atuação. Ao mesmo tempo, diversos trabalhos tiveram como objetivo descrever a forma de utilização desses conceitos em pesquisas e experiências de atuação profissional e acadêmica. Títulos como “O que é Psicologia Social comunitária”; “O que é análise institucional”; “O que é representação social”; “Qual o papel do psicólogo na comunidade” e “O psicólogo nos movimentos sociais” são representativos dos objetivos dos trabalhos teóricos da primeira fase da revista, que era realizar definições básicas e, ao mesmo tempo, apresentar uma nova maneira de atuar no campo da Psicologia Social.

Destaca-se também que os trabalhos “históricos”, dentro dessa modalidade temática na primeira fase, apresentaram funções bem diversas daquelas da segunda fase, como veremos adiante. Na primeira fase, é nítido um padrão historiográfico da ciência, que tinha como objetivo destacar o papel de importantes cientistas daquele período e o rompimento da nova comunidade científica com uma perspectiva supostamente “ultrapassada” em Psicologia Social, que estava sendo praticada no país. Podemos dizer que foi, em certa medida, uma descrição histórica *presentista* da área. Nesse sentido, identifica-se, ao mesmo tempo, uma certa desconsideração pela história da disciplina. Um dos motivos que levaram a essa desconsideração pode ser inferido das alegações de Spink, que afirma que:

Na reação à hegemonia da Psicologia Social norte-americana, nos anos setenta e oitenta, algumas experiências de pesquisas no cotidiano foram banidas da memória coletiva da disciplina, seja por excesso de patrulhamento ideológico, seja pela identificação de toda a produção européia e norte-americana com a vertente mais individualista da Psicologia Social. (Spink, 2007, p.7)

À primeira vista, pode-se ver como algo negativo esse padrão historiográfico na primeira fase da revista, que é, como diz Spink (2007, p.7), “desmemoriada”, já que rejeita e deixa de observar importantes contribuições metodológicas e teóricas de trabalhos de décadas, que constituem e são anteriores à crise da Psicologia Social, e que foram deixadas de lado. No entanto, essa posição, supostamente acrítica, indica a necessidade, naquele período, desse tipo de postura. Ou seja, para estabelecer uma nova perspectiva, era preciso exaltar as novas propostas e criticar e/ou deixar de lado as “antigas” perspectivas que estavam sendo criticadas. Como bem destaca Kuhn (1976, p. 6): “(...) é exatamente o abandono do discurso crítico que marca a transição para uma ciência”. Assim, embora a Psicologia Social busque uma posição crítica no período pós-crise da Psicologia Social, pode-se pensar que ela também deixa de ser crítica em alguns aspectos, quando toma como negativas diversas abordagens e perspectivas do período anterior à crise da Psicologia Social.

Dessa forma, pode-se argumentar que os trabalhos classificados como “Aspectos históricos e teóricos da Psicologia Social”, na primeira fase da revista, tinham como objetivo estabelecer as bases para uma nova proposta de ensino e prática de Psicologia Social no Brasil. Nesse ponto, é interessante destacar outro comentário de Kuhn (1962/2006) sobre como cientistas e/ou pesquisadores ensinam novos conceitos e práticas científicas quando há a formação de uma nova comunidade científica. Para ele:

(...) os cientistas nunca aprendem conceitos, leis e teorias de uma forma abstrata e isoladamente. Em lugar disso, esses instrumentos intelectuais são, desde o início, encontrados numa unidade histórica e pedagogicamente anterior, onde são apresentados juntamente com suas aplicações através delas. (Kuhn 1962/2006, p.71)

Para Kuhn (1962/2006), novas perspectivas teóricas são necessariamente apresentadas em conjunto com uma série de indicações de como podem ser utilizadas em situações concretas, no caso da Psicologia Social, pode-se pensar nos trabalhos envolvendo fenômenos psicossociais. Ou seja, os novos pressupostos teóricos de um campo do conhecimento, que está em construção, só farão sentido se vierem acompanhados de exemplos concretos de seu uso, algo que aconteceu com recorrência nos artigos publicados na primeira fase da revista. Esse tipo de acontecimento é característico de períodos pós-crisis paradigmáticas, que levaram a comunidade científica a apresentar novos métodos e conceitos, e, no caso de algumas ciências, novas posições políticas e ideológicas. (Haberer, 1979)

Especificamente, as discussões acerca das posições políticas e ideológicas nesse período - não por acaso denominado de crise da Psicologia Social - que antecede a criação da ABRAPSO, são importantes, pois indicam que a crise da Psicologia Social foi muito mais do que uma crise paradigmática aos moldes Kuhniano. É também, ou, principalmente, uma crise política. O debate “A tecnologia Social na Psicologia: controvérsias”, que “(...) manifesta explicitamente o confronto, no Brasil, entre duas concepções de Psicologia Social e traduz o entendimento sobre a função social da ciência e a questão da neutralidade na produção de conhecimento!” (Molon, 2001, p.56). Ao mesmo tempo a própria situação de crise política da ciência brasileira, na década de 70, apontada por Fernandes (1989/2000), e a participação das ciências humanas nas discussões que buscavam estimular a consciência política da ciência e o fim do cientista alienado indicam algo nesse sentido. Ao considerar esses acontecimentos, pode-se pensar assim como argumenta Haberer (1979), que quando o clima político estende-se para o sistema social da ciência, aspecto evidente nas discussões que perpassam a Psicologia Social nas décadas de 60 e 70, os conflitos paradigmáticos continuam a existir. Mas grande

parte das forças da comunidade científica são direcionadas para questões sociais e políticas (institucionais) e não somente para questões de ordem paradigmática.

Assim, a Psicologia Social, no contexto brasileiro, mais do que se preocupar com um modelo científico que explicasse os fenômenos psicossociais, preocupa-se com as posições políticas e ideológicas que perpassam a produção do conhecimento na área. Dessa forma, uma comunidade, que até então se definia como estritamente científica e isenta de influências ideológicas e políticas, passa a ser criticada por um grupo que assume que, além de científica, a Psicologia Social é necessariamente perpassada por questões que vão além do método e dos conceitos científicos. As discussões acerca das limitações dos métodos e das teorias, empreendidas pelos psicólogos sociais brasileiros e da América Latina, ultrapassam, portanto, as questões sobre a lógica interna e a validade de modelos científicos. Na realidade, as discussões (ou a crise) servem justamente para demonstrar a impossibilidade de uma separação entre a ciência e as questões sociais que atravessam as práticas científicas.

Nesse ponto, explicita-se que não se está propondo que ocorreu uma revolução ou mudança abrupta na Psicologia Social brasileira, contudo a idéia de revolução científica não deixa de ser útil para que sejam compreendidas as estratégias de legitimação de uma nova comunidade científica, já que a própria revista *Psicologia & Sociedade* surge como instrumento importante na demarcação da área. Com sinaliza Kuhn,

(...) a criação de publicações especializadas, a fundação de sociedades de especialistas e a reivindicação de um lugar especial nos currículos de estudo têm geralmente estado associados com o momento em que um grupo aceita pela primeira vez um paradigma único. Pelo menos foi isso que ocorreu, há século e meio atrás, durante o período que vai desde o desenvolvimento de um padrão institucional de especialização científica até a época recente, quando parafernália de especializações adquiriu prestígio próprio. (Kuhn, 1962/2006, p. 40)

A noção de campo científico, proposta por Bourdieu (1983), como um sistema em que um tipo de “luta concorrencial” ocorre em função da disputa pelo monopólio da autoridade científica, também pode ser pensada para que se possa compreender o contexto de surgimento da revista *Psicologia & Sociedade*, na medida em que identificamos a crise da Psicologia Social como a luta de um grupo contra a hegemonia de outro. Nesse ponto, é interessante dizer que o que Bourdieu (1993) destaca, de forma mais evidente do que Kuhn, é que essa luta não é apenas pela obtenção de uma verdade mais pura do conhecimento científico, mas para ele está em jogo, nessa disputa, também a ocupação de lugares políticos que propiciem autoridade ao grupo não dominante.

Considerando que havia, no contexto anterior ao surgimento da ABRAPSO e, até mesmo, durante seus primeiros anos, quando havia um grupo dominante e/ou hegemônico no campo da Psicologia Social brasileira, em termos científicos e políticos, o surgimento da revista e seu padrão inicial definidor de novos conceitos e práticas é um importante instrumento nessa “luta concorrencial”, utilizado por pessoas que estavam à margem do grupo hegemônico. Bourdieu (1993) faz uma instigante análise sobre esse ponto. Para ele, quando um grupo à margem do grupo dominante ocupa lugares até então ocupados apenas pelos últimos, não é incomum que, com o passar do tempo, esse grupo também consagre estratégias de conservação. Portanto, assim como seu concorrente fazia, o grupo que estava à margem do grupo dominante tende a manter e perpetuar uma ordem científica com a qual compactua.

Ao se considerar que os trabalhos classificados como “Estudos Teóricos”, na segunda fase, constituem, assim como na primeira fase, mais de 50% dos trabalhos, e que a temática “Aspectos históricos e teóricos da Psicologia Social” é a mais representativa, é relevante explicitar as diferenças no conteúdo desses trabalhos na segunda fase da revista, que, no mínimo, indicam uma transformação bem nítida nos objetivos dos autores nesse período.

Na segunda fase, o primeiro aspecto observado é a ausência de trabalhos que têm como função definir conceitos básicos e/ou práticas da Psicologia Social. Na realidade, esses temas aparecem apenas como reflexões críticas, ou seja, o objetivo principal agora é a crítica e não mais a definição básica. A história da Psicologia Social, a epistemologia da Psicologia Social e as questões metodológicas são discutidas na segunda fase da revista. Nesses casos, o que chama a atenção é que são investigações voltadas para análises críticas da história e dos fundamentos epistemológicos das diversas vertentes que constituem a Psicologia Social. O que fica nítido é a discussão crítica a partir da filosofia da ciência, da história, da sociologia e das teorias críticas da sociedade como instrumentais analíticos da Psicologia Social.

Ao discutir o papel de análises filosóficas e teóricas, realizadas pelos pesquisadores de uma comunidade científica, Kuhn (1962/2006) argumenta que os motivos pelos quais esses se voltam para essa tarefa estão intimamente relacionados com a busca de resolução de problemas científicos da disciplina, mais especificamente em momentos de crise de um modelo científico.

Creio que é sobretudo nos períodos de crises reconhecidas que os cientistas se voltam para a análise filosófica como um meio para resolver as charadas de sua área de estudos. Em geral os cientistas não precisam ou mesmo desejam ser filósofos. Na verdade, a ciência normal usualmente mantém a filosofia criadora ao alcance da mão e provavelmente faz isso por boas razões. Na medida em que o trabalho de pesquisa normal pode ser conduzido utilizando-se do paradigma como modelo, as regras e pressupostos não precisam ser explicados. (Kuhn, 1962, p.119)

Tal enfoque é bem evidente, em particular, na história de ciências como a física, a biologia e a química, porque, de acordo com Kuhn (1962/2006), os cientistas, nessas ciências, só se voltam para análises teóricas e críticas nos momentos de crise do modelo aceito pela comunidade – um paradigma. Após esse momento, ou melhor, após o estabelecimento de um

novo paradigma, o cientista deixa de realizar esse tipo de trabalho teórico e, dificilmente, se pergunta sobre os pressupostos que perpassam métodos e teorias.

A princípio, tal alegação de Kuhn nos levaria a uma conclusão negativa acerca da Psicologia Social, porque seria constatado que ela seria uma disciplina em constante crise e que seus praticantes só se voltam para esse tipo de análise nesses momentos. Contudo, como já dito, não se pressupõe que haja a adoção, nem muito menos que os psicólogos sociais estejam em busca de um paradigma unificador da disciplina ou de uma teoria e metodologia capazes de orientar todo o campo. Na realidade, supõe-se que essa crise não seria algo negativo no campo da Psicologia Social, ao contrário, a crise, assim como o conflito entre as diversas perspectivas teóricas e metodológicas, parecem ser características iminentes à disciplina – imanente à própria psicologia. E mais, a busca, na segunda fase, por trabalhos que analisem criticamente aspectos epistemológicos, históricos e conceituais indicam o amadurecimento da disciplina. Ao contrário da primeira fase, não se busca mais legitimar ou definir a disciplina, as discussões teóricas voltam-se para a autocrítica da Psicologia Social. No que diz respeito aos trabalhos históricos, os autores recorrem, em geral, a um padrão historiográfico social da ciência e evitam a cilada do *presentismo*, comum na primeira fase da revista. Portanto, há novas possibilidades de análises que retomem o passado de forma a demonstrar a relação com a situação atual da disciplina.

Assim, de maneira diversa ao padrão da comunidade científica, característico das ciências naturais, em que, após um período de crise, estabelece-se um paradigma, com o qual os cientistas não mais se preocupam nem mesmo se perguntam acerca dos seus pressupostos e sua história durante o período de ciência normal. Nas discussões teóricas apresentadas na segunda fase da revista, revela-se uma constante crítica (constante crise) à própria disciplina, o

que sinaliza que o psicólogo social parece estar constantemente preocupado e questiona-se acerca de seus pressupostos.

Em relação às demais temáticas, as comparações entre a primeira e a segunda fases também demonstram diferenças passíveis de interpretações iniciais. Observa-se, por exemplo, na primeira fase, que, depois dos trabalhos classificados como “Aspectos Históricos e Teóricos da Psicologia Social”, as duas temáticas mais representativas foram, com 19%, “Psicologia e Comunidade ( Comunitária)” e “Movimentos Sociais”.

Embora não se tenha dados da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil no período anterior à publicação da revista *Psicologia & Sociedade*, é provável que a distribuição das temáticas dos trabalhos da primeira fase da revista indique, de maneira bastante relevante, as transformações da Psicologia Social brasileira no período analisado. Isso porque a visualização inicial das áreas de inserção dos trabalhos indica uma aproximação da Psicologia Social com as questões mais próximas do contexto social em que essa ciência está sendo produzida. As discussões a seguir, acerca das características das pesquisas e relatos de experiência, auxiliarão na corroboração dessa interpretação.

As temáticas classificadas como “Trabalho” e “Educação” foram as que representaram, respectivamente, a segunda e a terceira temática com o maior número de trabalhos na segunda fase da revista, sendo bastante evidente a preocupação de trabalhos voltados para a influência do trabalho na constituição da subjetividade do trabalhador. Já na educação, o que se destaca é a preocupação de diversos pesquisadores com questões relacionadas à educação superior, como avaliação, análise de currículo, crítica institucional, dentre outras.

No geral, a diferença da segunda para a primeira fase diz respeito ao fato de que, na segunda fase, houve uma expansão das temáticas apresentadas na revista, contudo é preciso considerar as limitações interpretativas acerca das informações das temáticas dos trabalhos

publicados na Revista Psicologia & Sociedade. Assim, embora seja uma das informações mais importantes, limitamo-nos a tecer informações mais de ordem descritiva, considerando que uma análise por si das temáticas tomaria espaço suficiente para outra pesquisa. No entanto, as informações, em particular, relacionadas aos trabalhos classificados como “Relatos de Pesquisa”, envolvem elementos relacionados diretamente às temáticas dos trabalhos, como, por exemplo, os locais de realização das pesquisas e os seus participantes, como serão analisados a seguir.

Ao levar em conta as informações de ordem metodológica, envolvidas nos trabalhos classificados como “Relatos de Pesquisa”, notam-se semelhanças significativas tanto na primeira fase quanto na segunda. A mais relevante foi acerca do delineamento geral das pesquisas, mais de 80% dos trabalhos recorreram ao uso de algum tipo de metodologia “Qualitativa” de pesquisa. Supõe-se que a grande quantidade de trabalhos qualitativos, apresentados na primeira fase da revista, é um indício direto da mudança de perspectiva da Psicologia Social naquele período. Isso porque uma das críticas à Psicologia Social, que vinha sendo praticada nas décadas anteriores, apontava para o excesso de quantificação e experimentação nos estudos dos fenômenos psicossociais. Nessa perspectiva, as alegações de que os métodos quantitativos haviam sido formulados em contextos sociais diversos ao latino-americano vinham acompanhadas de críticas sobre a forma descontextualizada como esse tipo de metodologia era utilizada (Lane, 1985; Bonfim, 2003), o que acarretava problemas de ordem metodológica, epistemológica, ética, ideológica, política, dentre outros. O uso de metodologias qualitativas era, dessa maneira, feito considerando-se a possibilidade de aprofundamento em questões até então desconsideradas ou limitadas pelos métodos quantitativos.

Mas é interessante notar que a predominância de métodos qualitativos também ocorre na segunda fase da revista. Com isso, no mínimo, algo pode ser dito: metodologias qualitativas prevalecem nos estudos em Psicologia Social, publicados na Revista Psicologia & Sociedade, e, com certo cuidado, pode-se presumir e fazer uma generalização razoável dessa informação, supondo-se que esse tipo de metodologia seja a mais utilizada pelos pesquisadores da Psicologia Social brasileira. Ao mesmo tempo, esse dado sinaliza uma possível ressalva dos psicólogos sociais acerca da utilização de metodologias quantitativas. O preconceito histórico seria uma das explicações para essa quase inexistente utilização de metodologia quantitativa nos trabalhos em Psicologia Social. Ao mesmo tempo, questionam-se os motivos e prejuízos desse possível pré-conceito. Em primeiro lugar, supõe-se que as críticas a metodologias quantitativas estariam impossibilitando a sua utilização e, ao mesmo tempo, limitando o escopo de análise do psicólogo social. Ao se pensar assim, é possível que se esteja desconsiderando as críticas importantes e reformulações nesse tipo de metodologia, que foram realizadas ao longo das últimas décadas e, portanto, possibilitariam um uso mais crítico desse método por parte dos psicólogos sociais. Com certeza, essas são algumas das questões que surgem ao se analisar esse dado.

Como já descrito, a falta de informações mais detalhadas acerca dos aspectos metodológicos (sujeitos participantes, tipo de análise, local de realização do estudo) dificultou bastante a análise desse dado. Mas, além de prejudicar uma descrição mais apurada, essa informação é importante já que sinaliza certa desconsideração acerca da necessidade de uma descrição de forma mais detalhada dos aspectos metodológicos.

Sabe-se, como bem apontou Polanyi (1967), que há um conhecimento do pesquisador que é tácito e que nunca irá aparecer em nenhuma descrição de pesquisa, porque é um conhecimento que ultrapassa o campo da linguagem. Contudo, a falta de descrição de alguns

elementos básicos da pesquisa, em diversos trabalhos, pode indicar uma certa desconsideração da necessidade de descrição da metodologia utilizada nas pesquisas, o que não significa que as pesquisas sejam de qualidade inferior nesses casos. Todavia, tendo em vista a história da área e, em particular, a forte crítica ao positivismo, não seria absurdo pensar em um acordo intersubjetivo entre os pesquisadores em Psicologia Social, em que a descrição metodológica bem detalhada fosse necessariamente sinônimo de uma postura positivista, portanto, objetivista e reducionista de ciência.

Se essa alegação fizer algum sentido, no mínimo, essa posição prejudicaria uma melhor compreensão dos passos tomados nas pesquisas em Psicologia Social e a transmissão de informações que podem ser úteis para outros pesquisadores. Contudo, é preciso levar em conta que, no caso da primeira fase da pesquisa, a busca por maneiras, muitas vezes quase informais de descrever os seus trabalhos, era uma forma de expressar justamente a insatisfação com a metodologia científica em vigor até aquele momento nos estudos em Psicologia Social.

As descrições acerca dos instrumentos, procedimentos e materiais para coleta de informações nas pesquisas descritas, tanto na primeira quanto na segunda fase da revista, estão em consonância com os delineamentos de pesquisas. Assim, nas duas fases, a entrevista semi-estruturada foi o instrumento mais identificado nos trabalhos classificados como “Relato de Pesquisa”. Mesmo considerando o problema sobre a descrição mais detalhada dos procedimentos metodológicos, na segunda fase foi possível identificar um número mais significativo desses elementos, devido ao fato de que o número de trabalhos classificados como “Relato de Pesquisa”, nesta fase, foi maior do que naquela. Porém os trabalhos mantêm a característica de recorrerem a instrumentos voltados para análises qualitativas, como, por exemplo, o uso de fotografias, documentos oficiais e não - oficiais de instituições, dentre outros.

Os locais de realização de pesquisas e demais trabalhos descritos na primeira e segunda fases foi outro elemento descrito. Nesse caso, a concentração de trabalhos em locais como “Favelas”, “Periferias”, “Comunidade Rural”, locais que são palcos de trabalhos de pesquisa e intervenção da Psicologia Comunitária, foram os locais mais representativos da primeira fase. Já na segunda fase, esses locais praticamente não aparecem nas descrições de pesquisas e de “Relato de Experiências e Intervenções”, algo que parece ter relação direta com a diminuição de trabalhos classificados como “Psicologia e Comunidade (Psicologia Comunitária). Destaca-se, nesse segundo momento, a concentração de trabalhos em “Cooperativa”, “Escola Pública” e “Universidade”. Não encontramos um padrão ou explicação clara que justifique a concentração de trabalhos em tais locais, de forma que a informação mais importante acerca dos locais de realização das pesquisas, na segunda fase, seja a sua diversidade e amplitude do campo de atuação e investigação da Psicologia Social.

No que diz respeito aos participantes citados nos relatos de pesquisa, experiência e intervenções, identificou-se, tanto na primeira quanto na segunda fase, um número significativo de pessoas ou grupos, escolhidos em função da “Profissão e/ou Trabalho”, e “Adolescentes e Crianças”. Isso sugere uma grande preocupação em discutir, no primeiro caso, em particular, contextos de adoecimento e sofrimento mental do trabalhador. Em relação aos “Adolescentes e Crianças”, notou-se uma preocupação especial em analisar contextos de exclusão social e contextos educacionais, nos quais esses sujeitos estavam inseridos. É preciso destacar que, na segunda fase, além de uma diversidade maior de participantes das pesquisas, a concentração de trabalhos, envolvendo participantes em função de suas atividades profissionais, chega a 50% do total dos participantes identificados nessa fase da revista. Esse dado é importante, porque sinaliza uma forte atuação dos psicólogos sociais que publicaram trabalhos na revista, em especial, na segunda fase da revista, no campo do trabalho.

Por último, descrevemos os dados acerca das análises utilizadas e apresentadas nas pesquisas descritas na revista. Foram interpretadas apenas as informações constantes da segunda fase da revista, já que essas foram praticamente inexistentes nas publicações da primeira fase.

A técnica de análise do conteúdo foi o meio mais utilizado pelos autores de pesquisas publicadas na segunda fase da revista. Neste caso, mais uma vez, destaca-se a falta de especificação dos autores acerca do tipo de análise utilizada em suas pesquisas. Contudo, notou-se que o uso da análise do conteúdo foi maior do que a frequência identificada na tabela 31. Em muitos casos, é evidente o uso dessa forma de organização e análise do material (entrevistas, documentos, entre outros), mas isso não é explicitado pelos autores.

Em relação aos demais tipos de análise, não foi possível fazer interpretações, já que aparecem de maneira pouca expressiva, o que não significa, necessariamente, irrelevante. A verdade é que o que mais se destacou, nas descrições das temáticas e metodologias dos trabalhos, foi a dificuldade de organização, no caso das temáticas, devido à grande possibilidade de categorização.

Em relação aos aspectos metodológicos, houve a falta de descrição mais detalhada por parte dos autores, o que limitou, de maneira significativa, interpretações mais aprofundadas acerca desse elemento. Mas, ao mesmo tempo, parece ser essa informação de suma importância para se pensar questões como: até que ponto as críticas ao positivismo, tão características do período de crise da Psicologia Social, mantêm a crença dos psicólogos sociais de que a metodologia, nesse caso, bem detalhada e objetiva, significa objetivismo científico. Ou seja, será que a predominância dessa crítica, que foi importante em determinado momento da história da Psicologia Social, tenha sido perpetuada de tal maneira que ainda hoje afete a concepção dos psicólogos sociais acerca das descrições metodológicas? Não há

resposta para isso, caso se considere apenas os dados da presente pesquisa, mas parece que eles apontam para a necessidade de uma análise mais apurada dessa suposição, que pode estar limitando as possibilidades metodológicas dos psicólogos sociais.

Com isso, não se quer dizer que não haja descrições metodológicas coerentes e coesas nos estudos de Psicologia Social, mas apenas que o “(...) excesso de patrulhamento ideológico” poderia estar dificultando o desenvolvimento metodológico da área. (SPINK, 2007, p.5)

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes de tecer algumas considerações finais, considera-se necessário a explicitação de algumas possíveis limitações, devido, em especial, ao perigo de generalizações diretas das informações apresentadas e do contexto de produção de conhecimento da Psicologia Social no Brasil.

Assim, acerca das informações descritas e interpretadas ao longo do trabalho, é provável que, em muitos pontos, seja quase inevitável para o leitor, assim como foi para o autor, fazer generalizações para o contexto geral da Psicologia Social brasileira. Por exemplo, as informações sobre as temáticas dos trabalhos não podem ser consideradas representativas de toda a produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil, já que é possível que diversos psicólogos sociais tenham preferência por publicar seus trabalhos em outras revistas ou meios de comunicação científica em função de motivos diversos. Outro equívoco seria pensar que a Psicologia Social no Brasil se reduz à Psicologia Social dos psicólogos vinculados, de uma forma ou de outra, à ABRAPSO. Portanto, tendo em vista a breve discussão historiográfica, a revista é apenas parte da história, assim ela nos dá somente

indícios para uma interpretação parcial do funcionamento e organização da Psicologia Social Brasileira. Todavia, isso também não quer dizer que as informações foram insuficientes e/ou não permitiram generalizações, mesmo que razoáveis, amparadas por outras discussões realizadas por outros autores.

A relação direta entre contexto social, político e econômico e as condições para a produção de conhecimento no Brasil foi um dos principais aspectos passíveis de generalizações razoáveis. Isso se deve ao fato de que a produção científica em Psicologia Social parece seguir premissas bem aceitas nos estudos sociais da ciência, como o pressuposto de que a ciência tem uma dimensão que funciona de acordo com uma espécie de economia de mercado. Nesse caso, o modelo econômico da ciência, apontado por Bourdieu (1983), e o de Efeito Matheus, sugerido por Merton (1973), indicam que aqueles que mais possuem vantagens tendem a ter mais probabilidade de acumular e conseguir vantagens no universo acadêmico, lembrando que uma das conseqüências desse efeito seria a disfuncionalidade na distribuição de crédito na carreira de alguns pesquisadores. Isso sugere, que a comunidade científica não está imune aos princípios mercantilistas atuais. No caso deste trabalho, esse aspecto é evidente e indica que a organização social da Psicologia Social, assim como das demais áreas do conhecimento científico brasileiro, reflete, em grande medida, os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica bem sinalizada por Barros (2000).

A identificação da relação intrínseca, nas duas fases da revista, entre regiões, instituições e autores que apresentaram a maior concentração de publicações deixa poucas dúvidas acerca da reprodução das diferenças socioeconômicas tão comuns entre as regiões do Brasil, nesse caso, as diferenças entre regiões Sul e Sudeste e as demais regiões do país.

Além disso, não podemos deixar de observar que, em todos os períodos da revista, considerando uma primeira fase, entre os anos de 1986 e 1992, em que dos dez números

publicados, sete foram organizados por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, e uma segunda fase, entre os anos de 1996 a 2007, que foi constituída por dois momentos, quando a revista teve seu conselho editorial funcionando, respectivamente, nos Estados de São Paulo, na Pontifca Universidade Católica, e no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando esses foram os Estados e instituições com maior número de trabalhos publicados. Essas informações indicam a possível formação de um *Colégio Invisível*, portanto é plausível supor que as instituições e os pesquisadores dessas regiões e instituições mantenham alto grau de relação entre si em situações informais, como eventos científicos, bancas de mestrado e doutorado, dentre outras situações, possibilitadas por suas “melhores” condições de trabalho. O que acaba também por propiciar certos benefícios aqueles que fazem parte desse grupo. Outro aspecto que sinaliza a formação de um *Colégio Invisível* diz respeito ao fato de que foi possível constatar que grande parte dos autores que atuam fora das Regiões Sul e Sudeste realizou seus estudos em nível de pós-graduação nessas regiões. Sobre isso pode-se concordar com Meadows (1999) que o mais provável é que pesquisadores iniciantes e/ou em posição inferior busquem informação junto a pesquisadores mais experientes, que ocupem posições superiores. E é mais provável que tais pesquisadores procurem informações com outros pesquisadores do seu nível, e que esses pesquisadores são eficientes e bastante ativos no que diz respeito à troca e ao uso de informações.

A idéia de que o *Colégio Invisível* é uma espécie de núcleo formado por um número reduzido de pesquisadores e instituições e que os demais membros da comunidade científica necessitam estabelecer algum contato com esse núcleo, para que possam fazer parte da comunidade científica e ter acesso a certos benefícios, parece fazer bastante sentido no contexto da presente investigação. Esse aspecto foi indicado, entre outras coisas, pelo fato de, na primeira fase da revista, mais de 50% dos trabalhos terem se originado de cinco das 34

instituições que compuseram essa fase. Já na segunda fase, das 104 instituições constantes nas publicações, apenas oito acumularam mais de 55% da produção veiculada na revista. Nesse ponto, é preciso deixar claro um possível mal entendido acerca dessas alegações sobre a identificação da formação de um *Colégio Invisível*. Mais precisamente, é necessário destacar que a identificação de um possível *Colégio Invisível* não significa algo negativo ou prejudicial para a área, nem que os demais pesquisadores, à margem desse grupo, sejam necessariamente subordinados e ou inferiores, e nem que deliberadamente haja uma organização para formar tal grupo. O que se demonstrou é que, a partir de algumas informações constantes nas publicações científicas, pode-se observar um padrão característico em comunidades científicas em diversas áreas do conhecimento: um pequeno grupo de pesquisadores que tende a formar uma espécie de núcleo da área, que é responsável por definir, decidir e, por conseguinte, influenciar, em grande medida, o funcionamento e a organização do campo (Price, 1976). Segundo esse autor, uma das conclusões a que se chega após a identificação de um *Colégio Invisível* é que esse é responsável, em grande medida, por orientar áreas de investigação, temas de pesquisas, teorias e métodos que serão aceitos e adotados de forma legítima pela comunidade científica.

Nesse sentido, este trabalho deixa claro que o desenvolvimento e a organização de uma comunidade científica são muito mais do que aquilo publicado em artigos e anais de encontros científicos. Contudo, a partir desses elementos formais, torna-se possível realizar interpretações, que vão muito além do conteúdo formal da ciência.

Assim, as colocações de Latour e Woolgar (1997) e Knorr-cetina (1981) e seus exemplos de uma análise do funcionamento da ciência em seu contexto de produção, a partir da observação e do contato direto com os atores da comunidade científica, precisa ser considerada uma alternativa importante para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica

da área. Ou seja, uma análise da Psicologia Social no seu próprio contexto de produção talvez seja uma alternativa para uma compreensão de sua organização social.

É também preciso dizer que, embora a proposta do trabalho fosse inicialmente apenas descritiva e exploratória, aprofundou-se mais em determinadas questões e menos em outras, em função das limitações do próprio pesquisador, da fonte de análise e das teorias e conceitos utilizados, mas, no geral, a sensação que fica é de apenas ter tocado em um problema bastante amplo e complexo. Desse modo, é possível dizer que cada informação tratada apresenta possibilidades de desdobramentos em outras pesquisas. Só como exemplo, é interessante que se conheça as temáticas dos trabalhos publicados por autores de instituições internacionais e sua relação com a produção nacional. Outro aspecto que instiga uma investigação: até que ponto os autores que publicam trabalhos na Revista Psicologia & Sociedade se identificam com as propostas da ABRAPSO, embora se suponha que é muito provável que os autores da primeira fase se identificassem diretamente com essa associação, em função do contexto histórico e do próprio fato de que a revista era produto dos encontros de tal associação. Além disso, muitos dos autores e instituições participantes dessa fase fizeram parte da organização da associação nos seus dez primeiros anos de existência. Observar essa relação torna-se mais difícil na segunda fase da pesquisa, considerando a expansão do número de autores e instituições participantes e, principalmente, porque a revista torna-se “independente” dos encontros e dos associados da ABRAPSO.

Por fim, a busca por uma história social que perpassa a produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil indica mais a possibilidade de um início de programa de pesquisa voltada para a compreensão da área do que, necessariamente, afirmações fechadas acerca de suas formas e estratégias de organização interna. Mais de três décadas separam o presente das discussões acerca da crise da Psicologia Social no contexto brasileiro, e, embora 30 anos

representem pouco em termos de tempo, para a história de uma ciência é tempo suficiente, e parece provê condições para análises críticas que possibilitem novas versões da história da Psicologia Social brasileira.

## Referências

- Andery, A. A. (1980). Uma experiência de Psicologia comunitária do departamento de Psicologia Social da PUC/SP em Osasco, São Paulo. *Anais do I Encontro Brasileiro de Psicologia Social*. São Paulo: ABRAPSO. p. 31-38.
- Alvarenga, L. (1996). *A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos pedagógicos – 1944-1974*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação.
- ABRAPSO, Artigo 2º, Estatuto da ABRAPSO 1984.
- Assis, J. P. (1993). Kuhn e as ciências sociais. *Estudos Avançados*. vol. 7, n. 19, p. 133-164.
- Barros, F.A.F. (2000). Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. *São Paulo em Perspectiva*, vol.14, n. 3, p.12-19.
- Berger, P.; Luckman, T. (1973). *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis-Brasil: Editora Vozes.
- Bernal, J.D. (1976). *Ciência na história*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bomfim, E.M. (1989/1990). A Psicologia Social da ABRAPSO. *Psicologia e Sociedade*, vol. 8, p. 219-225.
- Bomfim, E. M. (2003). *Psicologia Social no Brasil*. Belo Horizonte: Campo Social.
- Bomfim, E. M. (2004). Históricos dos cursos de psicologia no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, vol.16, n.2, p.32-36.
- Bourdieu, P. (1983). O Campo Científico. In: Ortiz, R.. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática, pp.122-155.
- Calderón, A. I. (2000). *Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão*. São Paulo em Perspectiva, vol.14, n. 1, p. 61-72.
- Carone, I. (2003). *A psicologia tem paradigmas?* São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP.
- Cetto, A,M; Alonso-Gamboa, O. (1998). Scientific periodicals in Latin America and the Caribbean: a global perspective. *Interciência*, 23, p.84-93.
- Christie, J.R.R. (1990). The development of the historiography of science. In: Olby et.al. *Companion to the History of Modern Science*. Londres: Routledge, pp. 5-22
- Codo, W. (1985). Ideologia: o ponto fundamental da discussão. *Psicologia: ciência e profissão*, vol. 5, n.1, p.21.
- Costa, A. L. F. (2006). *Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação Qualis em Psicologia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

- Cruz, R. N. (2006). História da ciência e historiografia da ciência: considerações para pesquisa história em análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, vol.8, no.2, p.161-178
- D'Ambrósio, U. (1998). Bases historiográficas e metodológicas para uma história e filosofia das ciências na América latina. *Episteme*, vol.3, n.6, p. 300-311.
- Davyt, A.; A.; Velho, L.(2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 7, n. 1, p. 93-116.
- Farr, R. M. (2002). *As raízes da Psicologia Social moderna (1872-1954)*. Trad. Pedrinho A. Guareschi e Paulo V. Maya. 5ª edição – editora vozes – Petrópolis. (originalmente publicado em 1996)
- Fernandes, A. M. (2000). *A construção a ciência no Brasil e a SBPC*. Editora UNB.(originalmente publicado em 1988)
- Gonçalves, A.; Ramos, L.M.S.V.C. & Costa, R.C.F.(2006). Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: D. A. Poblacion, G P. Witter & J. F. M. Silva (Orgs.). *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação*. São Paulo: Angellara, pp.163-190.
- Haberer, J. (1979). Politização na ciência. In: J. D. Deus (org.). *A crítica da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 107-135.
- Hagstrom, W. O. (1965). *The scientific community*. London: Feffer & Simons.
- Hochman, G. (1994). A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Knorr-Cetina e Latour. In: V. Portocarrero (org.). *Filosofia, História e sociologia das ciência I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp.199-232.
- Job, I. (2006). *Educação Física no PPGCMH/UFRGS: Uma visão a partir da análise de citações e perfil dos pesquisadores*. Dissertação de mestrado. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Jurberg, M.B. (2000). Individualismo e coletivismo na Psicologia Social: uma questão paradigmática. R. H. F. Campos & P. A. Guareschi (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana* Editora Vozes. Petrópolis – RJ, pp.118-166.
- Knorr-Cetina, K. (1981). *The manufacture of knowledge. An essay on the constructivist and contextual nature of science*. England, Pergamon Press.
- Koyré. A. (1982). *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução organizada por M. Ramalho. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- Kuhn, T.S. (1976). Logic of Discovery or Psychology of Research?, In: Lakatos, I. e Musgrave, A. (Orgs.), *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge University Press.

- Kuhn, T.S.(1989). *A tensão Essencial*. Tradução organizada por R. Pacheco. Lisboa: Edições 70. Biblioteca de filosofia contemporânea. (Trabalho original publicado em 1977).
- Kuhn, T. S. (2006). *O Caminho desde A Estrutura*. S. Paulo: Unesp, 2006.
- Kuhn, T.S. (2006). *A estrutura das revoluções científica*. São Paulo. Coleção Debates – ciência. Editora Broch. (originalmente publicado em 1962).
- Lane, S.T.M. (1980). Apresentação. *Anais do I encontro Brasileiro de Psicologia Social*. São Paulo, p.67-71.
- Lane, S.T.M. (1983). *O que Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S.T.M. (1985). Revendo a prática da Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol.5, n.1, p. 20-21.
- Lane, S.T.M. (1986). A Psicologia Social e uma nova concepção de para a Psicologia. In: Lane, S.T.M.; Codó, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S.T.M. (1988). Uma revisão da literatura – Psicologia Social. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, vol.6, n.1, p. 123-127.
- Lane, S.T.M. (1995). Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: S.T.M. Lane & B. Sawaia (orgs.) *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense/Educ.
- Latour, B.; Woolga, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Martins, R. A. (1993). Abordagens, métodos e historiografia da história da ciência. In: A.M. Martins (org.). *O tempo e o cotidiano na história*. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, (série Idéias), pp. 73-78.
- Martins, R. A. (2004). Ciência versus historiografia: os diferentes níveis discursivos na obras sobre história da ciência. In: A.M.A. Goldfarb & M.H.R. Beltran (orgs.). *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/Livraria da Física/FAPESP, pp.115-147.
- Masterman, M. (1979). A natureza de um paradigma. In: I. Lakatos & A. Musgrave. (Traduzido por Octavio Mendes Cajado). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento: quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965*. São Paulo: Cultrix : Ed. da Universidade de São Paulo. pp. 72-108. (Trabalho original publicado em 1970)
- Matos, M.A. (1996). Contingências para análise comportamental no Brasil: Fred S. Keller. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.12, n. 2, p. 107-111.
- Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos.

Menzel, H. (1966). Scientific communication: five themes from social science research. *American Psychologist*, v.21, n.11, p.999-1004..

Merton, R. K. (1973). *The sociology of science: theoretical and empirical investigations*. London: University of Chicago.

Merton, R. K. (1979). Os Imperativos institucionais da Ciência. In: J. D. Deus (org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio : Zahar, pp.37-52.

Molon, S. (2001). A Psicologia Social abrapiana: apontamentos históricos. *Interações*, vol, 6, n. 12, p.41-68.

Morris, E.K.; Todd, J.T.; Midgley, B.D.; Shneider, S.M. & Johnson, L.M. (1990). The History of Behavior Analysis: Some Historiography and a Bibliography. *The Behavior Analyst*, 13, p.131-158.

Nickles, T. (1995). Philosophy of Science and History of Science. *Osiris*, 10, p.139-163.

Oliva, A. (1994). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas*. Vera. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp.67-102.

Orozco, E.M.L. (1998). *Sistema de Recompensa na Ciência: Especificidades e Condicionantes Em Algumas Áreas do Conhecimento*. Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas.

Paula, M. C. S. (2002). A base Qualis e sua utilização no projeto Inserção. Em J. Velloso (org.), *Formação no País ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência: um estudo na Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química no País* (pp. 217-237). Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pisciotta (2006). Redes Sociais: articulação com os Pares e com a Sociedade. In: D.A. Poblacion, G. P. Witter, J.F.M. Silva (orgs.). *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação*. São Paulo: Angellara, pp. 115-135.

Polanyi, M. (1962). *Personal Knowledge: towards a Post-Critical Philosophy*. The University of Chicago Press.

Polanyi, M. (1967). *The tacit dimension*. A doubleday Anchor book. NewYork.

Popper, K. (1979). A ciência normal e seus perigos. In: I. Lakatos, & A. Musgrave (Traduzido por Octavio Mendes Cajado). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento: quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965*. São Paulo: Cultrix : Ed. da Universidade de São Paulo, pp. 63-71. (Trabalho original publicado em 1970)

Price, D.S. e Beaver, D. (1966). Colaboration in an invisible college. *American Psychologist*, vol.21, n.11, p.1011-1017.

Price, D.S. (1976). *O Desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Tradução de Simão Mathias*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. (Trabalho original publicado em 1963)

Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social. (1986). Editorial, ano 1, vol.1.

Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social. (1992). Editorial, ano 8, vol.10.

Reis, J.C. (2004). *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica.

Rodrigues, A. (1985). Ciência e Tecnologia a serviço do homem. *Psicologia: ciência e profissão*, vol.5, n. 1, p. 18-20.

Rossi, P. (1989). *Os filósofos e as máquinas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Roque, R.(2002). A revolução científica: um olhar sociológico sobre a história da ciência. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol.9, n.3, p. 696-704.

Sanchez, Y.D.V.L.(2003). *A construção sociocultural da ciência a partir da sua produção: a sociologia na Venezuela e a "Revista Venezolana de Ciências Econômicas y Sociales"*. Dissertação de mestrado. Mestrado em Política Científica e Tecnológica. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campina

Spinak, E. (1998). 'Indicadores cientiométricos'. *Ciência da Informação*, vol.27, n.2, p. 141-148.

Spink, M. J. P. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, n.1, p. 7-14.

Sawaia, B. B. (2002). *Sílvia Lane*. Imago Editora; Brasília, DF: CFP.

Swanson, D.R. (1966). Scientific journals and information services of the future. *American Psychologist*, vol. 21, n.11, p.1005-1010.

Vielle, J. P. (1981). El Impacto de la Investigación en el Campo Educativo. In: *Perspectivas*, UNESCO, Paris, 3, p. 337-352.

Weber, M. (2002). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret.

Zanella, A. V. (1994). Os 15 anos da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social): contribuições à produção e divulgação do conhecimento em Psicologia. In: R.H.F. Campos & E. M. Bonfim (orgs.). *Anais do V simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico/ Anpepp*. Belo Horizonte, pp. 23-29.

Yamamoto, O. H., Koller, S. H., Guedes, M. C., LoBianco, A. C., Hutz, C. S., Bueno, J. L. O., Macedo, L., & Menandro, P. R. M. (1999). Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação. *Infocapes*, vol.6, n.3, p. 7-13.

Yamamoto, O. H.; Menandro, P. R. M. (2004). A avaliação dos programas de pós-graduação em psicologia. *Temas em Psicologia*, v. 12, n. 1, p. 83-92.

Youdewei, A. (2001). A guidebook on journal publishing for agriculture and rural development. United Kingdom: Inasp.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Roteiro de Coleta de informações

|                                   |
|-----------------------------------|
| Responsável:                      |
| Data: / /                         |
| Volume:                           |
| Número:                           |
| Ano:                              |
|                                   |
| <b>Artigo</b>                     |
| Título:                           |
| Idioma:                           |
| Evento:                           |
| Palavras-Chaves:                  |
|                                   |
| <b>Autores</b>                    |
| Nomes:                            |
|                                   |
|                                   |
|                                   |
|                                   |
|                                   |
| Titulação:                        |
| Instituição:                      |
|                                   |
| Cargo - função:                   |
|                                   |
| Profissional de outra área? Qual? |
|                                   |
| País:                             |
| Estado:                           |
| Cidade:                           |
|                                   |
| <b>Tipologia do trabalho</b>      |
| Teórico:                          |
| Pesquisa:                         |
| Relato de Experiência:            |
| Outro:                            |

|  |
|--|
| <b>Delineamento de pesquisa</b>  |
| Pesquisa qualitativa:  |
| Pesquisa quantitativa:   |
| Pesquisa experimental:   |
| Outro:   |
| <b>Atividades dos Participantes das pesquisas e/ou intervenções</b>                    |
| ( ) Trabalhadores e/ou pessoas em exercício de alguma atividade profissional.<br>Qual? |
| ( ) Alunos ensino fundamental  |
| ( ) Alunos ensino médio  |
| ( ) Alunos ensino superior   |
| ( ) Alunos escola infantil   |
| ( ) Usuários de serviço público/saúde. Qual?   |
| ( ) Outros:  |
| <b>Locais de realização de atividades de pesquisa e/ou intervenção</b>                 |
| ( ) comunidade<br>especificar tipo de comunidade:                                      |
| ( ) creche   |
| ( ) escola – primeiro grau   |
| ( ) escola – segundo grau  |
| ( ) instituição de ensino universitário  |
| ( ) clínica psicológica  |
| ( ) hospital   |
| ( ) instituição – saúde mental   |
| ( ) instituição para menores   |
| ( ) residência   |
| ( ) empresa  |
| ( ) laboratórios   |
| ( ) rua  |
| ( ) programas:   |
| ( ) outro(s):  |
| <b>Instrumentos e procedimentos de coleta de informações</b>                           |
| Entrevista semi-estruturada:   |
| Questionário:  |
| Documentos:  |

|                        |
|------------------------|
| Inventário:            |
| Sem especificação:     |
| Outros:                |
| <b>Tipo de análise</b> |
| Análise do conteúdo:   |
| Análise do Discurso:   |
| Outro:                 |

## Anexo 2 - Subtemáticas dos trabalhos veiculados na Revista Psicologia & Sociedade

| <b>Subtemáticas dos trabalhos veiculados na revista Psicologia &amp; Sociedade</b> | <b>Frequência</b> |
|--|-------------------|
| <b>Aspectos Teóricos e Históricos</b>  |                   |
| A psicologia em cuba   | 3                 |
| História da Abrapso  | 2                 |
| Aspectos teóricos da psicologia social   | 2                 |
| Definição de coletivismo   | 1                 |
| Definição de esquizo-análise   | 1                 |
| Discussão teórica acerca da interdisciplinariedade                                 | 1                 |
| História da psicologia social em Minas Gerais                                      | 2                 |
| História da psicoterapia na década de 1970   | 1                 |
| História da UERJ   | 1                 |
| História de curso de psicologia  | 1                 |
| Individualismo e coletivismo na psicologia social                                  | 1                 |
| Marxismo e psicologia  | 1                 |
| O conceito de imaginário em Castoriadis  | 1                 |
| Psicanálise e marxismo   | 1                 |
| Psicanálise e marxismo   | 1                 |
| Psicanálise e marxismo   | 1                 |
| Psicanálise e modelo médico  | 1                 |
| Psicologia e História  | 1                 |
| Psicologia e sociedade   | 1                 |
| Psicologia e transformação social  | 1                 |
| Psicologia social e psicanálise  | 1                 |
| Psicologia social, psicanálise e marxismo  | 1                 |
| Reflexão epistemológica  | 1                 |
| Utopia e imaginário social   | 1                 |
|  | <b>29</b>         |
| <b>Psicologia e Comunidade (Psicologia Comunitária)</b>                            |                   |
| Caracterização de trabalho em favela   | 2                 |
| Definição de comunidade  | 2                 |
| Definição de psicologia comunitária  | 4                 |
| Descrição de trabalho comunitário em diversos contextos                            | 8                 |
| Oficinas de arte em comunidade   | 1                 |
| Papel do psicólogo no trabalho comunitário   | 2                 |
| Perspectiva de atuação na psicologia comunitária                                   | 1                 |
| Relação entre psicologia e sociedade   | 1                 |
| Psicologia social e comunitária no Brasil  | 1                 |
| Reflexão crítica sobre trabalho comunitária  | 5                 |
| Trabalho comunitário e igreja católica   | 1                 |

### **Movimentos Sociais**

|  |   |
|--|---|
| Aspectos micro-sociais nos estudos em movimentos sociais | 2 |
| Intelectuais no movimento social                         | 1 |
| Mobilização popular                                      | 5 |
| Movimento camponês                                       | 1 |
| Movimento de favelados por moradia                       | 1 |
| Movimento ecológico                                      | 1 |
| Movimento feminista para saúde da mulher                 | 1 |
| Movimento sindical                                       | 1 |
| Movimentos sociais e psicologia                          | 4 |
| Movimentos trabalhadores rurais                          | 2 |
| O papel dos líderes nos movimentos sociais               | 1 |
| Organização social                                       | 1 |
| Reflexão sobre pesquisa em movimentos sociais            | 4 |

25

### **Gênero e Sexualidade**

|   |   |
|---|---|
| A mulher e a psicologia social                            | 1 |
| A mulher e o conflito da reprodução                       | 1 |
| A mulher e o homem nas leis                               | 1 |
| A mulher na psicologia social                             | 1 |
| Descrição de instituição de defesa dos direitos da mulher | 1 |
| Discussão teórica conceito de gênero                      | 1 |
| Emancipação da mulher                                     | 1 |
| Exclusão social da mulher                                 | 1 |
| Gênero e representações sociais                           | 1 |
| Gênero e subjetividade                                    | 2 |
| Homem e Mulher na mídia                                   | 1 |
| O uso da imagem da mulher                                 | 1 |
| Papéis de gênero e vida conjugal                          | 1 |
| Papéis femininos  | 1 |
| Paternidade   | 3 |
| Racismo e Sexismo   | 1 |
| Sexualidade nas instituições                              | 1 |
| Violência contra mulher                                   | 3 |

23

### **Trabalho**

|  |   |
|--|---|
| Acidentes de trabalho                          | 1 |
| Análise de erros no trabalho humano            | 1 |
| Discussão teórica sobre ergonomia              | 1 |
| Engenharia do trabalho                         | 1 |
| Ergonomia                                      | 1 |
| Estágio em psicologia do trabalho              | 1 |
| Mercado de trabalho                            | 1 |
| Mercado de trabalho                            | 1 |
| O trabalho de empregada doméstica              | 1 |
| O trabalho de petroleiros                      | 1 |
| O trabalho na construção civil                 | 1 |
| Organização do trabalho                        | 1 |
| Organização do trabalho e doença mental        | 1 |
| Psicologia do trabalho - relato de experiência | 1 |
| Trabalho bancário                              | 1 |

|  |           |
|--|-----------|
| Trabalho e doença mental   | 1         |
| Trabalho e psicologia social   | 1         |
| Trabalho rural   | 1         |
|  | <b>18</b> |
| <b>Representação social</b>  |           |
| Representação social da criança  | 1         |
| Representação social de candidatos à presidência da república              | 1         |
| Representação social da universidade                                       | 1         |
| Representação social acerca da condução de veículos                        | 1         |
| Representação social acerca do menor e da prostituição                     | 1         |
| Representação social da autoridade   | 1         |
| Representação social da baixada fluminense                                 | 1         |
| Representação social da loucura  | 1         |
| Representação social da psicanálise  | 1         |
| Representação social de Brasília   | 2         |
| Representação social definição de conceito                                 | 2         |
| Representação social do saber científico                                   | 1         |
| Representações social da Aids  | 1         |
| Questões teóricas da representação social                                  | 1         |
|  | <b>16</b> |
| <b>Intervenção psicossocial e interpretação de fenômenos psicossociais</b> |           |
| Análise psicossocial de acidente nuclear                                   | 1         |
| Análise psicossocial do suicídio   | 1         |
| Análise psicossocial de trabalho social                                    | 1         |
| Definição de intervenção psicossocial                                      | 1         |
| Intervenção psicossocial   | 1         |
| Intervenção psicossocial em sindicato                                      | 1         |
| Violência social   | 1         |
| Comportamento de consumo   | 1         |
| Comportamento de massa   | 1         |
| Análise de problemas ambientais  | 1         |
| Descrição de situação de periferia de Paris                                | 1         |
| Descrição de situação de meninas de rua                                    | 1         |
| Análise de aspectos psicossociais da criminalidade                         | 3         |
| Análise do fenômeno: trocas de favores                                     | 1         |
|  | <b>16</b> |
| <b>Educação</b>  |           |
| Arte e educação na escola  | 1         |
| Definição de prática em psicologia escolar                                 | 1         |
| Educação popular   | 1         |
| Ensino de psicologia escolar   | 1         |
| História da educação   | 1         |
| Intervenção psicológica na escola  | 1         |
| Papel da psicologia social na escola                                       | 3         |
| Pedagogia e psicanálise  | 1         |
| Práticas educativas em educação para adultos                               | 1         |
| Processo de escolarização de classes populares                             | 1         |
| Psicanálise e educação   | 1         |
| Relação entre brincar e aprender   | 1         |
| Relação professor-aluno  | 1         |
|  | <b>15</b> |
| <b>Saúde mental/Saúde pública</b>  |           |

|   |           |
|---|-----------|
| A loucura na imprensa                           | 1         |
| A pesquisa na saúde mental                      | 1         |
| Atuação do psicólogo na saúde pública           | 1         |
| Conceito de doença mental                       | 1         |
| Deficiência visual e o lazer                    | 1         |
| Formas de promoção da saúde                     | 1         |
| Loucura e saúde mental                          | 1         |
| Luta Antimaniconial                             | 1         |
| Participação em conselhos de saúde              | 1         |
| Políticas para deficientes                      | 1         |
| Prática do psicólogo na saúde mental            | 1         |
| Processo de triagem na saúde mental             | 1         |
| Reforma do setor de saúde pública               | 1         |
| Representação social da saúde mental            | 1         |
| Revisão da literatura em saúde mental no Brasil | 1         |
| Saúde mental e formação em psicologia           | 1         |
|   | <b>15</b> |

#### **Formação e atuação**

|   |           |
|---|-----------|
| Desafios no ensino de psicologia social                   | 2         |
| O estágio na formação do psicólogo                        | 2         |
| Discussão sobre reforma curricular no curso de psicologia | 3         |
| Experiência de ensino de psicologia social                | 2         |
| Formação e organização profissional do psicólogo          | 2         |
| Prática de ensino em psicologia social                    | 1         |
| O papel da extensão universitária                         | 1         |
| O papel social do psicólogo                               | 2         |
|   | <b>15</b> |

#### **Grupos**

|  |           |
|--|-----------|
| Análise de grupo de mulheres de um instituição pública | 1         |
| Análise de grupo de mulheres universitárias            | 1         |
| Avaliação de dinâmica de grupo                         | 1         |
| Dinâmica de grupo                                      | 1         |
| Dinâmica de grupos e problemas teóricos                | 4         |
| Reflexão sobre prática de dinâmica de grupo            | 1         |
| Relato estágio de dinâmica                             | 3         |
| Ritual de grupos                                       | 1         |
| Teoria e metodologia para intervenção em grupos        | 1         |
|  | <b>14</b> |

#### **Psicologia, Arte e literatura**

|                                 |           |
|---------------------------------|-----------|
| Conto                           | 3         |
| Poema                           | 3         |
| Relação entre psicologia e arte | 5         |
|                                 | <b>11</b> |

#### **Identidade**

|   |          |
|---|----------|
| Discussão teórica sobre o conceito de identidade        |          |
| Identidade de mulheres                                  | 2        |
| Identidade de trabalhadores desempregados e aposentados | 2        |
| Identidade na Adolescência                              | 2        |
| Identidade social                                       | 1        |
| Identidade social em meninos de rua                     | 2        |
|   | <b>9</b> |

#### **Análise Institucional**

|  |    |
|--|----|
| Análise institucional de instituição educacional                             | 2  |
| Análise institucional de instituição para menores de ruas                    | 1  |
| Análise institucional de práticas profissional de psicologia em instituições | 3  |
| Análise institucional de serviço público                                     | 1  |
| Definição de teórica de análise institucional                                | 1  |
|  | 8  |
| <b>Metodologia e Técnica</b>   |    |
| Análise de metodologias de intervenção                                       | 1  |
| Análise gráfica do discurso  | 1  |
| Definição de pesquisa em representação social                                | 1  |
| Descrição de método experimental   | 1  |
| Discussão sobre o uso de entrevista na pesquisa                              | 1  |
| Fotografia como recurso metodológico   | 1  |
| Relação experimentador situação experimental                                 | 1  |
| Técnicas de intervenção  | 1  |
|  | 8  |
| <b>Comunicação</b>   |    |
| Análise de conteúdo televisivo   | 1  |
| Análise de notícia política em revista popular                               | 1  |
| Comunicação de massa   | 1  |
| Comunicação e psicologia de massa  | 1  |
| Psicologia e comunicação   | 1  |
|  | 5  |
| <b>Temáticas variadas</b>  |    |
| Burocracia   | 1  |
| Carater brasileiro   | 2  |
| Clinica social   | 1  |
| Condição sócio-econômica da família  | 1  |
| Consciência moral  | 1  |
| Construção da subjetividade  | 1  |
| Construção social do conhecimento  | 1  |
| Etiologia e comportamento social   | 1  |
| Idealismo na adolescência  | 1  |
| Imaginário social brasileiro   | 1  |
| Lazer  | 1  |
| Linguagem  | 1  |
| Mães abandonadas   | 1  |
| Processo criativo  | 1  |
| Produção de conhecimento e intuição  | 2  |
| Descrição de situação de meninos de rua                                      | 1  |
| Psicologia social e assistência judiciária                                   | 1  |
| Relação proprietários e posseiros  | 1  |
| Relato de expedição  | 1  |
| Sedução e código civil   | 1  |
| Trabalho com aposentados   | 1  |
|  | 23 |

---

Anexo 3 – Descrição dos participantes classificado por sub-categorias na primeira fase da revista Psicologia & Sociedade

| <b>Características dos participantes por sub-categorias</b>               | <b>Frequência</b> | <b>%</b>    |
|---|-------------------|-------------|
| <b>Trabalhadores e participantes de atividades profissionais diversas</b> |                   |             |
| Professores primeiro grau   | 4                 | 3,3         |
| Empregada doméstica   | 2                 | 1,6         |
| Funcionário de escola pública   | 2                 | 1,6         |
| Atores  | 1                 | 0,8         |
| Bancários   | 1                 | 0,8         |
| Funcionário de instituição de ensino superior                             | 1                 | 0,8         |
| Funcionário de prefeitura   | 1                 | 0,8         |
| Petroleiros   | 1                 | 0,8         |
| Professor universitário   | 1                 | 0,8         |
| Telefonista   | 1                 | 0,8         |
| Trabalhador - sem especificação   | 1                 | 0,8         |
| Trabalhador acidentado  | 1                 | 0,8         |
| Trabalhador da saúde pública  | 1                 | 0,8         |
| <b>Total</b>  | <b>18</b>         | <b>14,8</b> |
| <b>Adolescentes e crianças</b>  |                   |             |
| Crianças-sem especificação  | 2                 | 1,6         |
| Alunos primeiro grau  | 1                 | 0,8         |
| Adolescente - sem especificação   | 1                 | 0,8         |
| Adolescentes participantes de atividades religiosas                       | 1                 | 0,8         |
| Criança zona rural  | 1                 | 0,8         |
| Crianças em instituição para menores em situação de rua                   | 1                 | 0,8         |
| Meninas em situação de rua  | 1                 | 0,8         |
| <b>Total</b>  | <b>8</b>          | <b>6,6</b>  |
| <b>Estudantes universitários</b>  |                   | <b>8</b>    |
| <b>Moradores de periferia e favelas</b>                                   |                   | <b>7</b>    |
| <b>Mulheres</b>   |                   |             |
| Mulheres atendidas em posto de saúde                                      | 1                 | 0,8         |
| Mulheres casadas  | 1                 | 0,8         |
| Mulheres na universidade  | 1                 | 0,8         |
| Mulheres vítimas de violência   | 1                 | 0,8         |
| <b>Total</b>  | <b>4</b>          | <b>3,3</b>  |
| <b>Moradores Zona Rural</b>   |                   | <b>3</b>    |
| <b>Outros:</b>  |                   |             |
| Bisexuais   | 1                 | 1,0         |
| Casais heterossexuais   | 1                 | 0,8         |
| Consumidores de serviço jurídico  | 1                 | 0,8         |
| Homossexuais  | 1                 | 0,8         |
| Participantes culto religioso   | 1                 | 0,8         |
| Líderes movimento social  | 1                 | 0,8         |
| Possseiros  | 1                 | 0,8         |

|  |            |              |
|--|------------|--------------|
| Proprietários de terrenos invadidos      | 1          | 0,8          |
| Idosos                                   | 1          | 0,8          |
| Famílias afro-descendentes               | 1          | 0,8          |
| Usuários metrô                           | 1          | 0,8          |
| <b>Total</b>                             | <b>11</b>  | <b>9,0</b>   |
| <b>Sem informação</b>                    | <b>63</b>  | <b>51,6</b>  |
| <b>Total de pesquisas e intervenções</b> | <b>122</b> | <b>100,0</b> |

Anexo 4 - Distribuição dos trabalhos, classificados por instituições de origem e frequência de participação na segunda fase da revista

| <b>Instituições</b>                          | <b>Frequência de participação nos trabalhos</b> | <b>%</b> |
|--|---|----------|
| UFRGS  | 46  | 14,8     |
| PUC-SP                                       | 40  | 12,9     |
| UFSC   | 23  | 7,4      |
| USP  | 21  | 6,8      |
| PUC-RS                                       | 14  | 4,5      |
| UFES   | 10  | 3,2      |
| UERJ   | 10  | 3,2      |
| UFF  | 9   | 2,9      |
| UFRJ   | 8   | 2,6      |
| UFC  | 8   | 2,6      |
| UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE BARCELONA           | 7   | 2,3      |
| PUC-RJ                                       | 7   | 2,3      |
| UFSJ   | 5   | 1,6      |
| UFRN   | 5   | 1,6      |
| UCG  | 5   | 1,6      |
| UNICAMP                                      | 5   | 1,6      |
| UNIVERSIDADE CENTRAL DA VENEZUELA            | 5   | 1,6      |
| USP-RP                                       | 4   | 1,3      |
| UFSCAR                                       | 4   | 1,3      |
| UNIVERSIDADE COMPLUTENSE DE MADRID           | 4   | 1,3      |
| UNB  | 4   | 1,3      |
| UFMG   | 4   | 1,3      |
| UNESP  | 4   | 1,3      |
| UNISINOS-RS                                  | 4   | 1,3      |
| UNIP   | 3   | 1,0      |
| UFPB   | 3   | 1,0      |
| UNIMARCO                                     | 3   | 1,0      |
| UNIVERSIDADE DO MINHO                        | 3   | 1,0      |
| ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES | 3   | 1,0      |
| UNIV. TAUBATÉ                                | 3   | 1,0      |
| UNIV. HAVANA                                 | 3   | 1,0      |
| FGV-SP                                       | 3   | 1,0      |

|                                |   |     |
|--------------------------------|---|-----|
| UEM                            | 3 | 1,0 |
| UFPI                           | 2 | 0,6 |
| PUC-CAMP                       | 2 | 0,6 |
| UFPR                           | 2 | 0,6 |
| UFPE                           | 2 | 0,6 |
| UFMS                           | 2 | 0,6 |
| PUC-MG                         | 2 | 0,6 |
| LONDON SCHOOL OF ECONOMICS     | 2 | 0,6 |
| AUTOMÒNA MADRID                | 2 | 0,6 |
| UCB                            | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE GIRONA ESPANHA    | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE DE LA FRONTEIRA   |   |     |
| CHILE                          | 1 | 0,3 |
| BANCO DE CHILE                 | 1 | 0,3 |
| INSTITUTO PESTALOZZI-RS        | 1 | 0,3 |
| UNIFRA-RS                      | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE LUTERANA-RS       | 1 | 0,3 |
| UFG                            | 1 | 0,3 |
| CENTRO UNI. VILHA VELHA-ES     | 1 | 0,3 |
| INSTITUTO MATRIZTICA-CHILE     | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE ROSÁRIO-          |   |     |
| ARGENTINA                      | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE LA CORUÑA         | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE TRIUPIU-PR        | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE ALTO URUGUAI-UR   | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE CATÓLICA-MS       | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE LISBOA-PT         | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE MANCHESTER-UK     | 1 | 0,3 |
| SECRETARIA DE SAÚDE            | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL     | 1 | 0,3 |
| ESCOLA DE PSICANÁLISE          | 1 | 0,3 |
| UNISUL-SC                      | 1 | 0,3 |
| SWARTHOMORE COLLEGE-USA        | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE DE SALVADOR       | 1 | 0,3 |
| CATÓLICA DOM BOSCO-MS          | 1 | 0,3 |
| SECRETÁRIA DE SAÚDE-RJ         | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE VALE DO ITAJAÍ-RS | 1 | 0,3 |
| FIO CRUZ-AM                    | 1 | 0,3 |
| UNIARARA-SP                    | 1 | 0,3 |
| UEL                            | 1 | 0,3 |
| UFS                            | 1 | 0,3 |
| ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA-MS     | 1 | 0,3 |
| FACULDADES-NOVOS HORIZONTES-   |   |     |
| BH                             | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE DE VALÊNCIA-      |   |     |
| ESPANHA                        | 1 | 0,3 |
| IPEP-SP                        | 1 | 0,3 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA     |   |     |
| LACERDA                        | 1 | 0,3 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO           |   |     |
| FRANCISCANO-RS                 | 1 | 0,3 |
| ESTÁCIO DE SÁ -RJ              | 1 | 0,3 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES<br>COMMERCIALES-CANADÁ                 | 1 | 0,3 |
| FGV-RJ   | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE NAVARRA-ESPANHA                                   | 1 | 0,3 |
| UFPA   | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE OTTAWA-CANADÁ                                     | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE MONTREAL-CANADÁ                                   | 1 | 0,3 |
| FACULDADE DE SAÚDE E MEIO<br>AMBIENTE-ES                       | 1 | 0,3 |
| SINDICATO BANCÁRIO PERNAMBUCO                                  | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE FORTALEZA   | 1 | 0,3 |
| FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO                                       | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL-RS                                | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE WESTERN ONTÁRIO-<br>CANADÁ                        | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE DE GUARULHOS-SP                                   | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE METODISTA-SP                                      | 1 | 0,3 |
| UFBA   | 1 | 0,3 |
| UNIBAN-SP  | 1 | 0,3 |
| FACULDADE SENADOR FLAQUER-SP                                   | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE SIMÓN BOLÍVAR-<br>VENEZUELA                       | 1 | 0,3 |
| CENTRO DOCUMENTAÇÃO E<br>INFORMAÇÃO PORTADOR<br>DEFICIÊNCIA-SP | 1 | 0,3 |
| UEMG   | 1 | 0,3 |
| SINDICATO DOS TRABALHADORES<br>INDÚSTRIAS QUÍMICAS-SP          | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE ESTADUAL MS                                       | 1 | 0,3 |
| ESCOLA MARKETING-SP  | 1 | 0,3 |
| PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO<br>CARMO-SP                          | 1 | 0,3 |
| UNIVERSIDADE REGIONAL<br>BLUMENAU-SC                           | 1 | 0,3 |
| CENTRO DEFESA DIREITOS<br>HUMANOS-BLUMENAU-SC                  | 1 | 0,3 |
| SEM INFORMAÇÃO   | 2 | 0,6 |

Fonte: revista Psicologia & Sociedade: revista da associação brasileira de Psicologia Social.  
Classificação e Cálculos Próprios R.N.C

#### Anexo 5 – Subtemáticas dos trabalhos apresentados na segunda fase da revista

| Subtemáticas dos trabalhos                                 | Frequência | %   |
|--|------------|-----|
| <b>Aspectos históricos e teóricos da psicologia social</b> |            |     |
| História da psicologia social                              | 27         | 8,7 |
| Epistemologia  | 24         | 7,7 |
| Questões metodológicas                                     | 22         | 7,1 |
| Conceitos básicos da psicologia social                     | 11         | 3,5 |
| Psicanálise e psicologia social                            | 11         | 3,5 |
| Subjetividade  | 7          | 2,3 |
| Teoria crítica   | 7          | 2,3 |

|   |            |             |
|---|------------|-------------|
| Ética   | 5          | 1,6         |
| Reflexões sobre a atuação da psicologia social            | 5          | 1,6         |
| Ensino e formação em psicologia social                    | 4          | 1,3         |
| <b>Total</b>  | <b>123</b> | <b>39,7</b> |
| <b>Trabalho</b>   |            |             |
| Trabalho e constituição do sujeito                        | 11         | 3,5         |
| Trabalho e saúde mental                                   | 8          | 2,6         |
| Organização do trabalho                                   | 6          | 1,9         |
| Sofrimento mental do trabalhador                          | 3          | 1,0         |
| Acidente do trabalho                                      | 1          | 0,3         |
| Análise de qualidade de vida no trabalho                  | 1          | 0,3         |
| Assédio moral   | 1          | 0,3         |
| Desemprego  | 1          | 0,3         |
| O trabalho no cotidiano                                   | 1          | 0,3         |
| Ocupação profissional                                     | 1          | 0,3         |
| Psicologia do trabalho                                    | 1          | 0,3         |
| Trabalho noturno  | 1          | 0,3         |
| Trabalho rural  | 1          | 0,3         |
| <b>Total</b>  | <b>37</b>  | <b>11,9</b> |
| <b>Educação</b>   |            |             |
| Avaliação do ensino superior                              | 9          | 2,9         |
| Educação e inclusão                                       | 2          | 0,6         |
| A pesquisa na escola pública                              | 1          | 0,3         |
| Aprendizagem sala de aula                                 | 1          | 0,3         |
| Cidadania e educação                                      | 1          | 0,3         |
| Definição de conceito                                     | 1          | 0,3         |
| Discussão sobre currículo                                 | 1          | 0,3         |
| Diversidade na escola                                     | 1          | 0,3         |
| Educação do consumidor                                    | 1          | 0,3         |
| Educação em saúde   | 1          | 0,3         |
| Educação sexual   | 1          | 0,3         |
| Gestão do ensino superior                                 | 1          | 0,3         |
| Psicologia social na escola                               | 1          | 0,3         |
| Vestibular seriado  | 1          | 0,3         |
| Violência na escola                                       | 1          | 0,3         |
| <b>Total</b>  | <b>24</b>  | <b>7,7</b>  |
| <b>Estudos em representação social</b>                    |            |             |
| Discussão conceitual sobre representação social           | 6          | 1,9         |
| Representação social da câncer feminino                   | 1          | 0,3         |
| Representação social da Febem                             | 1          | 0,3         |
| Representação social da homoafetividade                   | 1          | 0,3         |
| Representação social da maconha                           | 1          | 0,3         |
| Representação social da polícia civil                     | 1          | 0,3         |
| Representação social da saúde                             | 1          | 0,3         |
| Representação social da umbanda                           | 1          | 0,3         |
| Representação social de vítimas de acidentes de trânsito  | 1          | 0,3         |
| Representação social do idoso institucionalizado          | 1          | 0,3         |
| Representação social do morador de rua                    | 1          | 0,3         |
| Representação social do mst                               | 1          | 0,3         |
| Representação social dos 500 anos de descoberta do Brasil | 1          | 0,3         |
| <b>Total</b>  | <b>18</b>  | <b>5,8</b>  |
| <b>Gênero e sexualidade</b>                               |            |             |

|  |           |            |
|--|-----------|------------|
| Mulheres vítimas de violência sexual             | 4         | 1,3        |
| A mulher no trabalho                             | 1         | 0,3        |
| Corpo feminino                                   | 1         | 0,3        |
| Corpo masculino                                  | 1         | 0,3        |
| Mulheres chefes de família                       | 1         | 0,3        |
| Mulheres de preso                                | 1         | 0,3        |
| Mulheres empreendedoras                          | 1         | 0,3        |
| Papéis familiares                                | 1         | 0,3        |
| Profissionais do sexo                            | 1         | 0,3        |
| Relação de casais com HIV                        | 1         | 0,3        |
| Territorialidade homoerótica                     | 1         | 0,3        |
| <b>Total</b>                                     | <b>14</b> | <b>4,5</b> |
| <b>Identidade</b>                                |           |            |
| Definição de conceito de identidade              | 2         | 0,6        |
| Identidade indígena                              | 2         | 0,6        |
| Identidade social                                | 2         | 0,6        |
| Identidade de migrantes                          | 1         | 0,3        |
| Identidade de adolescentes                       | 1         | 0,3        |
| Identidade regional                              | 1         | 0,3        |
| Identidade portador de HIV                       | 1         | 0,3        |
| <b>Total</b>                                     | <b>10</b> | <b>3,2</b> |
| <b>Psicologia e política</b>                     |           |            |
| Psicologia e políticas públicas                  | 6         | 1,9        |
| Participação política                            | 2         | 0,6        |
| Comportamento político                           | 1         | 0,3        |
| Política nas organizações                        | 1         | 0,3        |
| <b>Total</b>                                     | <b>10</b> | <b>3,2</b> |
| <b>Saúde pública/Saúde mental</b>                |           |            |
| Psicologia social e o programa saúde da família  | 1         | 0,3        |
| consumo de drogas como problema de saúde pública | 1         | 0,3        |
| Biopoder   | 1         | 0,3        |
| Saúde do indígena                                | 1         | 0,3        |
| Alcoolismo e saúde pública                       | 1         | 0,3        |
| Homicídio como problema de saúde pública         | 1         | 0,3        |
| Deficiência como problema social                 | 1         | 0,3        |
| Estudos epidemiológicos                          | 1         | 0,3        |
| Exclusão e saúde mental                          | 1         | 0,3        |
| Psicologia Social nos serviços de saúde mental   | 1         | 0,3        |
| Exclusão e saúde mental                          | 2         | 0,6        |
| <b>Total</b>                                     | <b>12</b> | <b>3,9</b> |
| <b>Adolescência e infância</b>                   |           |            |
| Ideais em adolescentes                           | 1         | 0,3        |
| Adolescentes e saúde                             | 1         | 0,3        |
| Adolescentes em conflito com a lei               | 1         | 0,3        |
| Institucionalização na infância a adolescência   | 1         | 0,3        |
| Crianças e adolescentes em situação de rua       | 1         | 0,3        |
| Infância e brincadeira                           | 1         | 0,3        |
| Infância e prática do psicólogo                  | 1         | 0,3        |
| <b>Total</b>                                     | <b>7</b>  | <b>2,3</b> |
| <b>Comunicação</b>                               |           |            |
| Análise de marca                                 | 1         | 0,3        |
| Mídia e subjetividade                            | 1         | 0,3        |

|   |            |              |
|---|------------|--------------|
| Mídia e ideologia                                     | 1          | 0,3          |
| Mídia e adolescência                                  | 1          | 0,3          |
| MST na mídia  | 1          | 0,3          |
| Mídia e família                                       | 1          | 0,3          |
| <b>Total</b>  | <b>6</b>   | <b>1,9</b>   |
| <b>Estudos sobre cooperativa e economia solidária</b> |            |              |
| Análise de organização de cooperativas                | 3          | 1,0          |
| Análise de organização de economia solidária          | 3          | 1,0          |
| <b>Total</b>  | <b>6</b>   | <b>1,9</b>   |
| <b>Psicologia e comunidade</b>                        |            |              |
| Avaliação de trabalho comunitário                     | 2          | 0,6          |
| Relato de experiência de trabalho comunitário         | 1          | 0,3          |
| Abordagem clínica e psicologia comunitária            | 1          | 0,3          |
| Discussão teórica sobre psicologia comunitária        | 1          | 0,3          |
| Avaliação de trabalho comunitário                     | 1          | 0,3          |
| <b>Total</b>  | <b>6</b>   | <b>1,9</b>   |
| <b>Movimentos sociais</b>                             |            |              |
| Militância nos movimentos sociais                     | 1          | 0,3          |
| Práticas cotidianas em movimento social               | 1          | 0,3          |
| Análise movimento social de portadores de LER         | 1          | 0,3          |
| <b>Total</b>  | <b>3</b>   | <b>1,0</b>   |
| <b>Análise institucional</b>                          |            |              |
| Análise institucional de instituição para menores     | 2          | 0,6          |
| <b>Total</b>  | <b>2</b>   | <b>0,6</b>   |
| <b>Grupos</b>   |            |              |
| Análise de processo grupal                            | 2          | 0,6          |
| <b>Total</b>  | <b>2</b>   | <b>0,6</b>   |
| <b>Outros</b>   |            |              |
| Relato experiência de estágio                         | 1          | 0,3          |
| Trabalho em redes sociais                             | 2          | 0,6          |
| Escolha profissional                                  | 1          | 0,3          |
| Psicologia jurídica                                   | 2          | 0,6          |
| Análise de inventário                                 | 1          | 0,3          |
| Psicologia ambiental                                  | 1          | 0,3          |
| Psicologia psicossomática                             | 1          | 0,3          |
| Psicologia do esporte                                 | 1          | 0,3          |
| Aprendizagem  | 2          | 0,6          |
| Sociabilidade   | 1          | 0,3          |
| Discussão crítica sobre testes psicológicos           | 1          | 0,3          |
| Psicologia médica                                     | 1          | 0,3          |
| Análise teórica de fenômenos sociais diversos         | 4          | 1,3          |
| Raça  | 3          | 1,0          |
| Cotidiano   | 2          | 0,6          |
| Dependência de drogas                                 | 2          | 0,6          |
| Validação de inventário                               | 1          | 0,3          |
| Religião  | 1          | 0,3          |
| Suicídio  | 1          | 0,3          |
| Análise comportamental de situação social             | 1          | 0,3          |
| Análise de projeto social                             | 2          | 0,6          |
| <b>Total</b>  | <b>32</b>  | <b>10,3</b>  |
| <b>Total de trabalho</b>                              | <b>310</b> | <b>100,0</b> |



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)